

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DIEGO LOPES DA SILVA ALVES

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA TV ANTARES:

Práticas de comunicação pública no Piauí

TERESINA-PI

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DIEGO LOPES DA SILVA ALVES

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA TV ANTARES:

Práticas de comunicação pública no Piauí

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Regina Barros Rêgo Leal.

TERESINA-PI

2014

Ficha Catalográfica elaborada de acordo com os padrões estabelecidos no
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

A474h Alves, Diego Lopes da Silva.

História e memória da TV Antares: práticas de comunicação pública
no Piauí / Diego Lopes da Silva Alves. – 2014.
133 f.

Dissertação (mestrado) – Apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Universidade Federal do Piauí.
“Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Regina Barros Rêgo Leal”.

1. Emissora Regional. 2. Televisão Pública – Interferências Políticas.
3. Comunicação e História - Interdisciplinaridade. 4. TV Piauí.
5. TV Educativa do Piauí. I. Título.

CDD: 384.550 812 2

Bibliotecária Responsável:
Nayla Kedma de Carvalho Santos CRB 3ª Região /1188

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA TV ANTARES: práticas de comunicação pública no Piauí”, elaborada por Diego Lopes da Silva Alves como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 20 de março de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Ana Regina Barros Rego Leal (UFPI)
Presidente/Orientador

Prof.^a Dr.^a Dácia Ibiapina da Silva (UnB)
Examinadora

Prof. Dr. Gustavo Fortes Said (UFPI)
Examinador

Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes (UFPI)
Suplente

Teresina, março de 2014.

Aos meus pais, João Batista e Pedrina, que dia a dia me alimentam de amor e felicidade.

A Diógenes Buenos Aires, pelo apoio incondicional, manifestado em carinho e companheirismo.

Aos meus avós (*in memoriam*), Onory e Tuíca, personagens da minha história sempre presentes na minha memória.

A Edmilson Brito (*in memoriam*), generoso funcionário da TV Antares que tive oportunidade de tê-lo como colega de trabalho, exemplo de amor pela emissora, nobre defensor do patrimônio público.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Piauí (UFPI) por proporcionar a realização do Mestrado em Comunicação.

À Prof.^a Dr.^a Ana Regina Rego, pela disponibilidade, orientação e ensino durante a pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPI. Em especial ao Prof. Dr. Gustavo Said e ao Prof. Dr. Paulo Fernando, pelas contribuições durante minha qualificação, como também à Prof.^a Dr.^a Graça Targino e ao Prof. Dr. Laerte Magalhães, por compartilharem, com sabedoria, seus conhecimentos em sala de aula.

À presidente da Fundação Antares, Núbia Ramos, por me autorizar ter acesso aos documentos e fontes para esta pesquisa, compreender minha ausência no trabalho (TV Antares) para participar de eventos acadêmicos, bem como me possibilitar - através da Rede Pública de Televisão - conhecer profissionais que fazem da TV pública uma realidade em todo país.

Aos personagens que fazem/fizeram parte da história da TV Antares e que de alguma forma colaboraram com essa pesquisa: Alexandra Teodoro; Chaim Litewski; Danielle Rêgo; Douglas Machado; Eulália Teixeira; Fernando Campos; Francisco Barreto; Francisco Lima; Genésio Araújo Júnior; José Carlos Asbeg; José Dantas; Luri de Almeida; Maia Veloso; Marcela Aragão; Noronha Filho; Tereza Val.

Às funcionárias do Arquivo Público do Piauí, pela colaboração durante minhas idas à Casa Anísio Brito para fazer pesquisa em jornais e documentos oficiais.

À servidora do PPGCOM, Fátima Melo, por sua atenção e motivação.

Aos companheiros da segunda turma do Mestrado em Comunicação da UFPI. As dores nas costas tem um sorriso recompensador por vir.

Às amigas Leila Sousa e Flora Fernandes. Aproximar de vocês e construir uma amizade foi o grande título adquirido durante o mestrado.

À querida Marcela Miranda. Uma das maiores incentivadoras da minha trajetória no mestrado. Mais que amiga, uma irmã.

Ao meu irmão Douglas, pela força e pelo melhor presente que ganhei durante o mestrado: o sobrinho Benício.

Ao irmão caçula Danilo, por constantemente me lembrar que sorrir alivia qualquer tensão.

Aos tios que vibraram comigo durante toda trajetória do curso: tia Paulina, tia Nevinha, tia Marisú, tio Petrônio e tia Chiquinha. Igualmente aos primos Lígia, Juan, Aline e Thais.

Aos amigos Paulo Ramalho, Benjamim Martins, Jucélia Martins, Wilk Leal, Jaqueline Andrade, Érica Paz, Cristiane Pinheiro, Gorete Santos, Hermes Coelho, Michele Sales, Silvana Calixto, Bárbara Melo, Leane Carvalho, Murilo Lago e Tamar Fortes.

Aos colegas de trabalho e amigos da Fundação Antares que me fazem acreditar que é possível praticar uma televisão e uma rádio educativa no Piauí. Agradecimento especial à Elenita Carla, minha eterna professora de como fazer jornalismo.

Ao amigo Jessé Barbosa, por me abrir as portas para conhecer na prática a comunicação pública. Sem a experiência vivenciada na Rádio Antares AM 800, ainda enquanto estagiário, eu não teria despertado tamanho desejo para estudar o tema.

"Quem pensa por si mesmo é livre
E ser livre é coisa muito séria
Não se pode fechar os olhos
Não se pode olhar pra trás
Sem se aprender alguma coisa pro futuro"
(Renato Russo)

RESUMO

O presente trabalho organiza a narrativa da primeira televisão do Piauí com outorga educativa: a TV Antares (Canal 2), que iniciou as transmissões em 1986. Sua trajetória vem marcada por interferências políticas, em que a cada mudança de gestão governamental, a emissora sofreu variações na estrutura organizacional e na produção de conteúdo. Partindo dessa consideração, bem como da escassez de investigações acadêmicas sobre esta televisão e tendo em vista sua importância histórica enquanto lugar de memória, a pesquisa, através de relatos de atores sociais, documentos oficiais, jornais da época e do acervo da emissora apresenta a história e memória da TV Antares dividida em cinco fases: 1ª) TV Educativa do Piauí (1985-1987); 2ª) TV Antares (1987-1991); 3ª) TV Educativa do Piauí (1991-1995); 4ª) TV Piauí (1995-2003); 5ª) TV Antares (2003-atualidade). O estudo toma como matrizes teóricas discussões sobre a interdisciplinaridade entre comunicação e história, a comunicação pública na televisão e questões conceituais quanto à história e memória. Dentre os resultados apontados, percebeu-se a falta de atributos que pudessem fundamentar uma identidade da emissora e a utilização desta como meio de transmissão da boa imagem de ações governamentais, analisadas nos governos de Hugo Napoleão, Bona Medeiros, Alberto Silva, Freitas Neto, Mão Santa e Wellington Dias. Porém, paralelo a isso, a TV produziu, dentro de suas limitações, conteúdo com finalidades culturais e educativas previstas em sua concessão.

Palavras-chave: História. Memória. TV Antares. Televisão educativa. Piauí.

ABSTRACT

This paper organizes the narrative of the first television Piauí with educational grants: Antares TV (Channel 2), which began broadcasting in 1986. His career has been marked by political interference, in which every change of government management, the station underwent changes in organizational structure and in content. Based on this consideration, as well as the scarcity of academic research on this TV and considering its historical importance as a place of memory, research through reports of societal actors, official documents, newspapers of the time and the issuing library presents the story Antares and TV memory divided into five phases: 1st) Educational TV Piauí (1985-1987); 2nd) TV Antares (1987-1991); 3rd) Educational TV Piauí (1991-1995); 4th) TV Piauí (1995 -2003); 5th) TV Antares (2003 - present). The study focuses on theoretical frameworks discussions on interdisciplinary communication and history, public communication on television and conceptual issues regarding the history and memory. Among the aforementioned results, it was noticed the lack of attributes that could support an identity of the issuing and use this as a means of transmission of the good image of government actions, analyzed the governments of Hugo Napoleon, Bona Medeiros, Alberto Silva, Freitas Neto, Hand Santa and Wellington Dias. However, parallel to this, the TV produced, within its limitations, content for cultural and educational purposes provided in your award.

Keywords: History. Memory. TV Antares. Educational television. Piauí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Primeira logomarca da TVE-Piauí	36
Figura 2: Propaganda oficial do Governo Hugo Napoleão sobre a inauguração da TVE-Piauí	38
Figura 3: Propaganda oficial da inauguração da TVE no Governo Bona Medeiros	40
Figura 4: Estúdio de televisão da Convence Comunicação onde foram gravados programas da TVE Piauí	42
Figura 5: José Carlos Asbeg entregando projeto de implantação da Fundação Antares ao governador Alberto Silva	50
Figura 6: Reprodução da logomarca da TV Antares (1988)	52
Figura 7: Cena da microssérie ‘Hortas Escolares’	53
Figura 8: Governador Alberto Silva faz sinal de positivo para o público a bordo da Barca do Sal (Cena do documentário ‘Piauí 88 – Estado de transformação’)	55
Figura 9: Imagem do ‘estúdio bananeira’. Espaço usado para gravação de programas da TV Antares	58
Figura 10: Equipe da TV Pioneira transmitindo a possa de Freitas Neto	63
Figura 11: Almir Bitencourt em entrevista coletiva anuncia a interiorização da TVE Piauí	66
Figura 12: Secretário de educação, Átila Lira, governador Freitas Neto e o diretor da FADEP, Almir Bitencourt, durante treinamento de professores no Programa Nacional de Teleeducação	75
Figura 13: Logomarca da TV Piauí	84
Figura 14: ‘Programa Gênésio Jr’ apresentado no estúdio da TV Piauí	88
Figura 15: Governador Wellington Dias concedendo entrevista ao vivo à jornalista Eulália Teixeira durante inauguração da TV Delta, Parnaíba, em junho de 2006	99
Figura 16: Logomarca da TV Antares quando reinaugurada em 2006	101
Figura 17: Palhaço Leleco entrevistando crianças durante visita a uma escola em Teresina	105
Figura 18: Bastidores da gravação do programa Caminhos da Reportagem (2011) no Delta do Parnaíba	110
Figura 19: Cena do documentário ‘Navio do Sal’, veiculado em rede nacional pela	

FUNTEVÊ	128
Figura 20: Cena do depoimento do pai de Torquato Neto, Heli Nunes, para o documentário ‘Torquato Neto – O Anjo Torto’, exibido em rede nacional pela Rede Brasil – FUNTEVÊ	130
Figura 21: Cena do documentário Mimbó, veiculado em rede nacional pela FUNTEVÊ	132

LISTA DE SIGLAS

ABD – Associação Brasileira de Documentaristas
ABEPEC – Associação Brasileira de TVs Públicas, Educativas e Culturais
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CCOM – Coordenadoria de Comunicação Social do Estado do Piauí
CEID – Coordenadoria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência
CESPI – Centro de Ensino Superior do Piauí
CETEL – Centro de Teleducação Rádio e Televisão
CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações
CPE – Centro de Pesquisa Educacionais
DAT – Departamento de Aplicações Tecnológicas
DOCTV – Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
FADEP – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Piauí
FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa
FRP – Fundação Roquete Pinto
FUNTEVÊ – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa
MC – Ministério das Comunicações
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPS – Partido Popular Socialista
PPR – Partido Progressista Reformador
PRONTEL – Programa Nacional de Teleducação
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP – Partido da Representação Nacional
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Nacional Liberal
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PTR – Partido Trabalhista Renovador
PV – Partido Verde
SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
SEAT – Secretaria de Aplicações Tecnológicas
SECOM – Secretaria de Estado de Comunicação do Governo
SEID – Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência
SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa
SINTED – Sistema Nacional de Televisão Educativa
SRE – Serviço de Radiodifusão Educativa
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
TVE – Televisão Educativa
UDN – União Democrática Nacional
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFPI – Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. TV EDUCATIVA DO PIAUÍ (1ª fase)	26
1.1. Quadro político piauiense entre 1982-1985: período de redemocratização	27
1.2. Cenário televisivo piauiense: a chegada da televisão educativa no Estado	29
1.3. TV Educativa: instrumento de propaganda política	37
2. TV ANTARES (2ª fase)	44
2.1. Eleições estaduais de 1986: mudanças na organização política do Piauí	45
2.2. Ideal de autonomia: instituição da TV Antares	48
2.3. Laboratório de ideias: liberdade criativa	56
3. TV EDUCATIVA DO PIAUÍ (3ª fase)	60
3.1. Pleito de 1990: PFL retoma poder executivo piauiense	61
3.2. Reinstituição da TVE Piauí: tentativa de expansão para o interior	64
3.3. Projeto de teleeducação: TV como meio de transformação social	71
4. TV PIAUÍ (4ª fase)	76
4.1. Governo Mão Santa: uma política popular	77
4.2. TV Piauí: uma emissora com jornalismo popularesco	83
5. TV ANTARES (5ª fase)	92
5.1. Fim da polaridade PFL/PMDB: eleições 2002/2006 e o governo PT no Piauí	93
5.2. TV Antares outra vez: descentralização da produção de conteúdo	95
5.3. Associação com a TV Brasil: um regulamento para a televisão pública	106
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	127

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação desempenham, nas sociedades contemporâneas, um papel crucial na produção de uma ideia de história e memória. Ao mediar a relação dos sujeitos com as transformações do seu cotidiano, produzem no âmbito do senso comum sentidos para os processos históricos nos quais esses sujeitos estão inseridos, da mesma forma que participam da constituição das próprias subjetividades. Além disso, a mídia – sobretudo a jornalística – aponta, entre todos os fatos da atualidade, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância histórica. Constitui-se, assim, um verdadeiro “lugar de memória” da contemporaneidade.

(RIBEIRO; FERREIRA, 2007, p.7)

INTRODUÇÃO

No Brasil, a televisão herdou do rádio a mão de obra pioneira, as fórmulas dos programas e o modelo institucional adotado. Ao contrário dos Estados Unidos que teve como base o cinema e da Europa onde a referência foi o teatro (LEAL FILHO, 2000). A televisão brasileira foi moldada no formato comercial da TV norte americana desde sua origem e sustentada financeiramente com investimentos publicitários. No final dos anos de 1960 um novo modelo de emissora despontou no país em contraponto à produção de conteúdo que existia. A televisão educativa chegou com o ideal de servir como meio de expressão informativo, cultural e educacional.

As transmissões desse modelo de emissora iniciaram no Piauí em 1986, quase 20 anos após seu surgimento no país. À época o Brasil vivia um momento de transição política com o fim regime militar (1964-1985) e início da redemocratização. Durante o período da ditadura, a televisão educativa recebeu grandes investimentos do Governo Federal, que apostava nessa tecnologia para difundir seus princípios ideológicos. Paralelamente, havia também o interesse oficial em utilizá-la como auxílio na educação do país.

Pesquisar uma televisão educativa vai além do estudo de seu conteúdo e programação gerada, haja vista que este modelo de emissora tem naturezas distintas¹. No caso da TV Antares, por se tratar de uma outorga concedida pelo Governo Federal ao Governo do Estado, é fundamental posicionar sua trajetória junto ao contexto político piauiense para perceber o processo histórico. De acordo com Barbosa (2007), para recuperar a historicidade de um meio de comunicação num determinado tempo e lugar, é necessário que se construa um nexos a partir de narrativas configuradas em outros tempos e que chegaram ao presente sob forma de rastro. Dessa forma, entender o cenário televisivo nacional e local também é necessário em nossa pesquisa, na medida em que permite dimensionar outras singularidades da narrativa estudada ao relacioná-la com o universo no qual está inserida.

Como meio de comunicação de massa mais presente na sociedade brasileira, a televisão tornou-se ao longo dos anos um importante agente de formação. Segundo Baccega (2000), dois fatores contribuem para esta perspectiva: sua linguagem ágil e integrada ao cotidiano do telespectador e o tempo de exposição das pessoas a essa tecnologia. Desse modo, a essa mídia se atribui um relevante papel social que desperta interesse de pesquisadores. Apoiado nesta concepção, a TV Antares foi proposta como objeto de estudo a partir de três

¹ No Capítulo 3 da dissertação discorremos sobre a natureza da televisão educativa no Brasil.

pontos de interesse: sua importância histórica, seu lugar de memória e a relação profissional do autor com a temática relacionada (televisão não comercial).

Historicamente, a criação da TV Antares é importante por ser um marco na televisão piauiense, uma vez que é a primeira emissora com outorga educativa do estado. Dessa forma, possibilitou ao telespectador ter acesso a uma programação, em canal aberto, proposta de forma diferente daquela veiculada pelas TVs comerciais.

Ao compor o cenário televisivo local, a TV Antares tornou-se presente no dia a dia do telespectador e assumiu um caráter de veículo instrutivo. Desenvolver a cidadania, democratizar a informação, estimular a reflexão crítica e provocar o debate, são algumas das possibilidades que esta emissora pode apresentar através da produção e geração de conteúdo. Assim, ela é vista como um meio de comunicação que constrói e explicita práticas culturais, compondo deste modo um lugar de memória para a sociedade piauiense.

O vínculo empregatício do autor com a TV Antares, desde 2005, permitiu conhecer de perto a realidade da emissora e perceber vazios na memória da televisão ocasionados pela inexistência de documentos audiovisuais preservados em arquivo. Apesar da circunstância de observador participante, a investigação procurou seguir princípios científicos que permitissem uma visão crítica ao longo da análise dos dados coletados.

A pesquisa apresenta um recorte temporal de 25 anos. Tem início em 1985, ano de assinatura do Decreto Presidencial nº 91.316 que concedeu à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí (FADEP), órgão vinculado à Secretaria de Educação, a outorga para executar serviço de radiodifusão em Teresina-PI. Finaliza no ano de 2012, momento em que já estava consolidado o elo da TV Antares com a Rede Pública de Televisão comandada pela TV Brasil. Todavia, essa delimitação, em alguns momentos, é superada para embasar a discussão ao explorar fatos e fontes fora desse período.

No decorrer desta história que se busca resgatar, existe uma variação estrutural desencadeada por interferências políticas. As transformações administrativas podem ser percebidas na programação, na identidade visual da TV e no reduzido número de profissionais efetivos. Houve também uma inconstância na denominação da emissora, que tornou ponto de partida para delimitar a cronologia da televisão em cinco fases: 1ª) TV Educativa do Piauí (1985-1987); 2ª) TV Antares (1987-1991); 3ª) TV Educativa do Piauí (1991-1995); 4ª) TV Piauí (1995-2003); 5ª) TV Antares (2003-atualidade).

Diante deste quadro, a pesquisa esteve embasada nas seguintes hipóteses: em cada uma de suas fases a TV Antares serviu como meio de propagação de interesses políticos dos grupos dominantes; o conteúdo produzido e veiculado pela emissora nem sempre atendeu as

funções legais da emissora; historicamente a TV Antares não tem independência na produção de conteúdo por conta de seu vínculo com o governo.

Perante as suposições, buscou-se, como objetivo geral, investigar a história da primeira televisão educativa piauiense. No âmbito dos objetivos específicos a pesquisa teve como finalidade: apresentar as fases pelas quais passou a emissora com base na alternância do Poder Executivo a cada eleição; analisar, a partir do conteúdo gerado, se a emissora exerceu as finalidades educativas e culturais descritas em sua outorga; entender, historicamente, a relação entre televisão e Estado por meio do vínculo da emissora com o governo.

Esse trabalho de investigação evidencia a importância dos estudos sobre história e memória. Pollak (1992) indica três elementos constitutivos da memória: os acontecimentos, as personagens e os lugares. Os acontecimentos são aqueles vividos pessoalmente, ou onde a pessoa nem sempre participou, mas que tomaram relevância e é quase impossível que ela consiga saber se vivenciou ou não. Por personagens o autor entende as pessoas encontradas no decorrer da vida. Já os lugares, ele relaciona a algo ligado a uma lembrança, que pode ser uma recordação pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico.

Outra contribuição de Pollak (1989) esclarece que fazer referência ao passado contribui para manter a coesão de grupos e instituições que compõem uma sociedade, bem como preserva sua identidade. Partindo dessa perspectiva, a memória é entendida como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer reaver.

Igualmente, a concepção de memória utilizada nesta pesquisa também foi assimilada no pensamento de Halbwachs (2006). De acordo com o autor, a memória individual não está inteiramente isolada e fechada e, mesmo que aparentemente particular, ela remete a um grupo. Logo, o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo na sociedade, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Este pensamento incide sobre a memória dos personagens que fizeram parte da história da TV Antares e se colocaram como fonte para esta pesquisa. Com a abordagem de Halbwachs (2006) é possível realizar uma análise crítica dos depoimentos ao identificar quais fatos foram considerados relevantes para a composição da história da TV Antares e como esses fatos estiveram representados no discurso.

Diferente da memória, a história é vista como uma operação intelectual que demanda análise e discurso crítico (NORA, 1993). Essa análise às vezes tem sua cientificidade questionada por conta da subjetividade atribuída as operações interpretativas do pesquisador.

Logo, segundo Chartier (2010, p. 15), “a história como escritura tem a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso do presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor”. Assim ela busca dar uma representação adequada da realidade que ficou e não existe mais.

As perspectivas descritas assemelham ao olhar historiográfico apresentado por Certeau (2011). De acordo com o autor, a construção da história é apoiada em ideologias, consequência de relações sociais e culturais presentes ao longo do tempo e trabalhadas por pesquisadores que trazem consigo uma visão do presente. “Todo fato histórico resulta de uma práxis, porque ela já é o signo de um ato e, portanto, a afirmação de um sentido. Este resulta dos procedimentos que permitiram articular um modo de compreensão num discurso de fatos” (CERTEAU, 2011, p. 19).

Como esta pesquisa discorre sobre história e televisão educativa, é fundamental compreender que sua análise deve ser pautada numa interdisciplinaridade que abraça a História e a Comunicação. O processo narrativo pode ser realizado de diversas maneiras, a depender dos objetivos e do olhar do pesquisador.

De acordo com Barbosa (2007), a história é um ato comunicacional na medida em que são as práticas comunicacionais dos homens do passado o que se pretende recuperar como verdade absoluta ou como algo capaz de ser acreditado como verídico. No entanto, existe sempre uma expectativa comunicacional envolvida nas histórias contadas, isto é, mesmo nos textos almejados com a pretensão da ciência contam-se histórias e estas devem ser reguladas pela lógica narrativa.

Tratando especificamente de história da televisão, segundo Freire Filho (2007), conceber essa narrativa não envolve apenas a descoberta de documentos do passado, mas também remete a uma reflexão sobre como se engajar, de modo analítico e imaginativo, com aquele passado – isto é, “com as conjunturas e os processos que assentam as condições de possibilidade não só para o funcionamento das instituições, como também para a construção dos discursos, dos imaginários, das representações e das práticas que circundam, interpretam e interpelam a indústria televisiva e seus produtos” (FREIRE FILHO, 2007, p. 118).

Sobre a televisão educativa do Piauí, esse resgate se deu de forma problemática por conta de lacunas na memória da emissora. Para sua escrita, boa parte desta narrativa abrangeu aspectos empíricos a partir da análise de experiências vivenciadas na TV. Esta prática se explica porque, de acordo com Nora (1993), quando se desaparece a memória tradicional (oficial), há uma necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, sinais visíveis que possam vir a fortalecer a história que se quer resgatar.

Correspondente à discussão sobre história e memória, outra abordagem necessária nesta pesquisa trata sobre a televisão pública, denominação àquelas emissoras sem finalidade comercial, como as educativas, culturais, universitárias e legislativas. De acordo com Rocha (2006), as emissoras públicas deveriam oferecer uma programação com conteúdo destinado não somente a educação da sociedade, como também a diversão do público.

A tarefa da televisão pública como prestação de serviço deve levar em consideração a preocupação com o conteúdo e o telespectador, tratando-o como um cidadão e não como um consumidor em potencial (ROCHA, 2006). A autora indica ainda quatro valores atribuídos à televisão pública que podem fazer compreender a relação da mídia com a cultura como um processo de constituição de identidades. São eles: atender às minorias; limitar a influência do mercantilismo; evitar os interesses particulares; incentivar a diversidade. De acordo com Duarte (2012), a atuação da comunicação pública exige:

(a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; (b) centralizar o processo no cidadão; (c) tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação; (d) adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; (e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo uno (DUARTE, 2012, p.59).

Para Barros e Bernardes (2011, p.7), no Brasil, o termo comunicação pública foi usado desde a década de 1980 como sinônimo da comunicação estatal, geralmente, como contraponto à mídia privada. Mas com o fim do Regime Militar seu conceito foi estendido e visto como “sinônimo de convergência entre comunicação, democracia e cidadania, num cenário que envolve o Estado, o Governo, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais entidades da sociedade civil”.

Igualmente é necessário compreender o conceito de poder. De acordo com Foucault (1994, p. 237), o poder é uma forma de relação onde não se manifesta o consenso nem a renúncia da liberdade. “As relações de poder são um conjunto de ações que tem por objetivo outras ações possíveis, operam sobre um campo de possibilidades: induzem, separam, facilitam, dificultam, estendem, limitam, impedem”.

Por esta ótica, é possível entender que a televisão serviu como meio de divulgação de ideias políticas que tinham por finalidade persuadir o telespectador a absorver como verdade o discurso dos governadores e torná-lo legítimo perante a sociedade e assim favorecer a construção de uma imagem pública dos gestores. Logo, percebe-se que “o exercício do poder consiste em conduzir condutas e dispor a probabilidade” (FOUCAULT, 1994, p. 237).

Portanto, têm-se duas dimensões de poder, visto as ações possíveis, conforme discute Foucault. A primeira dá-se pelo reconhecimento atribuído a televisão enquanto instituição jornalística e seu poder de credibilidade junto à sociedade, uma vez que o público apreende e absorve o que se veicula, sendo a TV, portanto, um intermediador entre telespectador e autoridades políticas. A segunda dimensão dá-se pela maneira como os gestores utilizam este meio para instituir seu poder sob a sociedade, seja distorcendo, persuadindo, omitindo ou induzindo fatos na construção de suas imagens.

Partindo dessa discussão teórica, metodologicamente, a pesquisa esteve baseada na operação historiográfica proposta por Certeau (2011). Para o autor, esta atividade parte da necessidade de considerar que a história faz parte da realidade da qual se trata e que esta realidade pode ser apropriada enquanto atividade humana. Dessa forma, o autor aponta três ‘elementos’ que estruturam um objeto de análise: lugar social, práticas científicas e escrita.

O lugar social é o ambiente onde se constrói a história e pode ser de ordem socioeconômica, política e/ou cultural. Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Por isso não se deve analisar a narrativa da TV Antares de forma isolada, sem considerar o contexto do qual ela pertence e se relaciona. O lugar social tem dupla função: torna possível certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns e torna outras impossíveis – representando o papel de uma censura com relação aos postulados presentes na análise. Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história, mas é a condição para que algumas coisas possam ser ditas sem ser nem legendárias, nem sem persistência (CERTEAU, 2011).

No âmbito das práticas científicas, Certeau deixa claro que é preciso que o historiador não se contente em transformar produções sociais em objetos de história. O autor considera que em história é científica a operação que transforma o “meio” – ou que faz de uma organização a condição e o lugar de uma transformação. Em história tudo começa com a ação de separar, reunir e transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. O estabelecimento das fontes não provoca apenas uma nova repartição das relações razão/real ou cultura/natureza; ele é o princípio de uma redistribuição epistemológica dos momentos da pesquisa científica.

Por último, não existe relato histórico no qual não esteja evidente a relação com um corpo social e com uma instituição. Partindo dessa ideia, Certeau (2011) relaciona o lugar social e a prática científica com a escrita. A escrita histórica é controlada pelas práticas das quais resulta, sendo ela própria uma prática social que atribui ao seu leitor um lugar bem

determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas. Funciona como uma imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria relatos do passado.

A partir da operação historiográfica estabelecida por Certeau (2011) é possível entender que as interferências do ambiente do qual o estudioso este inserido podem comprometer seu discurso e, conseqüentemente, a análise do objeto do qual se busca narrar sua história. Diante desta observação, entende-se, assim como Nora (1993), que a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, sendo uma representação do passado. Ou seja, ela não reconstitui o que foi transcorrido, mas busca compreendê-lo.

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa por conta de seu caráter exploratório, uma vez que investiga a trajetória da TV Antares a partir do contexto político piauiense. Ao focar fatos decorridos, a interdisciplinaridade do estudo tem caráter histórico. Por pesquisa histórica, entende-se o enfoque na investigação, registro, análise e interpretação de fatos ocorridos no passado (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Nos estudos em ciências sociais, a exemplo desta pesquisa, é possível por meio do método histórico “preencher os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 89). Para os autores,

o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural de cada época (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 89).

Por meio desse processo busca-se entender as motivações que geraram constantes mudanças na TV Antares, narradas ao longo deste trabalho em cinco fases, bem como quais as conseqüências dessas transformações na história da emissora e seus reflexos no conteúdo produzido e veiculado enquanto modelo não comercial.

O estudo está balizado por uma pesquisa documental em que foram utilizados documentos impressos, recursos audiovisuais, registros sonoros, como também vídeos disponíveis no arquivo da TV Antares e concedidos de acervos pessoais. Outras fontes desta natureza documental estão evidenciadas na legislação e regimento da TV Antares. Nesses casos, são os documentos de “primeira mão”, que são aqueles “conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas [...]. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos

como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.” (GIL, 2007, p. 46). O autor diz ainda que como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

Além dos documentos disponibilizados pela administração da TV Antares, também foi necessário recorrer ao Arquivo Público do Piauí para agrupar mais informações que pudessem permitir a construção da história da TV Antares. Por lá foram digitalizados notas, reportagens e publicidades oficiais veiculadas nos jornais que circulavam regularmente em Teresina. Também foram gravados trechos de livros do Diário Oficial do Estado que resguardavam alguma legislação relacionada à emissora estudada.

Referindo-se às técnicas de coleta, foram aplicadas entrevistas não estruturadas, que de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 180), são aquelas em que o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. “É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”. Foram entrevistados servidores que trabalharam na TV Antares em períodos diferentes. Abrangendo desde os cargos de chefia à profissionais que atuaram em funções jornalísticas e outras relacionadas a produção de conteúdo do segmento audiovisual. Por meio das fontes orais foi possível obter informações necessárias para traçar uma linha temporal sobre a relação entre os governos estaduais e a história da TV Antares.

Reforça-se, todavia, que o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo. Assim, de acordo com o Pollak (1989), não se trata mais de lidar os fatos sociais como coisas, mas analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Isso reforça a importância da entrevista como técnica de coleta de dados, uma vez que ressalta a necessidade de contrapor a memória oficial, analisando e identificando histórias adormecidas e silenciadas reavidas pelos depoimentos.

Estruturalmente, o trabalho está dividido em cinco capítulos, cada um deles relacionados às fases que compõem a narrativa da primeira televisão piauiense com outorga educativa. No primeiro deles, é apresentado momento da chegada da Televisão Educativa do Piauí, período no qual o cenário televisivo piauiense ampliava a oferta de canais ao telespectador local. Discute-se os interesses governamentais em torno da inauguração da emissora e como esta estação de TV foi usada pelos gestores como instrumento de propaganda política. Apresenta-se ainda a carência técnica e programação deficiente que

motivou a terceirização das atividades por meio de um contrato com uma agência de publicidade para produzir o conteúdo veiculado pela emissora.

No segundo capítulo é apresentado o momento em que a emissora passou a ser TV Antares, mudança desencadeada pela reorganização do Poder Executivo estadual com a troca de governadores oriunda do pleito de 1986. A ocasião é marcada pela profissionalização da televisão. Nesta fase, uma equipe constituída em grande maioria por estudantes do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí foi treinada por profissionais de grandes centros que vieram ao Piauí para dar uma nova roupagem à emissora, e a partir de então começaram a produzir conteúdo, com destaque para documentários que alçaram visibilidade nacional com a veiculação para todo país por meio da Rede Brasil. Além da descrição dessas produções, discute-se também como a TV Antares foi usada como meio de propagação da imagem do então governador Alberto Silva.

Com novas eleições em 1990, o cenário político piauiense passou por mudanças e que também atingiram a televisão. A TV voltou a estrutura de sua gênese, incluindo a denominação. Novamente titulada Televisão Educativa do Piauí, a emissora foi proposta para beneficiar a educação em todo território piauiense, formando professores e levando o ensino a regiões com déficits educacionais. No terceiro capítulo é apresentado este projeto de teleeducação conjuntamente com a retratação de fatos caracterizados pela supremacia de interesses particulares em relação àqueles de relevância pública.

O quarto capítulo discorre sobre a TV Piauí. Nesta fase a emissora caracteriza pela produção de conteúdo sensacionalista e busca pela audiência. À época a televisão abriu espaço para temáticas que não abarcavam a licença educativa da TV, a exemplo de programas sobre colunismo social e outros caracterizados como de entretenimento, mas que tinham abordagem apelativa. Esta fase também é marcada pela abertura ao capital privado por meio da veiculação de anúncios publicitários, outra incoerência à outorga concedida ao Governo estadual. Assim como ocorreu em momentos anteriores, o então governador Mão Santa igualmente fez uso da televisão com fins políticos.

O último capítulo narra o momento atual da TV, iniciado em 2003 a partir da renovação do cenário político local com as eleições do ano anterior. A emissora foi modernizada e retornou o título de TV Antares. Nesta fase é abraçado o conceito de televisão pública proposto pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que ganha reforço em 2008 a partir do vínculo com a TV Brasil. O momento é marcado pela regionalização da produção de conteúdo com o estabelecimento da TV Picos e reinauguração da TV Delta, ambas no interior

do estado. A partir da visibilidade que o Governo dedicou às três emissoras, faz-se uma análise da relação entre Estado e televisão.

Portanto, esta pesquisa apresenta um olhar a respeito da narrativa da TV Antares e sobre a maneira como foi constituída a televisão pública no Piauí. À vista disso, este trabalho também buscou contribuir com a história das emissoras não comerciais no país, visto que esta história é composta por variadas narrativas.

TV EDUCATIVA DO PIAUÍ (1ª fase)

Capítulo 1

A TV Educativa, embora disponha de todo equipamento necessário para as suas produções locais – pelo menos foi o que se anunciou quando de sua inauguração – contratou uma agência de publicidade para cuidar do assunto. Como no Piauí o padrinho continua sendo mais forte que a competência profissional, o resultado não demorou a aparecer: até mesmo o jornal local, que ocupa um ínfimo espaço de cinco minutos, vem sendo repetido.

(COLUNA RODA VIVA, Jornal O Dia, 22 jan. 1987)

1.1. Quadro político piauiense entre 1982-1985: período de redemocratização

Durante o período do Regime Militar brasileiro, entre os anos de 1966 e 1979, o sistema partidário do país esteve centrado em duas siglas: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os governadores eram indicados pelo Presidente da República e a população só tinha direito a votar em cargos legislativos. Em 1982, após 18 anos de ditadura, o povo voltou a escolher seus representantes estaduais.

Nesse pleito o voto era vinculado, pois o eleitor tinha que votar no mesmo partido para os cargos de governador, deputado federal e deputado estadual. Outra característica dessa eleição foi o retorno do multipartidarismo com a Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979. A medida permitiu a entrada de novos atores na política brasileira.

Em 15 de março de 1983, tomaram posse os primeiros governadores eleitos pelo voto direto desde o início da ditadura em 1964. No pleito de 1982, o Partido Democrático Social (PDS), sigla de apoio dos militares, conquistou o governo em 12 dos 23 Estados brasileiros. O Piauí foi um desses Estados, com a vitória nas urnas de Hugo Napoleão do Rego Neto, tendo como Vice José Raimundo Bona Medeiros. Eleito com 58,70% dos votos, Hugo Napoleão teve como principal adversário Alberto Tavares Silva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que conquistou 40,43% da apuração. Durante o período de campanha havia no Estado um forte clima de tensão, bem como momentos violentos (BRANDÃO, 2006).

De acordo com Freitas (2010, p. 78), “Hugo Napoleão era ligado ao grupo político que dominava há décadas o cenário político estadual, sendo representante de famílias tradicionais do estado (Almendra Freitas e Napoleão do Rego)”. Ele entrou na política piauiense como Deputado Federal eleito em 1974 e reeleito em 1978. Liderou a ARENA e depois o PDS no Piauí. Posteriormente ao seu governo, foi nomeado Ministro da Educação pelo presidente José Sarney em 1987.

Apesar das mudanças que indicariam o início da redemocratização, o país ainda vivia uma ditadura. O Regime Militar dava sinais de decadência no início dos anos de 1980, ao tempo que uma série de greves e manifestações políticas a favor da redemocratização aconteciam em todo território nacional. O movimento civil ‘Diretas Já’, ocorrido nos anos 1983 e 1984, impulsionou as eleições presidenciais diretas no Brasil. Ainda sem conquistar plenamente suas reivindicações, os protestos contribuíram para a escolha de Tancredo Neves, por meio de um colegiado eleitoral, em 1985, como o novo presidente da república. O acontecimento marcou o fim do controle político nacional pelos militares que durou 21 anos.

A articulação política para a eleição do Tancredo Neves resultou numa dissidência do PDS em nível nacional e estadual. No Piauí, houve a divergência entre Hugo Napoleão e Lucídio Portella, principais líderes do partido. A cisão da sigla acendeu a criação do Partido da Frente Liberal (PFL). No momento de sua fundação, o PFL contou com o apoio de cinco governadores de estado, todos nordestinos, dentre eles Hugo Napoleão – fundador do partido no Piauí em 26 de fevereiro de 1986. “Migram para o PFL 14 dos 17 Deputados Estaduais eleitos pelo PDS, o Vice-Governador Bona Medeiros, quatro Deputados Federais, um Senador e a maioria dos prefeitos que pertenciam ao PDS” (EPITÁCIO, 2010, p. 75).

De acordo com a autora supracitada, os governadores que aderiram ao movimento a favor de Tancredo Neves sofreram sanções do presidente João Baptista Figueiredo. O Piauí passou uma violenta seca nos últimos anos da gestão de Hugo Napoleão e o Estado não recebeu o apoio necessário do governo federal para ajudar os flagelados.

O começo da Nova República em 1985 é marcado pela tentativa de estruturação econômica do país. Tancredo Neves morreu antes de assumir a presidência. O Vice José Sarney ocupou o posto de Presidente e lançou em 1986 o Plano Cruzado na busca de conter a inflação. Outras quatro moedas foram criadas durante a redemocratização, momento acompanhado pelo aumento do desemprego e pelo desaquecimento progressivo da economia. Na comunicação, o período é marcado pela ampliação da liberdade de imprensa. Para Romancini e Lago (2007), esta tendência positivista, paradoxalmente, ocorre junto com uma maior concentração da propriedade dos meios de comunicação. Ou seja, enquanto se vivia a retomada da democracia no país, momento marcado pelo fim da censura às notícias jornalísticas, grupos midiáticos fortaleciam um domínio antiliberal do mercado da comunicação, concentrando poder e limitando ou impedindo o surgimento de outros meios.

No Piauí, o setor de telecomunicações ainda não estava consolidado. O Estado dependia de uma infraestrutura para alavancar não somente este setor, mas também os serviços básicos como saúde e educação. Enquanto a realidade social piauiense ainda carecia de investimentos e ações, ainda em 1982 o cenário político já estava articulado para as eleições de 1986. Pesquisas de opinião e eleitorais começaram a surgir, sendo determinantes para a definição do resultado (BRANDÃO, 2006). Mesmo com o multipartidarismo, a partir de 1985, a disputa para o Governo no Piauí passou a ser polarizada entre PFL e PMDB. Este cenário perdurou até 2002, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu Wellington Dias como governador.

De acordo com Said (2001, p 79), durante a redemocratização mantinha-se a influência da ditadura por meio das políticas de comunicação desenvolvidas em âmbito

nacional, que estavam associadas à publicidade e propaganda dos atos administrativos. “Em estados como o Piauí, em que a relação entre estrutura de poder e a prática jornalística foi sempre muito estreita, as políticas de comunicação trazem ainda a marca do partidarismo”.

Mesmo com o fim da censura à imprensa, o governo federal conservou seu controle direto e indireto sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente com políticas econômico-financeiras, que passaram a limitar o crescimento das empresas, numa prova contundente da força da influência oficial (MATTOS, 2002). Porém, em 1988, com a promulgação da nova Constituição, várias mudanças ocorreram no setor da comunicação.

Em seu capítulo V, a Carta Magna apresenta conteúdo específico sobre comunicação social. Normas para a produção de programas de rádio e televisão também foram fixadas. De acordo com o Art. 221 a produção de conteúdo radiofônico e audiovisual deveriam atender quatro princípios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Segundo Mattos (2002, p. 119), “antes da promulgação da Constituição houve um verdadeiro festival de concessões de canais de rádio e televisão. No período de 1985 a 1988 foram outorgadas exatamente noventa concessões de canais de televisão”. Somente em 1985, o governo federal conferiu 22 concessões de TV. Uma delas foi ao Governo piauiense para a criação da Televisão Educativa do Piauí (TVE Piauí).

1.2. Cenário televisivo piauiense: a chegada da televisão educativa no Estado

Em 1968, 18 anos após a chegada da televisão no Brasil, os teresinenses puderam contar com a presença de imagens em movimento em suas casas. À época ocorreu a instalação da torre da repetidora da TV Difusora de São Luís-MA em Timon, cidade maranhense vizinha a capital piauiense, atendendo a interesses políticos do Grupo Bacelar (SANTOS, 2010). Àquela época, a emissora já operava há seis anos no setor de telecomunicações, sendo a primeira televisão maranhense. Segundo Santos (2010, p. 40), “essa experiência televisiva trouxe ao teresinense a possibilidade de visualizar o mundo inteiro sem sair de casa, gerou expectativas e animou a muitos, especialmente, empresários interessados em explorar comercialmente a nova tecnologia”.

Mesmo com a euforia despertada, as transmissões eram irregulares e a qualidade do sinal era ruim em virtude de falhas técnicas no sistema microondas de repetição. Ainda de

acordo com Santos (2010), essa inauguração fez com que os comerciantes de Teresina importassem uma grande quantidade de aparelhos televisores e para estimular o consumo anunciavam promoções nos jornais impressos.

Se por um lado o clima era festivo por conta da chegada da televisão, na política o Estado vivia momentos de tensão causados pelo endurecimento do Regime Militar. “O senador Petrônio Portela, que aos poucos já se transformava no grande líder piauiense em Brasília, ainda era olhado por certos expoentes da Revolução com alguma desconfiança, pelas ligações que tinha no passado com João Goulart, e pelos posicionamentos iniciais ao movimento” (BRANDÃO, 2006, p. 86).

O momento foi marcado também pelo início de uma série de mandatos estaduais de governadores do partido Aliança Renovadora Nacional. Dentre eles: João Clímaco d’Almeida (maio de 1970 a março de 1971); Alberto Tavares Silva (março de 1971 a março de 1975) e Dirceu Mendes Arcoverde (março de 1975 a agosto de 1978). Os governos liderados pelo ARENA se mantiveram até 1983. Todos governadores seguiam o plano nacional de desenvolvimento. Momento no qual grandes obras foram inauguradas no Estado, como a Universidade Federal do Piauí, o Estádio Governador Alberto Tavares Silva, o Albertão, e o Palácio do Tribunal de Justiça.

Antes da chegada da primeira emissora de televisão local, os teresinenses tiveram acesso a outro sinal de uma repetidora de outro estado vizinho. A TV Ceará passou a ser sintonizada no Piauí em 1970. Santos (2010) afirma que houve uma série de críticas à influência de outros Estados na formação da opinião pública local. As emissoras de fora captavam os recursos oriundos da publicidade e eram vistas como uma ameaça aos meios que já existiam e aqueles que estariam a vir.

Com a participação da televisão no cotidiano dos piauienses, uma série de transformações sociais e culturais aconteceram no estado, naturalmente acompanhadas pelos reflexos da chegada do novo veículo de comunicação no país.

As tradicionais conversas na porta de casa, as relações comunitárias, a popular ida aos estádios de futebol nas tarde de domingo eram paulatinamente substituídas pelo hábito de sentar-se à frente da TV e assistir de casa aos espetáculos protagonizados em rede nacional ou local e aos programas jornalísticos que estavam entre as principais fontes de informação da capital, superando o rádio depois de anos de supremacia deste veículo (VAZ, 2007, p.3).

Produtos de entretenimento, como as telenovelas, contribuíram para a conquista do público. “O fenômeno televisivo invade Teresina na terceira fase da modernidade, momento em que esta ao expandir-se tenta englobar o mundo virtualmente” (SANTOS, 2010, p.37). Ainda de acordo com a autora, a televisão viria a aumentar a autoestima dos piauienses, atendendo as demandas de progresso impostas pelo discurso de modernização da época.

Segundo Said (2001, p.84), historicamente, no Piauí, as práticas de comunicação estiveram quase sempre associadas a critérios políticos. Para o autor, isso ocorreu porque o próprio Estado não buscou criar mecanismos de interlocução com a sociedade civil e a comunicação institucional sempre remeteu a processos manipulatórios com fins eleitorais, “em que a cooptação dos veículos de comunicação e o assistencialismo a jornalistas e demais profissionais de comunicação faziam parte de uma prática política legitimada”.

A crítica de Said condiz com o marco histórico da inauguração da primeira emissora piauiense. Da mesma forma, a própria televisão educativa do Piauí, objeto de estudo dessa pesquisa, também surgiu com um discurso político semelhante. No caso da TV Clube, a chegada da emissora foi transformada em instrumento de promoção do governo Alberto Silva porque ela representava uma imagem de mudança, de avanço e desenvolvimento, nos moldes de seu projeto político e atendendo às demandas de progresso e modernização impostas pela ditadura militar (SANTOS, 2010).

Idealizada pelo advogado Valter Alencar, desde o início dos anos de 1960, a TV Clube teve liberação do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) para o funcionamento em 1972, entrando no ar no dia 03 de dezembro do mesmo ano. O evento foi transformado em ato propagandístico do governo Alberto Silva (SANTOS, 2010). A emissora inicialmente era afiliada à Rede Tupi, de Assis Chateaubriand, posteriormente, em 1976, se associou a Rede Globo, de Roberto Marinho: vínculo que mantém até os dias atuais.

Enquanto chegava a televisão no Estado, no país acontecia a primeira transmissão oficial em cores, com a cobertura da Festa da Uva, em Caxias do Sul-RS, bem como a entrada no mercado do televisor em cores. A TV Clube iniciou suas transmissões em preto e branco, tendo sua primeira transmissão em cores no ano de 1974.

Assim como ocorreu no início da história da televisão brasileira, no Piauí, a chegada do novo veículo de comunicação foi marcada por amadorismo, improvisos e falhas. A maior parte do maquinário da TV Clube foi comprada da TV Ceará. Por conta da falta de equipamentos, nem sempre era possível levar equipes de reportagens a rua e parte do conteúdo era feito no estúdio da emissora. Na década de 1970, apenas o Jornal Nacional era transmitido ao vivo pela TV Clube. Os demais produtos da emissora de rede vinham em fitas

por avião e eram reproduzidos localmente. Outro conteúdo local improvisado era o intervalo comercial, que segundo Vaz (2007, p.6),

[...] os comerciais também eram feitos ao vivo e os erros eram frequentes. [...] Os garotos-propaganda ficavam em uma sala ao longo de toda a programação esperando o horário de entrar no ar com os comerciais. Tudo era feito apenas por uma câmera. O advento do vídeo tape substituiu as narrações ao vivo e rusticidade nos comerciais.

Ainda de acordo com a autora, na época não existia escolas de jornalismo no Piauí. O primeiro curso de Comunicação Social do Estado só iniciou a primeira turma em 1984, na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Para atender a demanda, parte da formação teórica dos profissionais da TV piauiense era conseguida através de cursos oferecidos de forma esporádica pela própria Instituição de Ensino Superior.

A maioria dos profissionais que trabalharam nos primeiros anos da emissora veio do rádio. Havia ainda necessidade de driblar as adversidades técnicas. Além da inexperiência de seus mentores, o capital para investimento era limitado e não existia empregados especializados. Parte dos profissionais da primeira equipe técnica e apresentadores da TV Clube vieram de outros Estados (SANTOS, 2010). O momento era de adaptação, tanto do público, quanto da imprensa local, à nova forma de fazer comunicação.

No Brasil, a televisão vivia a fase do desenvolvimento tecnológico (MATTOS, 2002). As redes de TV se aperfeiçoaram e começaram a produzir, com maior intensidade e profissionalismo, os seus próprios programas com estímulo de órgãos oficiais, visando, inclusive a exportação. Como ocorreu com a saída das telenovelas da Rede Globo para países da América Latina e da Europa. As telenovelas da TV Globo também foram responsáveis pelas transformações que vinham acontecendo na comunicação piauiense na década de 1970.

As telenovelas estavam cada vez mais populares e aos poucos já podiam ser transmitidas a cores, embora não houvesse tantos televisores na época para apresentar imagens em cores. Para tentar envolver cada vez mais novos telespectadores, a TV Clube investia em anúncios de jornais impressos que chamavam o telespectador a acompanhar as telenovelas (VAZ, 2007, p.7).

O primeiro telejornal piauiense foi o 'Tele-4'. Tinha duração de 15 minutos e era veiculado sempre às 20 horas, de segunda-feira à sábado. Em 1974, as imagens da TV Clube chegavam a vários municípios do Estado e na vizinha cidade de Timon-MA. "Apesar disso, a emissora apresentava dificuldades em desenvolver ações capazes de responder aos anseios do

público e conquistar o mercado de anunciantes locais” (SANTOS, 2010, p.112). No mesmo ano a emissora realizou sua primeira transmissão externa ao vivo, por ocasião do desfile das escolas de samba de Teresina durante o carnaval.

A exclusividade da TV Clube nas transmissões televisivas em Teresina durou 14 anos, findando justamente com os anos de privações democráticas no país. Na segunda metade da década de 1980, outras emissoras foram criadas no Estado, nos mesmos moldes da precursora: por grupos empresariais envolvidos com o campo político. Em 1986, foi criada a TV Pioneira, empresa do ex-deputado estadual Jesus Elias Tajra (ARENA). A emissora nasceu afiliada à Rede Bandeirantes de São Paulo. Com sua chegada, iniciou-se uma nova fase da televisão piauiense porque marcou o começo da concorrência pela audiência. Beneficiou também o mercado de trabalho e a profissionalização.

Com o fenômeno da concorrência e da abertura política em todo país, as duas emissoras procuraram melhorar seus padrões internos de produção. Nesse período, surgiram novos profissionais de vídeo, novos cenários foram incorporados aos estúdios, foram adquiridos equipamentos mais sofisticados e concedidos aumentos salariais (SOUSA, 1988, p. 10).

Também em 1986 é inaugurada a TV Educativa do Piauí, sendo a primeira emissora com outorga educativa do Estado. Ampliando a concorrência à TV Clube, na mesma década, em 1988, surge a TV Antena 10, pertencente ao grupo JET, do empresário José Elias Tajra. A emissora iniciou suas atividades retransmitindo a programação da extinta TV Manchete e, a partir de 1997, vinculou-se a TV Record.

A história da TVE Piauí tem início em 1984, durante o governo de Hugo Napoleão. Neste ano, o decreto nº 6.096, de 22 de novembro, instituiu a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Piauí (FADEP), órgão vinculado à Secretaria de Educação que tinha, dentre outras finalidades, executar serviços de radiodifusão educativa, compreendendo a produção e/ou veiculação de programas de rádio e televisão educativas, sem fins lucrativos. A entidade também visava o desenvolvimento de tecnologias educacionais, bem como a preservação e enriquecimento dos valores éticos, morais e culturais da sociedade.

No mesmo ano, no dia 05 de dezembro, o secretário de educação Átila Freitas Lira divulga o Estatuto da televisão educativa local. Apreciada pelo conselho curador da FADEP e aprovada pelo governador, o documento composto por 33 artigos, indica que os objetivos e a programação de radiodifusão da emissora seriam submetidos ao aval do Ministério de

Educação e Cultura, como também a disponibilidade de seu conteúdo para esse Ministério veicular em emissoras similares de outros Municípios, Estados, Territórios e União.

Por meio do decreto nº 91.316, de 11 de junho de 1985, o Presidente da República José Sarney outorgou a concessão à FADEP para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, pelo prazo de 15 anos, na cidade de Teresina-PI. O decreto deixava claro que a emissora deveria ter fins educativos e sem objetivo comercial.

Outro decreto presidencial, de 6 de fevereiro de 1986, nº 92.372, autorizou o Governo do Estado do Piauí a explorar, por meio da FADEP, o serviço de radiodifusão na capital em ondas médias, mediante convênio com o Ministério das Comunicações. A determinação reforçava a finalidade educativa da TVE Piauí.

Enquanto se esboçava a construção de uma televisão educativa no Piauí, em nível nacional a fragilidade do Regime Militar e o início da redemocratização na década de 1980 permitiram a retomada dos programas populares na televisão brasileira, motivada, dentre outros fatores, pela inauguração do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), de Sílvio Santos, em 1981. A nova emissora provocou a retomada dos programas de auditório em todas as TVs brasileiras. “Se, por um lado, o SBT foi obrigado a se modernizar, por outro, as demais emissoras, em particular a Rede Globo, tiveram que se popularizar para não perder a faixa de público que estava migrando para o SBT” (MIRA, 2010, p. 169).

Os anos de 1980 marcam também a expansão internacional. Neste momento, programas da Rede Globo, como jogos de futebol e novelas, foram comercializados para mais de 70 países. Em vista disso, houve um processo de fortalecimento da cultura de consumo desencadeada pela força da indústria cultural brasileira.

Naquele momento, a televisão foi o braço aglutinador, pois através de sua grade de programação, incluindo a dramaturgia, “se colocou” como um lugar importante no processo de construção de uma ideia de Brasil “antena” com as transformações culturais, advindas da formulação de uma política que se vinculava cada vez mais a uma economia de mercado globalizada (CAMINHA, 2010, p. 202).

À medida que a televisão comercial nacional expandia seus horizontes, o país também já mantinha contato com outro modelo de emissora, as não comerciais. No Brasil, a primeira emissora educativa foi criada em 22 de novembro de 1968. A TV Universitária, Canal 11 de Recife-PE, surgiu, dentre outros fatores, pelo número de televisores existentes na região Nordeste – cerca de 200 mil (PORCELLO, 2002). Além disso, havia o interesse de oferecer ao público uma programação informativa, cultural e educativa.

A experiência precursora no Nordeste foi adotada pela TV Cultura de São Paulo. Adquirida, pelo Governo do Estado em 1967, dos Diários e Emissoras Associados, e colocada no ar com nova roupagem em 15 de junho de 1969, sob a tutela da Fundação Padre Anchieta, ligada à Secretaria de Cultura do Governo de São Paulo. De acordo com Rocha (2006), a emissora surge inspirada em modelos mundiais como a estadunidense *Public Broadcasting Service* (PBS) e a inglesa *British Broadcasting Corporation* (BBC).

A TV Cultura aparece em meio a uma das maiores crises de legitimidade do poder no Brasil provocada pelo modelo econômico do Regime Militar que excluía qualquer tipo de participação democrática (LEAL FILHO, 1988). Mesmo com o vínculo político, a emissora é por lei uma fundação de direito privado com autonomia administrativa e independência do Estado ao ser dirigida por um Conselho representativo da sociedade.

Em 1973, o modelo de televisão educativa chegou ao Rio de Janeiro. A TV Educativa do Rio de Janeiro foi inaugurada, sendo vinculada ao Governo Federal por meio do Ministério da Educação. Em 1979, a emissora foi integrada ao Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED) e passou a coordenar as nove emissoras de televisão educativa existentes no país (MATTOS, 2002). Mesmo sendo criada no final da década de 1970, o SINTED teve respaldo legal apenas em 1982, por meio da Portaria MEC/MINCOM nº 162.

Igualmente em 1982, a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE) incorporou a Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT)² e o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE)³, alterando sua denominação para FUNTEVÊ⁴. Um ano depois, as rádios educativas passaram a fazer parte do SINTED e o sistema passou a denominar-se Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), regulamentado pela Portaria MEC nº 344. A coordenação político-administrativa e a operação da entidade foi direcionada à FUNTEVÊ por ser a única emissora a ter acesso ao satélite.

O objetivo principal do SINRED era o de permitir que todas as emissoras educativas veiculassem uma programação constituída por programas produzidos por todas as integrantes, diferentemente do que ocorria com as redes comerciais, que se limitavam a retransmitir a programação das cabeças-de-rede, localizadas, invariavelmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (FRADKIN, 2003, p. 58).

² Antigo Departamento de Aplicações Tecnológicas (DAT), vinculado ao Ministério de Educação e Cultura. Foi criado por meio do decreto nº 84.240, de 26 de novembro de 1979.

³ Criado por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Subordinado pelo Ministério de Educação e Saúde, o órgão tinha a finalidade de orientar a radiodifusão no país como meio auxiliar de educação e ensino, bem como promover a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo (HORTA, 1972).

⁴ Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa. Órgão específico do Ministério da Educação e Cultura criado para executar e coordenar atividades de aplicação de recursos tecnológicos à educação, cultura e desportos em âmbito nacional.

Segundo autor supracitado, o crescimento do SINRED provocou a necessidade de ampliar o raio de abrangência do sinal das emissoras e a solução encontrada foi estabelecer parâmetros para que as retransmissoras de televisões educativas pudessem inserir, em nível local, programas de interesse comunitário, desde que essas inserções não ultrapassassem a 15% do total da programação da geradora a qual a retransmissora estivesse vinculada.

A Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, transformou a FUNTEVÊ em Fundação Roquete Pinto (FRP). A organização passou por crises econômicas em pouco tempo de existência, o que desencadeou um declínio de sua programação e uma diminuição do apoio técnico e financeiro que prestavam às afiliadas. “Em 1995, com a mudança de governo, a FRP foi transferida do âmbito do MEC para a Secretaria de Estado de Comunicação do Governo (SECOM), e o SINRED foi desativado” (FRADKIN, 2003, p. 61).

Assim como ocorreu com o modelo de TV comercial, em que a primeira emissora piauiense foi inaugurada mais de 20 anos após o surgimento da televisão no país, no Piauí a televisão educativa surgiu tardiamente se comparado ao cenário nacional, também com quase 20 anos de atraso. Quando estabelecida em 1986, a TVE Piauí passou a retransmitir via Embratel a programação da TVE do Rio de Janeiro através do vínculo com a FUNTEVÊ.

Figura 1: Primeira logomarca da TVE-Piauí



Fonte: Jornal O Estado (10/05/1986)

Quando foi instituída, a Televisão Educativa do Piauí passou a ser gerenciada pelo Centro de Teleducação Rádio e Televisão (CETEL), órgão vinculado à FADEP. Ao adentrar

no cenário televisivo local, em termos de audiência, inicialmente a TVE tinha como concorrentes a TV Clube e a TV Pioneira. A TV Clube já possuía um público cativo em face dos anos de exclusividade, reforçados pela programação e conteúdo da TV Globo – que já era líder nacionalmente. Por sua vez, a TV Pioneira, mesmo tão recente quanto à TV Educativa, nasceu estruturada tecnicamente e logo assumiu a vice liderança na audiência no estado.

Como televisão não apenas retransmissora, como também geradora, era necessário que a TVE Piauí se adequasse às normas do artigo 13 do Decreto-Lei 263/67, onde indicava que as emissoras educativas se destinavam a divulgação de programas educacionais mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Cabia aos gestores da televisão, com investimentos do governo estadual, criar condições para a produção desse conteúdo.

1.3. TV Educativa: instrumento de propaganda política

A televisão educativa do Piauí foi implantada oficialmente no dia 10 de maio de 1986. Na ocasião foram inauguradas apenas as instalações da emissora, no bairro Monte Castelo, zona sul de Teresina. Naquele momento, o governador Hugo Napoleão estava se despedindo do cargo para lançar candidatura ao Senado. Em 14 de maio do mesmo ano, esse gestor entregou uma carta de renúncia para a Assembleia Legislativa. Seus últimos dias no comando do Governo foram marcados por sucessivas inaugurações de obras em todo Piauí.

As ações de Hugo Napoleão eram repercutidas nos jornais locais, e, sobretudo, no último mês de sua gestão, é possível identificar diariamente matérias referentes a atos políticos. Com a instituição da TVE não foi diferente. O evento foi explorado na mídia local com propaganda nos dois maiores jornais piauienses da época: O Dia e O Estado. De acordo com o texto promocional, a emissora viria para fortalecer a educação do Piauí.

TVE PIAUÍ ILUMINANDO CAMINHOS

Dentro das diretrizes básicas do Governo Hugo Napoleão em levar ao maior número de pessoas a Educação e a Cultura, está sendo implantada a TVE-Piauí Canal 2.

Sua implantação vem preencher uma lacuna de apoio à educação formal bem como à informal. Dentro desse prisma, seu principal objetivo educacional é levar às populações carentes a educação básica de 1º grau menor – primeira a quarta série e disseminar a cultura através das massas, difundindo os valores culturais brasileiros e principalmente os nordestinos.

Sua programação diária é concentrada numa orientação que se direciona para estes objetivos, além de ter ação voltada para a produção e adaptação de programas educativos, organização da recepção de som e imagem, e para transmissão e retransmissão de programas televisivos.

Com sede em prédio moderno, e com instalações adequadas porque feitas especialmente para seu funcionamento, a TVE Piauí Canal 2 está sendo criada com o objetivo maior de desenvolver a conscientização dos indivíduos dentro da sociedade, se preocupando em preservar e enriquecer os valores éticos morais e culturais de nosso povo. Assim, sua criação representa o maior passo até hoje dado em Educação e Cultura de massa em nosso Estado (NAPOLEÃO, 10 maio 1986).

A propaganda do governo ocupou uma página de cada jornal (formato *standard*, 56 x 32 cm). No anúncio também foi apresentado o logotipo da TVE Piauí, Canal 2. Ancorada ao conteúdo, a logomarca da gestão do governador Hugo Napoleão. Na prática, a emissora não atendeu aos ideais propostos pelo Governo. A inauguração anunciada se resumiu ao prédio aonde funcionaria a televisão, pois não havia condições operacionais para gerar conteúdo.

Figura 2: Propaganda oficial do Governo Hugo Napoleão sobre a inauguração da TVE-Piauí



Fonte: Jornal O Estado (10/05/1986)

Em nota publicada em junho de 1986, o colunista do jornal O Estado, Lindbergh Pirajá, divulgou que a emissora funcionaria em circuito fechado para treinamento da equipe

técnica. Professores seriam capacitados com aulas sobre produção e roteirização. Além disso, também na coluna TV, RÁDIO & ETC... foi anunciado que a emissora não iniciou suas transmissões por causa da danificação do transmissor. O díplexador, um dos componentes do transmissor, sofreu avaria durante o transporte de São Paulo para Teresina.

Mais de cinco meses após a inauguração do prédio, exatamente no dia 28 de outubro de 1986, a emissora finalmente disponibilizou o serviço, retransmitindo em caráter experimental a programação da TVE do Rio de Janeiro. Assim como ocorreu na gestão de Hugo Napoleão, o então governador José Raimundo Bona Medeiros igualmente recorreu à propaganda oficial em jornal para divulgar o início das transmissões. O discurso assemelha ao anúncio anterior.

NO AR: EDUCAÇÃO E CULTURA (28 out. 1986)

Já está no ar a TV Educativa – Canal 2.

Sua chegada veio trazer a educação básica de 1º grau às massas e difundir a cultura genuinamente brasileira entre nossa gente.

Seus programas diários são voltados para a questão da disseminação de uma consciência maior de nossos valores culturais entre as pessoas e para a preservação e divulgação de nossas tradições populares.

Sua sede é em prédio moderno, feito especialmente para seu funcionamento. Buscando desenvolver e acelerar o processo de educação e conscientização das massas, a TVE Piauí – Canal 2 representa uma grande conquista de nosso povo.

ENTRE TAMBÉM NO AR COM A TVE (MEDEIROS, 26 out. 1986).

A propaganda foi veiculada apenas no jornal O Dia, ocupando 2/4 de uma página. Nesta, é a marca do atual governo que acompanha o conteúdo do anúncio. A (re) inauguração acontece com a veiculação de uma mensagem do governador Bona Medeiros aos piauienses. Em pouco menos de um mês após colocar o sinal do ar a emissora voltou a ficar fora do ar. Segundo o colunista Lindbergh Pirajá, “a TVE está fora do ar com problemas técnicos no seu sistema irradiante” (22 nov. 1986). Em 06 de dezembro outra nota é publicada no jornal O Estado, na coluna TV, RÁDIO & ETC..., indicando que o problema no sinal perdurava.

Figura 3: Propaganda oficial da inauguração da TVE no Governo Bona Medeiros



Fonte: Jornal O Dia (28/10/1986)

Mesmo com o início da retransmissão da TVE do Rio de Janeiro, a emissora piauiense ainda não estava estruturada para cumprir sua missão no Estado. De acordo com a coluna Roda Viva, jornal O Dia (22 de janeiro de 1987), quando houve a inauguração da TVE Piauí foi divulgado que a emissora dispunha de todo equipamento necessário para suas produções locais. No dia posterior, a mesma coluna deu voz ao Secretário de Educação do Estado, Francisco Alencar, que afirmou que a televisão não dispunha dos equipamentos indispensáveis para os trabalhos.

Afim de suprir a declarada carência de aparelhamento, a falta de mão de obra especializada e tornar a TVE uma repetidora, o Governo do Estado recorreu a uma agência de publicidade, a Convence Comunicação, para a produção dos programas. Até o final do mandato de Bona Medeiros, cinco programas foram realizados por meio da parceria.

Francisco de Assis Barreto foi um dos professores que pertenceu ao quadro pessoal da emissora. Ele afirma que o secretário de educação na época, Antônio Francisco Alencar, reuniu a equipe para anunciar a decisão de contratar uma produtora que servisse de apoio para

a produção de determinados programas locais para inserir na grade da emissora. “A TVE não tinha uma câmera, não tinha um operador de câmera, não tinha um diretor de TV, não tinha ninguém para fazer o corte. A Convence foi fundamental. Não tínhamos nem estúdio. Nós íamos gravar no estúdio que a Convence tinha” (BARRETO, 2013).

Tabela 1: Programas locais veiculados na TV Educativa após parceria com a Convence Comunicação

Parceria TVE-Piauí e Convence Comunicação	
Programas	Equipe
TVE Notícias	Apresentação: Laura Learth
TVE Debate	Direção: Francisco de Assis Barreto; Apresentação: Pires de Sabóia e Gilvan Barbosa
TVE Cultura	Direção: Francisco Castro; Apresentação: Maia Veloso
TVE Educação	Direção: Francisco de Assis Barreto; Apresentação: Pires de Sabóia e Gilvan Barbosa
TVE Esporte	Direção: Pedro Alcântara; Apresentação: William Bogéa; Comentários: Pedro Alcântara

O vínculo empregatício dos profissionais que trabalhavam nos programa era com a Convence Comunicação, e não com o Governo do Estado. A empresa produzia o conteúdo e o Estado comprava os programas. De acordo com Fernando Campos, proprietário da agência de publicidade, a parceria surgiu porque na Convence existia um estúdio de gravação nos moldes de um estúdio de televisão.

Contratamos pessoas de São Paulo para fazer iluminação, cenário, fundo infinito, panorâmico. O que tinha de mais moderno naquele tempo eu procurei fazer. Então como era um estúdio de televisão, e a TV Educativa na época não tinha basicamente nada e precisava inaugurar, eu tive a ideia de sugerir ao secretário fazer os programas no estúdio da Convence, e o secretário gostou muito da ideia (CAMPOS, 2013).

Nem mesmo a terceirização do serviço foi suficiente para organizar a programação da TVE Piauí. A emissora teve problemas com o consecutivo número de reprises do conteúdo. A coluna Roda Viva, do jornal O Dia, criticou a emissora ao relatar que “a TV Educativa embora disponha de todo equipamento necessário para suas produções locais – pelo menos foi o que se anunciou quando de sua inauguração – contratou uma agência de publicidade para cuidar do assunto” (O DIA, 22 jan. 1987, p.2). A nota intitulada “Repeteco”, informou ainda que o telejornal local, que ocupava um espaço de cinco minutos, vinha sendo repetido.

Segundo Fernando Campos, a empresa contratada não tinha responsabilidades com a organização da programação da Educativa. “Não éramos uma emissora de televisão, a Convence era uma agência de publicidade. A gente não teve a preocupação de ser uma emissora. Fomos apenas quebra galho [sic.] de uma emissora que estava nascendo e precisava de ajuda” (CAMPOS, 2013).

Figura 4: Estúdio de televisão da Convence Comunicação onde foram gravados programas da TVE Piauí



Fonte: Vídeo institucional 'Convence Comunicação: estrutura de uma agência de publicidade' (1987)

O discurso oficial do governo com a criação da TV Educativa foi de promoção do desenvolvimento e fortalecimento da educação e cultura local com a produção e veiculação de programas. Todavia, a produção escassa de conteúdo local não permitiu à emissora formar uma representação no cenário televisivo piauiense devido à falta de habilitação e de suporte técnico operacional que garantisse à TVE cumprir seus objetivos.

Além de escasso, o conteúdo da emissora não seguia um padrão de qualidade e a programação era irregular. As constantes reprises dos programas atestam que a TVE era gerenciada sem um planejamento de ações. Os programas locais não estavam adequados ao artigo 13 do Decreto-Lei 263/67, uma vez que não havia produção de conteúdo relacionado à transmissão de aulas e demais propostas educacionais.

Os primeiros anos da televisão educativa no Piauí foram precários e deficientes. O contrato com uma agência de publicidade permite entender que essa ação se deu apenas para atender a uma exigência comum às emissoras geradoras de conteúdo. Era imprescindível

produzir material como forma de prestar contas aos órgãos fiscalizadores. O serviço prestado pela Convence Comunicação não correspondeu as necessidades que deveriam ser atendidas pela TVE.

A estreia da emissora coloca em dúvida o real interesse do governo em inaugurá-la naquele momento. Durante a instituição da televisão não existia uma equipe profissional qualificada, nem mesmo equipamentos necessários para fazê-la funcionar, então o que motivou sua implantação? Como Hugo Napoleão deixou o governo no final do mandato para concorrer em 1986 ao cargo de senador, é possível entender que a solenidade de maio de 1985 tenha sido estratégica, uma vez que trazer uma emissora de televisão para o Estado sugeria crescimento e desenvolvimento.

Bona Medeiros igualmente tinha interesses políticos após assumir o governo. Colocar a TVE para funcionar também poderia causar reflexos positivos na sua carreira política dali em diante. Medeiros lançou candidatura a deputado estadual em 1990 e conquistou sua reeleição⁵. Como sua gestão durou poucos meses, era necessária uma façanha de impacto para marcar seu mandato. Possibilitar o início da retransmissão do sinal da TVE do Rio de Janeiro, bem como começar a produção de conteúdo da educativa piauiense, foi uma de suas mais expressivas ações.

⁵ Bona Medeiros já havia ocupado o cargo de deputado estadual em 1962 (UDN) e 1966 (ARENA).

TV ANTARES (2ª fase)

Capítulo 2

Governador, a televisão tem duas câmeras e uma ilha. E tem uma torre que do outro lado da rua as pessoas assistem mal a TV. Então a gente tem que ter uma torre maior e tem que ter uma antena boa. Sem sinal bom, se a televisão não pega bem quando você liga em casa, a gente não tem como conquistar a audiência. Então se o senhor quer uma televisão para o Estado todo, então temos que começar por aí.

(JOSÉ CARLOS ASBEG, 2012)

2.1. Eleições estaduais de 1986: mudanças na organização política do Piauí

O Plano Cruzado foi uma variável importante no contexto político das eleições estaduais de 1986. Com objetivo de conter a inflação no país, o Governo Federal adotou um conjunto de medidas que incluía o congelamento geral de preços por doze meses, bem como a adoção do "gatilho salarial" (reajuste automático de salários sempre que a inflação atingia ou ultrapassava os 20%). O aumento do poder aquisitivo da população favoreceu o consumo e aqueceu o mercado. Esta medida rendeu ao PMDB (partido do governador) a vitória nas eleições para governador em todos os estados brasileiros com exceção do estado de Sergipe (EPITÁCIO, 2010).

Assim como ocorreu nas eleições de 1982, o PMDB no Piauí lançou Alberto Tavares Silva como candidato ao cargo de governador em 1986. Neste pleito, o partido compôs coligação com o PDS, liderado por Petrônio Portella⁶. Essa aliança foi atípica por contrariar a composição da aliança nacional denominada de “Aliança Democrática” composta pelo PMDB e PFL em prol do apoio à candidatura de Tancredo Neves, como também por ter colocado adversários políticos históricos em um mesmo grupo político⁷. Além da parceria com o PDS, Alberto Silva contou ainda com apoio de outros dois partidos: Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A disputa esteve novamente polarizada entre o PFL e o PMDB. O partido recém criado localmente por Hugo Napoleão lançou como candidato Antonio Almendra Freitas Neto, formando chapa com o PDT. A estratégia política do Plano Cruzado foi bem sucedida e poucos dias após findar as apurações as tarifas públicas foram reajustadas pelo governo, acelerando a inflação. O pleito já estava definido. Alberto Silva foi escolhido governador com 49,5% dos votos, administrando o Piauí pela segunda vez – de 1987 a 1991.

Alberto Silva, após indicação do Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, assumiu pelo partido ARENA, seu primeiro mandato em 1971. A gestão é marcada pelo caráter modernizador da cidade de Teresina. De acordo com Silveiro e Fontineles Filho (2010), o grande número de obras que o político realizou no Piauí foi uma tentativa de garantir a afirmação de uma boa imagem perante a sociedade e de atender a interesses particulares. Dentre as obras destacam: o estádio de futebol que leva seu nome, conhecido popularmente como Albertão; a maternidade Dona Evangelina Rosa e o Zoobotânico.

⁶ Ex-governador do Piauí eleito em 1962, ex-presidente do Senado Federal por duas vezes (1971/1973); (1977/1979).

⁷ Entre os anos de 1964 a 1979, Alberto Silva, foi o único governador piauiense que não foi indicado por Petrônio Portella apesar de ambos pertencerem ao partido ARENA.

O primeiro governo de Alberto Silva (1971-1975) é marcado pelo reconhecimento de aliados e adversários políticos. Considerada empreendedora, a gestão é vista como um momento de grande desenvolvimento do Estado. O período também mostrou que o governador tratava a comunicação como uma de suas metas e estratégias políticas. Prova disso foi o uso de sua influência para a instalação da primeira televisão piauiense. De acordo com o jornal O Dia (03 dez. 1972), foi o próprio governador quem trouxe o certificado de permissão para o funcionamento da TV Clube. Em outra matéria (02 dez. 1972), foi citado no impresso que Alberto Silva recebeu mensagens de felicitações pela inauguração da emissora.

De acordo com Santos (2010, p. 65) “a TV Clube foi transformada em instrumento de promoção do governo Alberto Silva, na representação de uma imagem de mudança, de avanço e desenvolvimento, nos moldes do seu projeto políticos”. A ação estava de acordo com as diretrizes administrativas do Regime Militar vigente. Com ideal de progresso e ascensão, a emissora de televisão foi transformada num símbolo ao qual a sociedade piauiense deveria se orgulhar.

O primeiro mandato de Alberto Silva, no executivo piauiense, é caracterizado por uma popularidade do governador, deixando lembranças positivas na memória piauiense. A mudança do cenário local a partir das obras de seu comando contribuiu para a população ter uma maior afinidade e identidade com o Estado. Alberto Silva é visto não apenas como o construtor da autoestima piauiense, mas também o responsável pelo reconhecimento nacional do Piauí, chegando ao ponto de ser chamado de “descobridor” do Piauí para o Brasil (FONTINELES, 2009). Esta imagem favoreceu a projeção do gestor ao cargo de senador em 1979⁸ e novamente à função de governador após 12 anos – desta vez por meio da vontade da população numa eleição direta.

Com a vitória nas urnas no pleito de 1986, o segundo mandato de Alberto Silva foi visto como uma oportunidade de reedição do primeiro, todavia esteve marcado por críticas ocasionadas por uma nova configuração histórica do Piauí. Para Silveira e Fontineles Filho (2010, p.10-11), “o contexto em que Alberto Silva foi trazido novamente à frente do executivo estadual diz respeito à memória que se firmou em torno de sua imagem como o tocador de obras”. Essa imagem ficou prejudicada porque o atraso de salário dos servidores públicos estava associado às obras realizadas por Alberto Silva. Segundo os autores

⁸ Alberto Silva foi derrotado no pleito de 1978, quando disputou o cargo de senador, mas foi eleito primeiro suplente. Com a morte do titular, Dirceu Arcoverde, o ex-governador foi efetivado.

supracitados, a causa desse atraso seria o possível desvio de verbas para ser aplicada em obras como a Barca do Sal⁹ e o Parque Potycabana¹⁰.

Se Alberto Silva havia-se inserido na memória coletiva como o principal promotor do progresso e do desenvolvimento do Estado na década de 70, na década seguinte esse mesmo projeto empreendedorista foi considerado o motor do caminho inverso de sua administração – um caminho de desgaste e de atrasos, que deveriam ser evitados pelos danos que causara (FONTINELES, 2009, p.14).

Apesar das críticas, o governador deu continuidade ao projeto da gestão anterior e seguiu com sua política "faraônica", principalmente às relativas ao transporte, com finalidade de projetar uma imagem de desenvolvimento do Piauí, exemplo do Pré-Metrô. Muitas pessoas foram empregadas no setor de construção civil e isso se transformou em discurso como justificativa para a manutenção das obras (SILVEIRA; FONTINELES FILHO, 2010).

As circunstâncias políticas da década de 1980 eram distintas daquelas de 1970. Muitas forças adversárias locais estavam fortalecidas e mantinham prestígio nacional e estadual, enquanto seus aliados não agiam com o mesmo poder de decisão anterior. Alberto Silva teve que governar com restrições orçamentárias e com a ausência do suporte de apoios federais e estaduais de que dispunha na primeira gestão. Paralelo a isso, no momento o país passava por dificuldades econômicas com a hiperinflação, os elevados índices de desemprego e o aumento das taxas inflacionárias – que resultaram em cortes nos gastos públicos e no repasse de verbas do Governo Federal para os Estados. Os problemas sociais tomaram grandes proporções e este cenário provocou inconformismo da população. Em março de 1991, final do governo, o salário dos servidores estavam atrasados em quatro meses.

Alberto Silva possuía estreita relação com a imprensa piauiense. Grupos de comunicação eram subsidiados com verbas públicas durante seu primeiro governo. Um sistema de cotas permitia a capitalização dos meios, que em troca cediam espaços para a divulgação de ações políticas (VERNIERE, 2006). Esta aproximação com a mídia local foi estendida para o segundo mandato de Alberto Silva. Sua posse foi transmitida em 15 de março de 1987 pela TV Pioneira. O gestor também fez uso da televisão no final do governo para discursar sobre os quatro anos de sua administração. Em matéria publicada no dia 14 de

⁹ Embarcação criada no governo Alberto Silva que tinha como objetivo explorar a navegabilidade no Rio Parnaíba para transporte de carga e passageiros.

¹⁰ Parque aquático com piscina de ondas, parque infantil, toboáguas. Foi criado por Alberto Silva no final de década de 1980 como opção de lazer para os piauienses.

março de 1991, o jornal *Diário do Povo* citou a formação de uma cadeia entre a TV Timon e a emissora estatal para exibir o pronunciamento do governador, que teve duração de uma hora.

A relação do governador Alberto Silva com a mídia televisiva, iniciada ainda em 1972, atesta que o gestor daria atenção especial à emissora estatal no seu segundo mandato. O ideal de modernidade, característico de sua política, foi proposto à TVE Piauí. Uma de suas estratégias esteve em trazer profissionais renomados nacionalmente para o Estado a fim de transformar o caráter amador da televisão em algo de maior proporção e visibilidade.

2.2. Ideal de autonomia: instituição da TV Antares

A mudança de governador com as eleições de 1985 traria transformações na televisão educativa piauiense. Este modelo de emissora já estava consolidado no país e colocá-la para operar de forma regular seria uma oportunidade que Alberto Silva teria para reforçar sua política de promover a visibilidade do Estado para todo país. A TV Educativa do Piauí não tinha expressividade local, porque havia menos de um ano de sua inauguração e ela não funcionava normalmente. A mudança necessária para fazê-la funcionar tinha que partir de investimentos técnicos à uma renovação do gerenciamento e de sua rotina produtiva.

Visualizando falhas no formato deixado na TVE Piauí pelo governador Bona Medeiros, Alberto Silva convidou para administrar a emissora um amigo da família, o carioca José Carlos Asbeg. Com formação em cinema pela *Polytechnic of Central London*, Inglaterra, e experiência profissional na TV Globo e TV Nacional, ambas em Brasília, José Carlos Asbeg aceitou a proposta de dar visibilidade à emissora educativa do Piauí. Além do apoio do líder do poder executivo, ele também contava com o auxílio de Antônio de Noronha Pessoa Filho, gestor da Secretaria de Educação e Cultura, órgão em que a TV era vinculada.

Antes de se instalar em Teresina, José Carlos Asbeg informou ao governador que precisava levar uma equipe para desenvolver o trabalho na televisão piauiense e, em princípio, o também cineasta Chaim Litewski¹¹, foi para a capital piauiense. Ao chegar no Piauí, Asbeg diz que a TV operava de forma precária, pouco televisiva e pouco profissional, funcionando como um cabide de empregos.

[...] às seis horas da tarde a televisão entrava no ar. De que maneira? O vigia ligava um botão e entrava a TV Educativa do Rio de Janeiro. As duas

¹¹ À época era formado na Inglaterra pela *Polytechnic of Central London*, e tinha experiência profissional na TV Educativa do Rio de Janeiro e na BBC de Londres – referência em televisão pública no mundo.

câmeras e a ilha da televisão estavam cedidas a uma produtora local [...] que cobrava para botar programas no ar na TV Educativa, com equipamento da TV Educativa. Então quando eu cheguei lá eu tinha um prédio e esses funcionários. Não tinha o que fazer [...] Então minhas primeiras providências foram: recuperar as duas câmeras e a ilha de edição e botar a equipe da TV Educativa para funcionar (ASBEG, 2012).

Apesar do momento de transição a emissora não saiu do ar. Em agosto de 1987, a TVE-Piauí retransmitiu os Jogos Panamericanos realizado nos Estados Unidos. O evento não teve cobertura de nenhuma emissora comercial do país e as competições esportivas foram mostradas pela TV Educativa do Rio de Janeiro. O momento foi aproveitado pela nova gestão da Educativa piauiense para produzir conteúdo local e exibir nos programas da casa. Para atender as expectativas planejadas para a educativa local, o novo comando proporcionou mudanças na programação e equipe. Os professores que ocupavam parte do quadro funcional foram desvinculados da emissora.

Um grupo formado em sua maioria por estudantes de jornalismo foi contratado para desenvolver o projeto pensado para a emissora. Como não tinham experiência profissional na área de televisão, foram promovidas oficinas para ensinar esses jovens a fazer TV. Para desenvolver o trabalho, integraram à equipe outros dois profissionais do eixo Rio-São Paulo, Tomil Gonçalves¹² e Roberto Machado Júnior¹³, que tinham experiência com televisão, cinema e telenovela. De acordo com José Carlos Asbeg (2012), esses profissionais “ensinaram roteiro, ensinaram edição, ensinaram produção, ensinaram texto, ensinaram fotografia, ensinaram câmera, ensinaram iluminação. Ensinaram como se fazia programa”.

A carência de profissionais qualificados era uma realidade no mercado jornalístico piauiense. O Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí era recente. Somente com a formação das primeiras turmas o cenário foi se modificando. “A criação de um curso de Comunicação fez surgir uma nova mentalidade, qualificou quem já atuava na área, revelou novos talentos e abriu um novo horizonte para a malha comunicacional do Estado” (SANTOS, 2010, p. 144).

Em 30 de dezembro de 1987, a Lei Ordinária nº 4.178, aprovada na Assembleia Legislativa do Piauí, autorizou o Poder Executivo a extinguir o Centro de Teleducação, órgão da FADEP, e instituir a Fundação Antares – Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí. Com a medida, a TVE-Piauí passou a ser TV Antares. Nome escolhido por ser Antares a

¹² Ator e assistente de direção da TV Globo (RJ), tendo trabalhado em produções como ‘Viva o Gordo’ (1981) e ‘Armação Ilimitada’ (1985).

¹³ Jornalista paulista, bacharel em Ciências Sociais, que veio ao Piauí a convite de José Carlos Asbeg e Chaim Litewski. À época já tinha experiência em produção de telenovelas na Rede Globo.

estrela que representa o Piauí na bandeira nacional. A constituição de uma fundação foi proposta por José Carlos Asbeg e Chaim Litewski na tentativa de dar autonomia jurídica, administrativa e orçamentária às emissoras de rádio e televisão.

Figura 5: José Carlos Asbeg entregando projeto de implantação da Fundação Antares ao governador Alberto Silva.



Fonte: Acervo pessoal de Chaim Litewski

Por meio da Lei Ordinária, a instituição passou a ter personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, além de plena gestão de seus bens e recursos. O código também permitiu à Fundação, mediante autorização do Governo estadual, realizar operações de crédito com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

No Art. 2º da norma, é apresentado como finalidades básicas da Fundação, explorar e executar o serviço de radiodifusão por meio de produção e veiculação de programas culturais, educativos e informativos. A Lei Ordinária nº 4.178 diz ainda as competências da instituição:

- I – Servir como meio de expressão e valorização para os grupos sócio-econômicos e todas as formas de manifestação da cultura piauiense;
- II – Operar emissoras de rádio e televisão sem finalidade comercial, com objetivos exclusivamente culturais e educativos;
- III – Promover a ampliação de suas atividades em colaboração com emissoras de rádio e televisão participantes do SINRED através de convênios ou outra forma adequada;
- IV – Colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral, no limite dos interesses comuns;

V – Articular-se com outros órgãos, em particular as Secretarias de Educação e Cultura, objetivando uma maior integração no âmbito de suas competências;

VI – Promover o treinamento e o desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão;

VII – Estender a capacidade Técnica da Fundação à prestação e serviços a setores do Estado e da comunidade para a produção de um interesse mais específico (PIAUÍ, 1987).

A lei determinava ao Poder Executivo aprovar o Estatuto da Fundação Antares no prazo de 30 dias após sua data de publicação, todavia este regimento foi publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí somente no dia 26 de fevereiro de 1988, quase dois meses após a instituição da Fundação Antares. De acordo com este regulamento, a TV tinha que gerar programas com os seguintes fins:

I - A defesa e o aprimoramento integral da pessoa humana e a valorização de seu habitat;

II - A valorização dos bens constitutivos da nacionalidade brasileira no contexto da compreensão dos valores universais;

III - A recuperação, a preservação e a divulgação da memória e da cultura piauiense;

IV - O desenvolvimento de técnicas de utilização da comunicação de massa no processo educacional, cultural e informativo;

V - O oferecimento da alternativa de lazer e entretenimento criativas e adequadas à realidade piauiense;

VI - A contribuição para o processo de integração social e administrativo do estado (PIAUÍ, 1988).

Ainda segundo o estatuto, cabia ao Governador do Estado designar o diretor presidente da Fundação Antares, assumido por José Carlos Asbeg e Chaim Litewski assumiu a direção de produção e programação.

[...] me lembro muito bem que o primeiro programa que a gente fez, e eu o coordenei, era um programa coletivo sobre o salão de Humor [...] e foi um trabalho que a gente fez todo mundo junto. Queria que eles aprendessem como era não só fazer programas, que o problema não é fazer programas, nunca foi muito difícil fazer um programa, o negócio é saber contar uma história de maneira interessante. Então eu estava interessado que todo mundo aprendesse sobre narrativa. E esse foi o primeiro programa e ficou muito legal. Ficou ótimo, apesar de ter sido feito de uma maneira super mambembe, ficou muito bom, muito bom mesmo. Tanto que vários canais de televisão no Brasil passaram. Chama-se “Sete Dias que Abalaram Teresina”, uma referência ao livro sobre a guerra civil na Rússia. [...] A ideia era que todo mundo de certa forma participasse desse programa para que eles entendessem que não precisava seguir um modelo do Globo Repórter,

no caso dos documentários não precisava ser tão linear, tão cronológico (LITEWSKI, 2012).

A emissora colocou no ar uma programação regularmente e preencheu a lacuna de conteúdo que existia inicialmente com a TVE. A TV Antares passou a ter um telejornal diário de segunda à sexta-feira – ‘Jornal Antares’. Foram feitos documentários de curta e média duração, microsséries de cinco capítulos, programas de entrevistas e infantil. A mudança administrativa por qual passou a TV Antares também resultou numa transformação da identidade visual da emissora e uma nova logomarca foi utilizada.

Figura 6: Reprodução da logomarca da TV Antares (1988)



Fonte 1: Vídeo documentário Especial TV Antares (1988)

Em junho de 1988, a TV Antares exibiu a microssérie¹⁴ 'Hortas Escolares', que abordou em cinco episódios a cidadania no ambiente escolar. O folhetim narra a história de um professor da rede Pública de Ensino, orientando um grupo de alunos a construir uma horta. Ao longo da trama são discutidas questões ligadas à posse de terra, imigração e controle das pragas naturais. O roteiro, assinado pelo jornalista Roberto Machado Junior, abordou ainda a seca e suas consequências para a comunidade rural.

A produção teve um caráter didático, e foi destinada não apenas ao público infantil, mas também para jovens e adultos. Comandado pelo professor Nonato, interpretado pelo ator

¹⁴ A microssérie é um folhetim televisivo, semelhante a uma telenovela, porém de menor duração, possuindo de maneira geral de três a cinco capítulos.

José Afonso de Lima, os estudantes puderam perceber a importância da agricultura para a economia familiar. A produção contou com apoio do SINRED, Emater Piauí, Secretaria de Educação e Governo do Estado.

Figura 7: Cena da microssérie ‘Hortas Escolares’



Fonte: Acervo pessoal de Douglas Machado

Esta microssérie caracteriza o momento favorável da emissora. Produção esta direcionada para cumprir as finalidades educativas da televisão, transferindo informações relevantes, com potencial para alterar a realidade de uma sociedade. Além disso, abordou o conteúdo com linguagem clara e objetiva, permitindo o esclarecimento do seu significado. Dessa forma, possibilitou ao telespectador criar melhores condições de agir e tomar decisões para transformar sua realidade em benefício dos interesses coletivos. Outra microssérie realizada pela TV Antares que também seguia princípios do serviço público de televisão foi ‘Cidade, Cidadão, Cidadania’, roteirizado por Zezé Fonteles.

A produção da TV Antares foi realizada com duas câmeras de configurações distintas e uma única ilha de edição. Uma das câmeras era de três tubos e a outra uma 3CCD/Sony, ambas analógicas no formato U-Matic. Douglas Machado (2012), um dos recém contratados da emissora na época, diz que não era possível usar os dois equipamentos para a gravação em um único produto porque era visível a diferença na qualidade das imagens.

Em maio de 1988 a Fundação Antares coordenou a XI Reunião do Sistema Nacional de Radiodifusão. O evento aconteceu em Teresina-PI e teve como proposta discutir a falta de

equipamentos e verbas, bem como a produção das emissoras educativas de todo país. Durante o encontro foi debatido a descentralização da produção das emissoras do eixo Rio-São Paulo, além de uma maior cooperação entre as TVs através da troca de programas, material de arquivo, informações e mão de obra. O evento teve projeção nacional por meio do Sistema Nacional com veiculação de matéria sobre a reunião na TVE do Rio de Janeiro. O acontecimento permitiu à TV Antares estreitar relações profissionais com emissoras de outros estados do país. “A gente era muito ativo nas reuniões do SINRED e havia um grupo, dentre os quais nós, São Paulo, Pará, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia, onde havia um entendimento muito grande, no sentido de produzir e compartilhar programas e ideias” (LITEWSKI, 2012).

A equipe trazida por Alberto Silva tinha respaldo nacional e internacional. À época foi firmada uma parceria entre a TV Antares e a TV Cultura para que se veiculasse na emissora piauiense o programa Roda Viva¹⁵. A emissora local também fez acordo com o Channel-4, da Inglaterra, para a co-produção de um documentário sobre o Piauí. Também ocorreram sociedades com emissoras da Rússia e Portugal.

Com a TV portuguesa a parceria foi para produzir material sobre cidades no Piauí onde os nomes coincidem com o de cidades em Portugal. A ideia era que eles fariam pequenos documentários sobre essas cidades que a gente passaria na televisão do Piauí, e nós faríamos pequenos documentários sobre as cidades piauienses que eles passariam lá (LITEWSKI, 2012).

Igualmente ocorreram parcerias para a aquisição de equipamentos. Exemplo de uma cooperação com a Embrafilmes, que cedeu equipamentos de filmagens e fitas para a produção de conteúdo na TV Antares. A notoriedade que a emissora foi conquistando por conta das mudanças realizadas contemplava os projetos administrativos de Alberto Silva. Quando completou o primeiro ano da gestão, o governo usou os meios de comunicação do Estado para dar publicidade às ações realizadas, sempre com enfoque no bem proporcionado para a sociedade. Anúncios de páginas inteiras ocuparam todos os jornais com a mensagem “Parabéns para nós!”. Reportagens com teor de progresso para o Piauí também foram comuns nos impressos da época.

Mesmo com o ideal de autonomia proposto para a TV Antares na Lei Ordinária nº 4.178/1987, a interferência política se tornava visível em alguns momentos da emissora. Para registrar o primeiro ano do governo Alberto Silva foi produzido pela televisão o documentário

¹⁵ Produzido e veiculado, semanalmente, pela TV Cultura de São Paulo, desde 29 de setembro de 1986, é um programa de entrevista, com personalidades brasileiras e estrangeiras, que aborda os mais diversos temas sobre política, educação e cultura.

‘Piauí 88 – Estado de Transformação’. O vídeo, com tempo aproximado de 30 minutos, enaltece a gestão do governador enfocando a geração de empregos, entrega de casas populares, obras do Metrô de Teresina e do Parque Potycabana, construção de escolas e estradas, bem como a expansão da energia elétrica para o interior do Estado. Outro destaque foi a Barca do Sal. Este documentário contou com a participação do jornalista Pedro Bial, da Rede Globo, que narrou e conduziu as entrevistas para o vídeo. “Foi um pedido lá. Tinha que trazer um cara de impacto. Tinha que enfeitar o pavão. A viagem foi um fiasco. O navio encalhava toda hora” (ASBEG, 2012).

O governador Alberto Silva já havia demonstrado interesses políticos com uso da televisão ainda em 1972 quando foi inaugurada a primeira TV do Estado. Administrar uma emissora estatal possibilitaria ao gestor ter controle de um instrumento massivo para propagar uma imagem positiva perante a sociedade. O documentário ‘Piauí 88 – Estado de Transformação’ é um exemplo prático do uso da TV Antares para esse fim.

Figura 8: Governador Alberto Silva faz sinal de positivo para o público a bordo da Barca do Sal (Cena do documentário 'Piauí 88 - Ano de transformação')



Fonte: Arquivo TV Antares

Em depoimento para o documentário, o governador disse sobre a Barca do Sal: “Este barco é o início da navegação do rio, do desenvolvimento do Estado, do progresso do povo. Trabalho para todos!”. O discurso, somado ao conteúdo complementar do vídeo, evidencia o propósito persuasivo da TV e, conseqüentemente, do governador. ‘Piauí 88 – Estado de transformação’ não tem caráter jornalístico, e sim publicitário.

O Pré-Metrô foi outra grande obra bastante explorada midiaticamente pela gestão estadual de Alberto Silva. O governador recebeu duras críticas dos adversários políticos em virtude dos elevados investimentos. De acordo com Fontineles (2009), durante a inauguração, em 1990, o governo enfrentava uma série de problemas junto ao funcionalismo público em virtude do achatamento e do atraso no pagamento dos salários. Mais uma vez o gestor recorreu à TV Antares para propagar sua marca de modernização e dar visibilidade às ações políticas. A solenidade de estreia do pré-metrô foi transmitida ao vivo pelo Canal 2.

É evidente a influência governamental na gestão da televisão educativa piauiense, o que fere a autonomia administrativa citada na lei de instituição da Fundação Antares. Salvaguardado essa geração de conteúdo com finalidade política, rotineiramente a emissora explorou o serviço de radiodifusão para produzir e veicular conteúdo de caráter cultural, educativo e informativo. A televisão alcançou o cenário nacional com alguns documentários e foi reconhecida estadualmente com condecorações. Em 1990, o programa ‘Encena’ recebeu o Prêmio Talentos da Comunicação na categoria melhor programa local. Já ‘Esporte Antares’, dedicado à divulgação do esporte piauiense, ganhou o Troféu Carlos Said¹⁶ pelo incentivo ao esporte amador e profissional no Piauí.

2.3. Laboratório de ideias: liberdade criativa

Com a mudança da equipe da TV Antares no início do governo Alberto Silva, os problemas operacionais foram sanados na televisão, mas, apesar da autonomia financeira proposta pela Lei Ordinária nº 4.178/1987 a emissora esbarrava na falta de recursos para investimentos técnicos. Existiam fitas com *drop out*¹⁷, problemas com iluminação, carência de cenário para a gravação dos programas, falta de gerador de caracteres. Havia apenas um carro para atender a demanda de todos os programas, bem como as questões administrativas.

Mesmo com as adversidades, a produção de conteúdo e o trabalho de formação profissional foram intensos. Às sextas-feiras acontecia na sede da emissora um cine clube, cujo curador era Douglas Machado, onde os profissionais se reuniam para assistir filmes e discutir noções de enquadramento de câmera, iluminação, fotografia, corte de cenas e trilha sonora. Tudo o que pudesse ser aplicado de alguma forma na rotina produtiva da TV.

¹⁶ Premiação municipal (Teresina-PI) criada por meio do Decreto nº 709, de 11 de novembro de 1985, com objetivo de reconhecer o trabalho de atletas e profissionais que se destacam na valorização do esporte local.

¹⁷ Ocorre quando não é possível ler o que está gravado num fita magnética e se produz uma interrupção na sequência de som ou imagem.

Ficou na minha mão a coordenação desse cine clube. A ideia era que as pessoas de todas as áreas – técnica, diretores, redatores, editores – assistissem. Sempre que um filme era exibido a gente explicava um pouco das circunstâncias que ele era feito, pra que as pessoas pudessem assistir e ao mesmo tempo aprender. A gente escolhia uma série de filmes que tivesse alguma coisa próxima da nossa realidade, que pudessem dialogar com o que a gente buscava como linguagem, conceito. E ajudava. Muitas das ideias dos documentários que a gente fez, como dos programas, a gente via o rigor das pessoas no aprendizado com esses filmes (MACHADO, 2012).

Durante o período não havia inserção comercial. Além das propagandas oficiais e chamadas dos programas nacionais e locais, os intervalos eram preenchidos com poemas clipes – com textos de escritores nacionais e piauienses (como H. Dobal e Mário Faustino). Ainda que houvesse interferência política na geração de conteúdos, rotineiramente a equipe da TV Antares trabalha com foco em assuntos do dia a dia dos piauienses.

A gente queria fazer um trabalho que tivesse fundamento para a sociedade local, para o Estado do Piauí [...] As pessoas vão se ver. As pessoas vão ouvir o seu falar. Vão ser sua cara. Vão discutir suas questões, seus problemas sociais, econômicos, esportivos, culturais. O Piauí tem que estar aqui dentro. Esse foi nosso conceito (ASBEG, 2012).

Com o propósito de superar os problemas técnicos, a equipe da emissora buscava meios alternativos e criativos para aplicar na produção. Exemplo da forma como geravam caracteres e como elaboravam vinhetas de alguns programas.

Os créditos de nossos programas e documentários eram todos feitos à mão. A gente escrevia na cartolina e a câmera passeava. Eu me lembro dos créditos do Hortas Escolares, que foi um grego que trabalhava aqui quem fez. Eles criaram um rolo, colaram várias cartolinas e pregavam um adesivo com os créditos. A câmera ficou fixa e o grego ficou puxando o papel. O papel subia como se fosse um teleprompter. O *À Queima Roupas* foi escrito o nome do programa com pólvora e tocou fogo (MACHADO, 2012).

A emissora não dispunha de link para entradas ao vivo na programação. Marcela Aragão, que atuou na Antares como editora, produtora e diretora de TV, explica como os profissionais operavam para suprir tal carência. “Nós não tínhamos como fazer ao vivo, mas a gente gravava, corria para a TV e botava no ar como se estivesse ao vivo” (ARAGÃO, 2013). Outro empecilho superado de maneira alternativa foi a carência de cenários. Alguns dos programas eram gravados na área externa da TV. O espaço ficou conhecido como ‘estúdio bananeira’. Isso porque haviam plantas bananeiras no local, e tecnicamente era um ponto de

luz que não precisava de iluminação artificial. Além de entrevistas para o telejornal e documentários, programas como ‘Repeteco’ e ‘Animando’ eram gravados no espaço.

Dirigido pelo cineasta Douglas Machado, na época estudante do curso de jornalismo da UFPI, o ‘Animando’ ocupava diariamente meia hora da programação noturna da TV Antares. O programa, apresentado por Norma Cury, não tinha como foco produções piauienses e exibia arquivos de imagens, videoclipes, animações, curtas-metragens e efeitos especiais. O ‘Repeteco’ foi o primeiro programa dessa segunda fase da televisão e foi apresentado pela também acadêmica do curso de jornalismo da UFPI, Maia Veloso.

Figura 9: Imagem do 'estúdio bananeira'. Espaço usado para gravação de programas da TV Antares



Fonte: Documentário Especial Antares (1988)

O primeiro programa infantil da televisão educativa piauiense, ‘Pultrica’, também incluiu cenas gravadas no ‘estúdio bananeira’. Dirigido por José Gallas e apresentado por Luri Almeida¹⁸, a atração tinha uma linguagem experimental com base artística, sobretudo o teatro de bonecos e o teatro de sombras. Com caráter educativo, era constante a participação do público infantil no programa por meio de quadros como ‘Oficinando’ e ‘Poemas Para Desenhar’. Em depoimento para o documentário Especial Antares (1988), a apresentadora Luri Almeida relatou que as crianças não eram dirigidas. Elas interagiam de forma espontânea. “Você estimulava a criança e ela dava o que tinha dentro dela, a forma dela, o

¹⁸ Atriz profissional, ex integrante do Grupo de Teatro Vento Forte (SP), e professora de artes.

recheio dela. Você soltava um poema e ela [criança] ia desenhar o que ela imaginava. Muitas vezes eles mesmos faziam os poemas”.

As experiências na Europa com o modelo de televisão educativa permitiam a José Carlos Asbeg e Chaim Litewski dirigir os profissionais locais para o formato didático e cultural proposto para a TV Antares. A emissora conquistou respaldo nacional com a veiculação de reportagens locais no telejornal da Rede e documentários. A FUNTEVÊ – Rede Brasil criou um espaço, às sextas-feiras à noite, para exibir produções das emissoras afiliadas. Dentre os documentários exibidos para todo o país estavam: “Navio do Sal” (Anexo I), “Torquato Neto: O Anjo Torto” (Anexo II) e “Mimbó” (Anexo III).

A visibilidade nacional dada à cultura piauiense, promovida pelos documentários, atesta que a TV Antares buscou cumprir suas finalidades descritas na Lei Ordinária nº 4.178/1987. A emissora retratou e promoveu manifestações culturais do Estado. Fica evidente também que o objetivo educativo é respaldado pelo conteúdo de ordem informativo e infantil.

Com a aproximação das eleições gerais no Brasil em 1990, a televisão estatal foi aos poucos perdendo força e sendo envolvida pelo cenário político piauiense. No final do governo Alberto Silva a TV sofreu mais uma vez com a falta de recursos. Além da carência de investimentos, os servidores foram vitimados com o atraso no pagamento dos salários.

TV EDUCATIVA DO PIAUÍ (3ª fase)

Capítulo 3

ANTARES

A TV Antares deverá ter seu nome mudado. A emissora passaria a ser chamada somente de TV Educativa, como já foi há algum tempo.

(COLUNA EM TEMPO, Jornal Diário do Povo, 01 mar. 1991)

3.1. Pleito de 1990: PFL retoma poder executivo piauiense

No dia 03 de outubro de 1990, o eleitorado piauiense voltou às urnas para indicar o novo representante ao cargo de governador do Estado. O pleito foi, novamente, marcado pela disputa centralizada entre o PFL e o PMDB. O partido do governador Alberto Silva lançou, por meio da coligação PSDB/PMDB/PL/PDC/PTR/PRN, Raimundo Wall Ferraz¹⁹ como candidato. A oposição formou a aliança PFL/PDS/PTB/PSC, que teve Antônio de Almendra Freitas Neto como postulante à função de chefia do poder executivo.

De acordo com Brandão (2006), a vitória de Alberto Silva na eleição de 1986 indicava que a política liderada por Hugo Napoleão e Freitas Neto não teria mais forças para competir no Piauí. Todavia, o autor indica três fatores que contribuíram para que o PFL continuasse com força administrativa para disputar do governo, possibilitando a retomada do controle do estado e ampliando as chances de vitória no pleito.

Inicialmente, a imagem negativa da segunda gestão do governo Alberto Silva. O governador sofreu duras críticas por priorizar apenas três obras (metrô, Potycabana e Barca do Sal), como também pela distribuição da gratificação de representação em todo Piauí, fato que resultou na oneração da folha de pagamento. Alberto Silva também teve que enfrentar diversas greves, muitas delas motivadas pelo atraso dos salários dos servidores.

Outra causa foi a resistência mantida pelo PFL durante a gestão do PMDB, zelando, mesmo na adversidade, a grande maioria de suas lideranças políticas e preservando o posto de maior partido no Estado. A sigla elegeu um grande número de prefeitos e vereadores no interior, além de manter intacta sua base de sustentação na Assembléia Legislativa.

Por fim, um novo fator foi o rompimento do PDS de Lucídio Portella, vice-governador do Estado, com o governador Alberto Silva. Hugo Napoleão, Freitas Neto e Lucídio Portella voltaram em 1990 ao mesmo palanque. O ex vice-governador concorreu nas eleições à única vaga para o Senado Federal e indicou seu genro, o deputado estadual Guilherme Melo, como candidato a vice de Freitas Neto.

O cenário demonstrava favorecer a chapa liderada pelo PFL. A novidade no pleito foi a obrigatoriedade de segundo turno, desde que algum candidato não alcançasse mais da metade dos votos válidos. Freitas Neto venceu os adversários no primeiro turno com 466.497 votos, mas não foi o suficiente para elegê-lo, exigindo segundo turno.

¹⁹ Raimundo Wall Ferraz foi secretário de educação do Piauí no primeiro governo Alberto Silva. Assumiu a prefeitura de Teresina-PI, pelo ARENA, entre os anos de 1976 e 1979. Foi eleito novamente ao cargo, agora pelo PMDB, e governou a capital entre os anos de 1986 e 1989. Após divergências com o PMDB, Wall Ferraz ingressou no PSDB e candidatou-se a governador do estado.

No segundo turno, a chapa PFL/PDS/PTB/PSC venceu o pleito conquistando 54,8% dos votos válidos, contra 45,2% da coligação PSDB/PMDB/PL/PDC/PTR/PRN. Um fato histórico desta votação foi a eleição de José Nazareno Cardeal Fonteles, primeiro deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT), partido no qual futuramente seria responsável pelo fim da polaridade do controle do poder executivo piauiense entre PFL e PMDB.

De acordo com Freitas (2010, p. 103), “é a partir dessa eleição que o padrão da composição das bancadas no Legislativo deixa de ser centrada nos três principais partidos da década de 1980 (PMDB, PFL e PDS), indicado pela entrada de novos partidos na arena legislativa estadual: o PT, o PDC e o PL”. Mesmo com a reconfiguração do cenário político, o PFL conquistou a maior bancada da Assembléia com 12 cadeiras. O PDS elegeu quatro deputados e o PMDB alcançou nove representantes no parlamento.

O novo chefe do Poder Executivo piauiense iniciou seu mandato em março de 1991. A posse garantiu ao Partido da Frente Liberal assumir todas as secretarias políticas, bem como a maioria das pastas econômico-administrativas e sociais. Para Freitas (2010), o predomínio dos pefelistas durante esse governo mostra como o peso do partido do governador pode influenciar a ocupação dos cargos político-administrativos, principalmente quando, na aliança montada, os partidos coligados possuem menor força eleitoral. Durante a gestão de Freitas Neto fora criada a Secretaria de Comunicação Social, passando a compor o quadro de Secretarias de Estado e elevando a comunicação como setor estratégico da política. A pasta foi conduzida por Sebastião Rocha Leal Júnior²⁰ (PFL).

A posse de Freitas Neto foi transmitida ao vivo pela TV Pioneira em cadeia com a TV Educativa. De acordo com matéria publicada no Jornal Diário do Povo, em 16 de março de 1991, um estúdio foi montado dentro do plenário da Assembleia Legislativa aonde foi veiculada a solenidade. As emissoras, posteriormente, divulgaram a delegação de cargos que ocorreu no Palácio de Karnak.

A televisão educativa piauiense foi usada como instrumento de promoção da força política atuante. Agora em parceria com uma emissora comercial com vínculos políticos com o PFL, uma vez que seu proprietário, Jesus Elias Tajra, era membro do partido. O acontecimento segue a lógica da influência do Estado no campo jornalístico designada por Bourdieu (1997), onde o poder simbólico conferido às grandes autoridades define por suas ações, decisões e intervenções, a rotina produtiva dos meios, a ordem do dia e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem à mídia.

²⁰ Advogado, à época membro do PDS no Piauí.

Figura 10: Equipe da TV Pioneira transmitindo a posse de Freitas Neto



Fonte: Jornal Diário do Povo, 16 mar. 1991

De acordo com Bourdieu (1997, p. 20), “a televisão é um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica”. Talvez por isso que no mundo moderno este meio de comunicação seja um dos maiores canais de controle da sociedade. A linguagem audiovisual pode destoar a realidade, impor ordens, ditar regras e direcionar o foco para interesses econômicos e políticos. Seguindo a lógica da produção de notícias a partir do interesse dos investidores, é possível afirmar que essa associação entre Estado e televisão pode comprometer os produtos culturais da TV educativa piauiense e fazer da mesma um canal hegemônico, com discurso ideológico que busca beneficiar uma minoria detentora do poder.

Durante o mandato de Freitas Neto, a emissora esteve constantemente direcionada para dar publicidade às ações do poder executivo, sobretudo dos trabalhos realizados pela Secretaria de Educação. Com uma TV sob seu controle, o governo tinha autonomia para regular a produção de conteúdo e difundir seus ideais políticos.

O governador Freitas Neto renunciou ao cargo para lançar candidatura ao Senado nas eleições de 1994. Guilherme Melo (PPR)²¹, enquanto vice, assumiu a administração do Estado num período de nove meses. A nova gestão promoveu alterações na composição do cenário político local. Secretários foram exonerados, dando vaga a outros 16 dirigentes. Uma das pastas alteradas foi a de Comunicação Social, que passou a ser comandada pelo diretor da TV Educativa – Eurípedes de Aguiar (filiação ao PPR).

²¹ O Partido Progressista Reformador (PPR) surgiu, em 1993, a partir da união do Partido Democrático Social (PDS) com o Partido Democrático Cristão (PDC).

Ainda durante o governo Freitas Neto, a televisão gerenciada pelo Estado retomou o título de Televisão Educativa do Piauí. Neste período, considerada na pesquisa como a terceira fase da história da emissora, houve uma pequena produção. Boa parte dedicada a noticiários. Além desse conteúdo informativo, a emissora buscou cumprir a prestação de um serviço público com programetes²² sobre temas variados.

3.2. Reinstituição da TVE Piauí: tentativa de expansão para o interior

No dia 27 de março de 1991, Freitas Neto assinou a Lei estadual nº 4.382, que dispõe sobre a organização oficial do Governo e fixa as diretrizes para a administração pública. O capítulo XXV da norma relata sobre a Secretaria de Educação do Estado. Nele é citado o vínculo da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí a esta secretaria e aponta a função da FADEP de promover o ensino por meio de rádio e televisão, retomando assim o gerenciamento da emissora educativa à instituição.

Ainda segundo o regulamento, o capítulo XXV lista os órgãos e entidades extintos pelo poder executivo. Dentre eles a Fundação Antares – Rádio e Televisão Educativa e Cultural do Piauí, que teve suas atribuições transferidas para a FADEP. A entidade absorveu a dotação orçamentária daquela dissipada, bem como lotou seu pessoal e absorveu seu acervo material e patrimonial. Com o fim da TV Antares, a emissora voltou a ser TVE Piauí.

Segundo matéria publicada no jornal Diário do Povo, em 20 de março de 1991, nos primeiros dias do mandato de Freitas Neto foi realizada uma auditoria na emissora onde constataram o desaparecimento e confisco de equipamentos. A televisão funcionava de forma precária e com equipamentos cedidos por outras emissoras. O balanço diagnosticou também o sumiço de um telão, aparelhos de videocassete e diversas fitas U-Matic.

A inspeção foi uma orientação do poder executivo estendida a todos os órgãos governamentais. Na televisão educativa o trabalho esteve a cargo do engenheiro Guilherme Barçanti. A partir de um levantamento com base nas notas de compra, foi constatado o embargo de uma ilha de edição por falta de pagamento do serviço de conserto. Ainda de acordo com o jornal Diário do Povo (20 mar. 1991), “enquanto durar a auditoria da Educativa os funcionários são mantidos fora das salas de equipamentos”.

Francisco de Assis Barreto retornou à televisão e assumiu a direção executiva da emissora, permanecendo no cargo durante os quatro anos de governo, enquanto Eurípedes de

²² Programa com no máximo cinco minutos de duração.

Aguiar foi admitido na função de diretor de programação. Durante o início do governo Freitas Neto a emissora ficou fora do ar.

Para reativar sua programação local, fora do ar há cerca de 60 dias, a TV Educativa do Piauí precisa de Cr \$ 25 milhões que deverão ser aplicados na recuperação dos equipamentos. A previsão é que a emissora fique em recesso por mais de 60 dias, até que vença o prazo do decreto assinado pelo governador Freitas Neto, no mês passado, proibindo os gastos públicos com despesas que fujam à folha de pagamento dos servidores (DIÁRIO DO POVO, 10 maio 1991, p.4).

Após reparos técnicos a TVE Piauí aos poucos foi retomando suas atividades. Um dos primeiros programas a estrear foi o ‘Balcão de Empregos’. Iniciando a veiculação em julho de 1991, a atração tinha curta duração de três minutos e resumia em anunciar as ofertas de trabalho do Sistema Nacional de Empregos do Piauí (Sine). O informativo também prestava o serviço de encaminhar candidatos às vagas dos cursos profissionalizantes do Senac.

Paralelo às ações estaduais, o Governo Federal também criava estratégias para atuar nas emissoras educativas. Em agosto de 1991 estreou nacionalmente o ‘Jornal da Educação’. O noticiário surgiu de um projeto do Ministério da Educação, aprovado pelo presidente da República, Fernando Collor de Mello, e tinha como objetivo promover as práticas educacionais no país. O conteúdo era transmitido via satélite para as TVs que integravam a Fundação Roquete Pinto.

Uma base de profissionais que fazia parte do quadro da TV Antares foi mantida para trabalhar na TVE Piauí. A emissora passou a produzir 10% do conteúdo que veiculava. Novos programas ocuparam a grade de programação, como os telejornais ‘Jornal da Educativa’ e ‘Jornal da Educação’ e os programas esportivos ‘Esporte Dois’ e ‘Mesa Redonda’.

Nesse período, a emissora iniciou um projeto de expansão do sinal para municípios do interior do Piauí. Em busca desse propósito, o presidente da FADEP, Almir Bitencourt, anunciou em julho de 1991 a instalação de retransmissoras da TVE Piauí nas cidades de Floriano (canal 9), Picos (canal 13) e Parnaíba (canal 2). Além de veicular os programas da Fundação Roquete Pinto, o projeto de interiorização visava ainda a reciclagem e treinamento de professores para melhorar a qualidade do ensino.

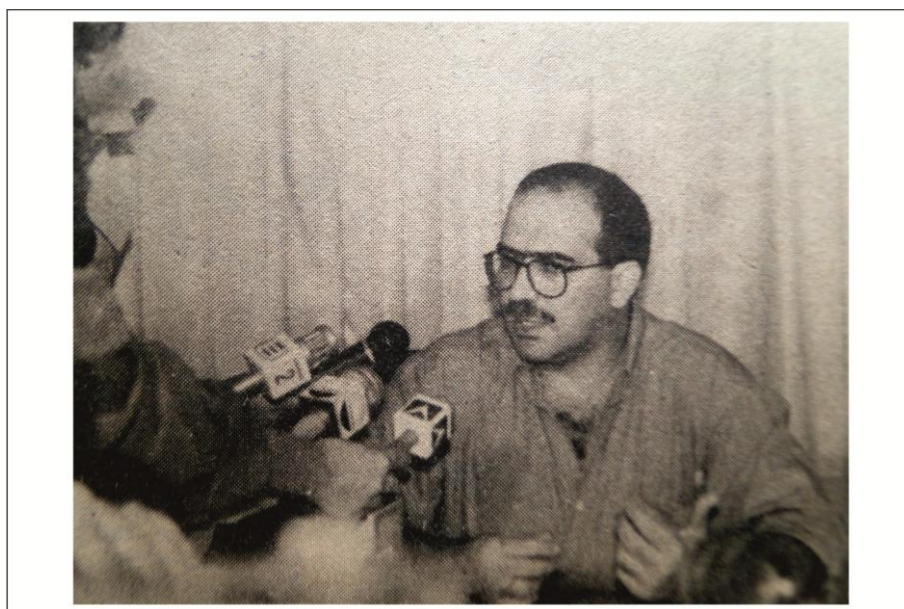
De acordo com o Termo de Compromisso entre a FADEP e a Fundação Roquete Pinto, assinado em abril de 1992, a licitação para a aquisição de equipamentos e construção de abrigos para transmissores a fim de implantar estações retransmissoras no interior piauiense

foi aberta em 1988. Todavia, razões operacionais e de ordem econômica fez com que a FRP não cumprisse o contrato com a empresa Lys Eletronic LTDA, vencedora da licitação.

As entidades envolvidas no convênio acordaram três condições para garantir o projeto de expansão: I) a FADEP se comprometeria a fazer a instalação das retransmissoras em Picos, Parnaíba e Floriano para veiculação da programação da Fundação Roquete Pinto, através do SINRED; II) a FADEP se comprometeria a quitar junto à Lys Eletronic LTDA o saldo remanescente dos valores dos equipamentos adquiridos pela FRP; III) a Lys Eletronic LTDA se comprometeria a reconhecer à FRP a quitação dos valores já percebidos e constantes em notas fiscais, ficando claro que nada mais tem a reclamar uma da outra em função do que foi convencionado em contrato.

A interiorização da TVE Piauí foi divulgada na imprensa local por meio de uma entrevista coletiva concedida por Almir Bitencourt. Durante o encontro com jornalistas, o gestor informou que as emissoras de todos os municípios iriam retransmitir o conteúdo da FRP e gerar seus próprios programas. O presidente da FADEP anunciou ainda a chegada de torres, antenas parabólicas e todo material necessário para as novas estações.

Figura 11: Almir Bitencourt em entrevista coletiva anunciando a interiorização da TVE Piauí



Fonte: Jornal Diário do Povo, 27 de julho de 1991

O discurso do gestor contradiz com a normatização das emissoras, uma vez que TVs retransmissoras não tem competência para produzir e veicular conteúdo. A ampliação do sinal, além de descentralizar da capital as ações da TVE Piauí, objetivava ainda melhorar a

qualidade do ensino no interior suprindo a carência de professores. A proposta seguia a lógica de um plano nacional, implantado no Brasil ainda entre as décadas de 1960 e 1970, que estava programado pedagogicamente para usar a televisão como ferramenta de ensino.

Em agosto de 1992, como parte do programa de interiorização da TV Educativa, foi divulgada a licitação para compra de equipamentos a serem instalados em outros sete municípios piauienses: José de Freitas, Beneditinos, Paulistana, Bom Jesus, Santa Filomena, Curimatá e Inhumas. Neste período, das três retransmissoras divulgadas no ano anterior, apenas Parnaíba operava, e de forma experimental.

Enquanto esbarrava na inoperância do projeto de expansão, a TVE Piauí continuava com a produção de programas orientados na prestação de serviço. Depois do ‘Balcão de Empregos’ surgiram o ‘Plantão de Farmácias’, que divulgava valores de medicamentos e aonde os remédios poderiam ser adquiridos com preços mais acessíveis, e o ‘Serviço de Táxi’, informando a localização de pontos de táxi em Teresina. A emissora passou também a divulgar diariamente em sua programação os preços dos produtos da cesta básica.

A TV Educativa estreou em julho de 1992 o ‘Oitão da Casa Grande’. O programa foi apresentado pelo cordelista Jurdan, dirigido por Laurent Mattalia e tinha produção e assistência de direção de Maneco Nascimento. Voltado para a divulgação da cultura popular piauiense, o ‘Oitão da Casa Grande’ abriu espaço para artistas que normalmente não tinham visibilidade na mídia, como emboladores, sanfoneiros e violeiros. À época, a TVE Piauí possuía um horário de transmissão no circuito nacional e com isso o ‘Oitão da Casa Grande’ também foi veiculado para todo país via satélite.

Ao comemorar um ano do programa no ar em 1993, a emissora organizou um evento aberto ao público no Theatro 4 de Setembro, centro de Teresina, e contou com a participação de diversos artistas locais, como o músico Naeno e o humorista João Cláudio. O ‘Oitão’, como ficou conhecido, era exibido sempre aos sábados à tarde e reprisados aos domingos pela manhã. A festa de aniversário foi gravada e exibida posteriormente na TV Educativa.

Em 1992, a Educativa piauiense firmou parceria com a Rede OM de Televisão²³. A emissora local deu suporte técnico para o grupo nacional durante a transmissão ao vivo do jogo Picos X Fluminense, válido pela Copa do Brasil de 1992. O episódio deu abertura para uma sociedade em que a televisão piauiense, além de retransmitir o conteúdo da Fundação Roquete Pinto, também passou a dispor de uma nova programação para veicular localmente.

²³ Rede de televisão formada em 1992 com instalações no Paraná e Rio de Janeiro, atingindo São Paulo por meio de parceria com a TV Gazeta. Operou por pouco mais de um ano, mas ganhou destaque no jornalismo esportivo com a transmissão da Copa do Brasil e Taça Libertadores de 1992.

O acordo estabelecia que a emissora local colocasse no ar apenas o que fosse considerado relevante, e assim passou a retransmitir outras partidas de futebol.

Essa inserção de conteúdo esportivo massificado, comum às televisões comerciais, permite compreender que a TVE Piauí ocupou um espaço destinado à programação educativa embasada na lógica da luta pela audiência. Contudo, em vez de atrair anunciantes e investimentos publicitários (fundamento do mercado das TVs privadas), o governo tinha como objetivo através da popularização do conteúdo quantificar a visibilidade da emissora a fim de garantir eficiência para suas mensagens políticas.

Anterior ao contrato com a Rede OM, outro convênio divulgado pela TVE Piauí ganhou notoriedade na mídia local. Em agosto de 1991, a direção da emissora comunicou uma parceria com a Televisão Educativa de Nebraska (EUA). Em matéria publicada no jornal Diário do Povo (15 ago. 1991), o acordo tinha por objetivo assegurar uma ajuda de custo à TV local e permitir a troca de experiências na área do ensino através dos meios de comunicação. Tinha o propósito também de possibilitar o acesso de estudantes piauienses ao Estado norte-americano através de bolsas de estudo.

À medida que a gestão da TVE Piauí se articula politicamente para fazer a emissora funcionar; em nível nacional, a década de 1990 marcava na televisão brasileira a segmentação do conteúdo, provocada sobretudo pelo começo da popularização da TV paga. O fato fez com que as emissoras abertas persistissem com o baixo nível da programação como estratégia na disputa de público. “A vulgaridade continuou sendo usada, na tentativa de manter os mesmos índices de audiência, para compensar a perda da audiência das classes A e B, que estavam migrando para a TV por assinatura” (MATTOS, 2002, p. 137).

Segundo Brittos e Simões (2010), a entrada da TV paga no Brasil provocou mudanças na estrutura televisiva brasileira, tanto na construção dos padrões tecno-estéticos quando no próprio modelo de negócios do setor. Ainda de acordo com os autores supracitados, o fato gerou novos hábitos de consumo e representou a chegada de um comércio midiático já amplamente disseminado em vários locais do mundo, mas inexistente no Brasil.

Ao tempo que a televisão no país trilhava para a segmentação de conteúdo e resistemização da linguagem das TVs abertas, no Piauí a evolução do setor de telecomunicações aos poucos abarcava novas tecnologias de comunicação. Somente no início da década de 1990 que iniciaram as transmissões via satélite no Estado. O pioneirismo ficou por conta da TV Educativa, que passou a dispor de horários de transmissão em circuito nacional. De acordo com o diretor da televisão, Francisco Barreto (2013), “à época era a

Embratel que tinha os transponder²⁴ e nós tínhamos meia hora no satélite pela manhã e meia hora à noite. Nesses horários nós colocávamos no ar dois noticiários, envolvendo notícias gerais e especialmente da educação”. A emissora emitia o sinal à Embratel e esta ao satélite.

Semelhante à cooperação entre TV Pioneira e TV Educativa para a transmissão da posse de Freitas Neto, a admissão de Jesus Tajra na presidência do Diretório Regional do PFL no Piauí também foi transmitida ao vivo em canal de televisão. Um esquema foi montado para a utilização de equipamentos da emissora educativa por parte da emissora comercial.

Freitas andou fazendo uns investimentos na TVE e com toda dificuldade de mobilidade, nós éramos a única televisão no Piauí que transmitia sinal fora de seu estúdio. Eram equipamentos gigantescos. Para fazer ao vivo tinha que ser marcado com 48 horas de antecedência. Era um caos, mas isso na época era uma novidade quando esse sinal entrava. E eu me lembro que o Jesus Tajra, dono da Pioneira, deputado federal também, assumiu na época a presidência do PFL. Ele procurou o Átila e nós transmitimos a posse direto para a TVE, e a TVE jogava o sinal por terra para a TV Pioneira. Alguém denunciou para o PMDB, que na Assembleia tinha um líder por nome Kleber Eulálio, e ele fez denúncias. O Freitas Neto no outro dia respondeu dizendo que ia investigar o caso e se eu tivesse cometido esse deslize administrativo, no próximo [erro] eu seria sumariamente demitido. Isso sem o governador nem falar comigo. Eu recebi uma ligação telefônica do Átila Lira que disse assim: ‘Aguenta firme!’. Os dias se passaram e numa solenidade encontro Freitas Neto. Ele me chamou num canto e disse: ‘Eu sabia de tudo!’ (BARRETO, 2013).

Assim como ocorreu em gestões anteriores, a TVE Piauí sofreu injunções diretas da política governamental. Os interesses predominantes no governo muitas vezes atuaram diretamente na televisão. Essa interferência acabava refletindo nos programas e na direção dos profissionais. A declaração do diretor Francisco Barreto comprova o uso da emissora para a promoção de interesses políticos. Naquele momento, o PFL era o partido do poder executivo vigente, logo, apoiar a visibilidade de seus líderes no Estado favorecia a difusão dos princípios ideológicos da sigla. Além disso, reforçava uma estratégia eleitoral do PFL, que no pleito subsequente lançou ao cargo de governador o então secretário de educação Átila Lira.

Outra circunstância durante o mandato de Freitas Neto aonde a emissora educativa foi usada como meio de divulgação da filosofia governamental ocorreu durante as comemorações de dois anos da administração do chefe de estado. Naquele momento fora gravado um programa de uma hora e meia, que teve transmissão simultânea pelas TVs Antena 10 e Educativa e retransmitido em nível nacional pelo sinal do satélite da TVE.

²⁴ Transponder é a unidade de recepção e envio de um satélite de TV.

Intitulado ‘Antena Especial’²⁵, o programa exaltou as ações do gestor nas áreas da segurança pública, educação, saúde e outros setores. Freitas Neto falou sobre seu futuro político, expondo sua pretensão de lançar candidatura ao Senado no pleito de 1994 – fato que veio a se concretizar, resultando na sua eleição com mais de 430 mil votos.

O jogo político evidencia a falta de preocupação com o universo dos telespectadores, o que permite entender que a televisão foi direcionada para tentar manter uma estrutura de poder. Coopera para uma alienação massiva, em vez de favorecer o domínio de conteúdos para uma formação crítica, e colabora para aumentar ainda mais a distância entre Estado e sociedade. Como resultado, um povo ideologicamente controlado e sujeito aos jogos de interesse intrínsecos no discurso da comunicação difundida pela TV.

A realidade nos mostra que o cidadão, via de regra, não dispõe de informação suficiente para participar das decisões do governo, tampouco para usufruir os serviços por ele oferecidos, a julgar pela pouca ou nenhuma informação relevante que chega até o cidadão, consequência da cultura autoritária presente na sociedade brasileira, que se reflete na administração pública, muito embora a percepção e o discurso sejam diferente da realidade (ANJOS, 2006, p. 200).

O pensamento da autora mostra que uma sociedade desinformada está mais vulnerável à dominação. A televisão, constitucionalmente, no Brasil, deveria prestar um serviço com liberdade de informação para o bem coletivo. Todavia, relacionar o direito à comunicação com o exercício da cidadania no cenário televisivo brasileiro não é tarefa fácil. No caso da emissora educativa piauiense, os exemplos citados sobre jogos políticos mostram que há preponderância de interesses particulares naquilo que deveria ser público.

A TVE Piauí, na prática, ficou aquém de seus ideais. Ambicionava contribuir com a formação da sociedade por meio da educação, mas não deu abertura para essa demanda uma vez que suas ações foram determinadas por vínculos autoritários. Ao telespectador, restou consumir um conteúdo que podia manipula-lo para uma ordem já estabelecida.

As transformações políticas desencadeadas com a transição do mandato de Freitas Neto para Guilherme Melo também ocasionaram mudanças na TV Educativa, sobretudo na produção de conteúdo da emissora. Os espaços na programação foram pouco utilizados. De acordo com Jackson Nixon, produtor que trabalhou na TV desde o início do governo em 1991

²⁵ Produzido por Luiz Antonio Marques de Albuquerque (TV Antena 10), apresentado por Maia Veloso (TV Educativa) e com participação de Cláudia Brandão (TV Clube).

e foi mantido na equipe após a substituição de governador, a emissora manteve apenas o telejornal ‘TVE Notícias’ no ar.

Quando o governador Freitas Neto saiu para entrar o Guilherme Melo a televisão foi jogada para o esquecimento. Praticamente não existia programação local. Só um telejornal de meia hora que justificava a emissora no ar. Depois disso a televisão era praticamente fechada. Ficava aberta porque tinha o pessoal da Radiobrás que ocupava a parte superior do prédio (NIXON, 2014).

O depoimento indica mais uma consequência da interferência do Estado na televisão. A ausência de autonomia da TV, nesta fase, mostra a fragilidade da emissora e de sua estrutura. É possível perceber também a falta de interesse do Governo em garantir a manutenção de um serviço público com qualidade e necessário à sociedade.

Esses aspectos evidenciam uma crise na televisão pública piauiense, que afeta diretamente o desenvolvimento político, cultural, cidadão e intelectual da comunidade local. Fica evidente também, que não há efetivamente o envolvimento público na participação do processo de criação da TV e assim tentar mudar essa realidade. Desta forma, a sociedade atua na prática como uma simples espectadora.

3.3. Projeto de teleducação: TV como meio de transformação social

A televisão é um instrumento de grande potencial educativo, político e humanizador. No entanto, é possível presenciar diariamente que essa mídia é mal utilizada, sobretudo em canal aberto, ao frequentemente veicular conteúdo que não favorece a formação do cidadão, como aqueles que enfatizam a violência e o sexo. Atuando com interesses comuns à educação, a comunicação pode prestar um serviço mais relevante, o que representa um ganho cultural para a sociedade.

Fort (2006) indica dois fatores que favorecem a prática do ensino por meio da televisão. Primeiro, essa tecnologia apresenta ao mesmo tempo o significante e significado da mensagem, tornando-se assim mais fácil e agradável ao receptor. Segundo, o fator audiovisual se diferencia do texto escrito porque, automática e diretamente, o televisor se conecta aos sentidos dos interlocutores (visão e audição).

De acordo com o Ministério das Comunicações (MC), no Brasil podem executar o serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa: pessoas jurídicas de direito

público interno, nos termos do art. 41 da Lei 10.406²⁶, de 10 de janeiro de 2002; instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; fundações de direito privado a que se refere o art. 44, III²⁷, da Lei 10.406, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata.

Legal e normativamente, a radiodifusão educativa no Brasil segue três regulamentos: Decreto Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967; Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999; Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. O primeiro deles modifica e complementa a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. No texto reformulado em 1967 há descrição do conteúdo da televisão educativa. O último dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagem, com finalidades exclusivamente educativas. Já na portaria de 1999, MEC e MC estabelecem termos e uso da teleducção.

Art. 1º Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.

Art. 2º Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação.

Art. 3º A radiodifusão educativa destina-se exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas.

Art. 4º O tempo destinado à emissão dos programas educativo-culturais será integral nas emissoras educativas, sem prejuízo do estabelecido no artigo 28, item 12, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, no que couber.

Art. 5º Para a outorga de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão educativa, além da documentação prevista no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a entidade interessada deverá apresentar declaração, conforme modelo anexo a esta Portaria.

Art. 6º Os executantes do serviço de radiodifusão educativa observarão sempre as finalidades educativoculturais da sua programação.

²⁶ São pessoas jurídicas de direito público interno: I - a União; II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; III - os Municípios; IV - as autarquias; IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005); V - as demais entidades de caráter público criadas por lei. Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

²⁷ São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações; IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003); V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003); VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011).

Art. 7º A renovação das concessões, permissões e autorizações só será deferida se, além das demais exigências da legislação específica de radiodifusão, forem cumpridas as condições estabelecidas no artigo anterior.

Art. 8º As emissoras educativas não perderão esta característica essencial em razão de qualquer alteração na natureza jurídica das entidades executantes do serviço a que pertençam.

Art. 9º A transferência da outorga não dará à emissora destinação diversa quanto à natureza de sua programação.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias Intemministeriais nº 832, de 8 de novembro de 1976, nº 162, de 20 de agosto de 1982 e nº 316, de 11 de julho de 1983 (MEC, 1999).

Entre 1966 e 1974, oito emissoras de televisão educativa²⁸ foram instaladas no país. No ano de 1969 aconteceu no Maranhão, pela TVE local, o lançamento de programas educativos para a 5ª série do ensino fundamental. Inicialmente o projeto foi veiculado em circuito fechado e a partir de 1970 começou em canal aberto, com programas também para a 6ª série. Já em 1974, é a TVE Ceará que inicia a geração de teleaulas.

Enquanto as unidades federativas vizinhas ao Piauí começaram suas atividades de teleducação nos anos de 1970, no Estado o planejamento desse método de ensino só aconteceu na década seguinte. Com o propósito de atender os interesses do Sistema Estadual de Ensino no Piauí, a FADEP foi concebida em 1984 a partir de um tripé formado pelo CETEL, Centro de Pesquisas Educacionais (CPE)²⁹ e Centro de Ensino Superior do Piauí (CESPI)³⁰. Era dever da Fundação: formação de recursos humanos em nível de 3º Grau e capacitação de pessoal como força qualificada de trabalho; gerenciamento de programas de pesquisas aplicadas e desenvolvimento de tecnologia de suporte ao processo ensino-aprendizagem; apoio a cooperação técnica necessária ao aperfeiçoamento do sistema estadual de ensino. Como meio de atingir seus objetivos, o órgão dispunha do direito de executar o serviço de radiodifusão com finalidade educativa.

Partindo desses princípios, a TV Educativa chegou para colaborar com a expansão do ensino no Piauí. Mesmo com a extinção, no governo Alberto Silva, do CETEL, órgão que gerenciava a emissora, a essência da televisão na gestão de Hugo Napoleão/Bona Medeiros foi retomada no governo Freitas Neto. O ex-deputado federal, Átila Lira, reassumiu a Secretaria de Educação do estado quando o PFL retornou ao comando do poder executivo e procurou executar o projeto de teleducação.

²⁸ TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul.

²⁹ Criado em 1984 pelo governo Hugo Napoleão e extinto durante a administração subsequente de Alberto Silva.

³⁰ Instituição que em 1993 viria a ser transformada em Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

A essência do projeto de teleducação era uma TV voltada para transmitir aulas, basicamente do primeiro grau, na capital e no interior, onde houvesse necessidade. Se a escola era carente de professor de matemática, os alunos iriam assistir aula pela televisão e tirar suas dúvidas por monitores específicos de cada área (BARRETO, 2013).

Denominado ‘Um Salto Para o Futuro’³¹, a proposta estava associada ao Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) que inicialmente veicularia programas didáticos e educativos destinados à crianças das quatro primeiras séries do primeiro grau. O projeto também objetivava a qualificação a longa distância de professores. As transmissões iniciaram em 1992 e a TV Educativa do Piauí passou a exibir o conteúdo por meio do satélite regional Brasil-Sat. O sinal chegava a 118 municípios através de antenas parabólicas. Durante treinamento dos profissionais, o governador Freitas Neto participou do evento acompanhado de secretário de educação Átila Lira e do presidente da FADEP, Almir Bittencourt.

Ao elogiar o programa, o governador disse que ele representa um passo importante para priorizar, cada vez mais, o ensino do primeiro grau no Estado. “O treinamento que ora se realiza é uma prova do interesse que o meu Governo tem com o ensino básico, fazendo com que a capacitação dos professores garanta um retorno rápido na aprendizagem”, comentou (DIÁRIO DO POVO, 24 abr. 1992).

Segundo matéria publicada no Jornal O Dia (23 abr. 1992), 1.200 professores participaram do treinamento e cerca de 6.000 alunos seriam beneficiados. “Em cada cidade serão formados grupos de recepção organizados, dotados de fax, telefone e vídeo-texto, permitindo a comunicação direta entre eles e a Secretaria de Educação, bem como com o centro de produção/emissão, no Rio de Janeiro”.

³¹ “Um salto para o Futuro” é um programa do Governo Federal criado com uma proposta em educação utilizando a metodologia de educação à distância, através de um sistema de multimeios conjugados. Um canal aberto de comunicação interativa entre o centro emissor e os centros receptores. As tecnologias avançadas são empregadas visando a atualização de professores do ensino do primeiro grau, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema Educacional Brasileiro (DIÁRIO DO POVO, 23 de abril de 1992, p.9).

Figura 12: Secretário de educação Átila Lira, governador Freitas Neto e diretor da FADEP, Almir Bitencourt, durante treinamento de professores no Programa Nacional de Teleducação



Fonte: Jornal Diário do Povo, 24 abr. 1992

O conteúdo veiculado no Piauí, pelo Programa Nacional de Teleducação, era produzido pela Fundação Roquete Pinto em parceria com a Fundação Roberto Marinho. A exibição dos programas tinha duração de uma hora acontecia à noite de segunda à sexta-feira. O programa, criado pelo MEC, se tornou referência para educadores de todo país.

O sinal no satélite do qual a TV Educativa dispunha foi um importante meio para a viabilidade da teleducação no Piauí. Com apoio e suporte da esfera federal, o PRONTEL possibilitou a difusão do ensino de norte a sul do Estado, atingindo regiões com déficits educacionais e carente de professores. Permitiu também a formação e capacitação de docentes. O projeto demandou de pouco investimento local, uma vez que o conteúdo era retransmitido, e não gerado. Ao Governo do Estado coube a função de articular a rede de ensino para que o Programa Nacional fosse executado e dar condições para sua difusão.

Mesmo com uma pequena produção de conteúdo local, tanto jornalística quanto de entretenimento, sob a ótica do projeto de teleducação, a TV Educativa funcionou enquanto serviço público ao prestar relevante contribuição para a educação do estado. Auxiliou na formação dos cidadãos, levando o ensino-aprendizagem à diversas regiões do estado, exibindo simultaneamente a mesma informação em dois ou mais espaços fisicamente separados.

TV PIAUÍ (4ª fase)

Capítulo 4

Não teve triagem na TV Piauí. Continuaram boas produções de qualidade, mas ingressaram outras questionáveis para uma emissora educativa.

(TEREZA VAL, 2014)

4.1. Governo Mão Santa: uma política popular

Assim como ocorreu nas duas eleições anteriores, o pleito de 1994 mais uma vez esteve polarizado entre chapas apoiadas por PFL e PMDB. Átila Lira³² foi candidato pela coligação PFL/PPR/PL/PTB/PP, tendo como vice o deputado estadual Marcelo Coelho (PPR). Seu principal adversário, o ex-prefeito de Parnaíba-PI, Francisco de Assis Moraes Sousa (Mão Santa)³³, disputou a votação com o líder sindical Osmar Junior (PSDB) como vice e apoiado pela coligação PMDB/PSDB/PDT/PPS/PMN/PCdoB.

De acordo com Freitas (2010), durante as eleições Mão Santa teve apoio de lideranças políticas no Estado como o ex-governador Alberto Silva, o prefeito de Teresina Wall Ferraz e Chagas Rodrigues (ex-governador no período de 1959-1962 e senador entre 1987-1994). Átila Lira contou com a força eleitoral do PFL no interior com a colaboração dos prefeitos, além do apoio do governador Guilherme Melo, de Lucídio Portella e dos senadores eleitos Hugo Napoleão e Freitas Neto.

A eleição foi disputada em dois turnos. No primeiro deles, Átila Lira venceu nas urnas com uma diferença superior a 62.000 mil votos, com total de 44,9% dos votos válidos, enquanto Mão Santa recebeu 316.200 votos (37,4%). Mesmo com a vantagem adquirida, o candidato da chapa liderada pelo PFL foi derrotado no segundo turno atingindo 44,2% da votação. Mão Santa conquistou a liderança do Poder Executivo do Estado com maioria aproximada de 128.000 votos (55,8%). Para Sá (2011), o discurso de características 'populista' (linguagem simples para se comunicar com os eleitores), com fundo religioso e de combate às oligarquias, contribuíram para a vitória do candidato do PMDB.

Apesar da derrota no pleito para governador, a chapa PFL/PPR/PL/PTB/PP atingiu maior bancada na Assembleia Legislativa com a eleição de 21 deputados³⁴. Mesmo com um número reduzido de aliados no legislativo estadual, Mão Santa equilibrou o quadro desfavorável com a composição do primeiro gabinete do Governo do Estado ao nomear, em maioria, filiados do PMDB para ocupar as pastas³⁵.

³² Ex-secretário de Educação do Governo Freitas Neto, deputado federal eleito com o maior número de votos nas eleições de 1990.

³³ O nome que se apresentava mais forte para ser apoiado pelo PMDB seria do então prefeito de Teresina, Wall Ferraz (PSDB). Por conta da saúde comprometida a candidatura não foi lançada. As dificuldades do PMDB para lançar um candidato competitivo naquele momento abriram caminho para que Mão Santa fosse aceito como candidato do partido, mesmo com uma realidade quase que totalmente adversa em decorrência do domínio do PFL no interior do Estado (SÁ, 2011).

³⁴ O PFL elegeu 14 deputados estaduais. Outras seis vagas do Legislativo estadual foram obtidas pelo PPR e o PL ocupou uma cadeira.

³⁵ Na área política, foram administradas por filiados do PMDB as secretarias de Governo, Articulação com os Municípios e Programas Especiais. Na esfera econômico-administrativa o partido comandou a Secretaria de

Durante a transição no governo, a Televisão Educativa do Piauí viveu um momento conturbado na passagem de uma gestão para outra. A emissora iniciou o governo Mão Santa vinculada à Secretaria de Educação e com apenas dois telejornais no ar. Os demais espaços da programação eram preenchidos com o conteúdo das cabeças de rede. Ao assumir o comando da TV nesse período, o jornalista Raimundo Rosa de Sá, conhecido por Cazé, enfrentou dificuldades com a falta de recursos para dar continuidade nas atividades.

De acordo com a Coluna Roda Viva³⁶, do jornal O Dia, no começo da gestão Raimundo Cazé substituiu os telejornais por longas reportagens sobre uma temática específica. A medida foi tomada por conta da ausência de estrutura para manter uma programação regular. A carência técnica se somava ao pequeno número de profissionais. Com a mudança de governo um novo quadro pessoal teve que ser contratado. Na equipe jornalística, apenas dois profissionais efetivos se mantiveram.

Durante toda história da emissora, em nenhum momento foi lançado concurso público para contratação de pessoal. Em todas as fases o trabalho foi terceirizado por prestadores de serviços. Os profissionais efetivos que atuaram/atuam tanto na TV quanto na rádio foram beneficiados por decretos estaduais de nomeação e assistidos pela Lei Estadual nº 4.546³⁷, de 29 de dezembro de 1992, que garantiu estabilidade aos servidores não concursados.

Ao completar 100 dias de governo, Mão Santa concedeu uma entrevista à TV Antena 10 falando sobre as ações do início de sua administração. O conteúdo foi retransmitido simultaneamente pela TV Educativa. Essa prática de governabilidade mais uma vez se torna presente na história da emissora e demonstra a relação de poder entre Estado e televisão.

Igualmente como ocorreu durante a administração de Freitas Neto, durante o governo Mão Santa professores receberam treinamento através da televisão. Os programas de educação à distância, produzidos pela TV Educativa do Rio de Janeiro, por meio da Fundação Roquete Pinto, em parceria com o Ministério da Educação, eram transmitidos via satélite e destinados a docentes do primeiro grau da rede pública. O curso objetivava ajudar no acompanhamento curricular e orientar os professores na melhor utilização do livro didático. O projeto, titulado TV Escola, foi aplicado na capital e no interior do estado.

Administração. Já no setor social, ficaram sob gerência do PMDB duas pastas: Trabalho e Ação Comunitária e Justiça e Cidadania.

³⁶ Coluna Roda Viva publicada no jornal O Dia em 22 fev. 1995.

³⁷ Lei Estadual que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Piauí. Em 1994 foi substituída pela Lei Complementar nº 13, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí.

Os municípios beneficiados são Barras, Barreiras, Bom Jesus, Cocal, Colônia do Gurguéia, Elesbão Veloso, Gilbués, Ipiranga, Isaías Coelho, Itainópolis, Marcolândia, Novo Oriente, Parnaíba, Patos, Pedro II, Piracuruca, Santa Cruz do Piauí, São José do Piauí, São Miguel do Tapuio, Sigefredo Pacheco, Socorro do Piauí, Teresina, Valença, Nazaré do Piauí, Oeiras, São Francisco do Piauí, São João da Serra, União e São José do Peixe (O DIA, 05 set. 1995).

À época o analfabetismo no Piauí atingia 48% da população e 30% dos professores da rede estadual de ensino não tinham o 2º grau como escolaridade³⁸. O estado registrava um dos piores índices do país e o projeto TV Escola viria como alternativa para buscar inverter esse quadro. Contudo, a Educação foi uma das pastas mais criticadas durante o primeiro mandato de Mão Santa. O governador enfrentou greves no setor por conta do atraso no pagamento do salário dos servidores.

Durante a administração do governador Mão Santa, a Secretaria de Comunicação Social do Governo se instalou no prédio da Televisão Educativa, localizada no bairro Monte Castelo, zona sul de Teresina. Nem mesmo a proximidade com o órgão beneficiou a emissora em termos de investimentos. A TV continuava mantendo a maior parte da programação com o conteúdo gerado pela rede. Raimundo Cazé foi exonerado do cargo de diretor e o posto foi assumido interinamente pelo professor Francisco das Chagas Moura. Pouco tempo depois o jornalista Francisco Viana assumiu o comando da emissora.

Enquanto a TV Educativa passava por adversidades, outra emissora comercial se instalava na capital piauiense. A TV Meio Norte³⁹, antes localizada em Timon, vizinha cidade maranhense, foi transferida para a Teresina em 31 de maio de 1996. Inicialmente, a TV Meio Norte retransmitia a programação do SBT. Em 1999 a emissora de Sílvio Santos não renovou o contrato com a TV local, que passa a veicular o conteúdo da TV Bandeirantes após uma negociação com a TV Cidade Verde. Em 2011 a TV Meio Norte se desvinculou da emissora paulista para tornar-se independente com proposta de ser uma televisão regional.

Outro momento marcante da televisão piauiense na década de 1990 ocorreu por conta de transformações na TV Pioneira. A emissora, pertencente ao grupo JELTA, do empresário e político Jesus Elias Tajra (deputado estadual em 1966; prefeito de Teresina em 1982; deputado federal em 1986), mudou de nome para TV Cidade Verde em 09 de novembro de 1998. A televisão passou a transmitir via-satélite, ampliando a área de cobertura,

³⁸ Dados divulgados na matéria 'MEC lança TV Escola no Piauí', publicada no jornal O Dia em 05 set. 1995.

³⁹ A emissora foi criada em 1985 e se chamava TV Timon.

modificando seu slogan para “A boa imagem do Piauí”. No ano de 2009, a TV Cidade Verde se tornou a primeira emissora piauiense a transmitir com sinal digital (Canal 28).

Se por um lado as emissoras comerciais se fortaleciam, a pequena produção local não contribuía para uma notoriedade da TV Educativa. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Piauiense de Opinião Pública (IPOP)⁴⁰, em janeiro de 1996, a emissora ocupava a última colocação na preferência do telespectador com índice de 7%. A TV Clube dominou a liderança com 88,33%, seguida da TV Meio Norte (70,33%), TV Antena 10 (39,33%) e TV Pioneira (33,67%). Complementando os dados, 0,67% dos entrevistados não opinaram. Nesse período, a televisão piauiense vivia um momento de modernização com a troca do sistema operacional U-Matic para Betacam, resultando em melhorias na definição de áudio e vídeo. Acompanhadas pelas inovações tecnológicas, as rotinas produtivas também alteraram. Em razão da disputa pela audiência, as emissoras intensificaram as transmissões ao vivo⁴¹.

O Governo investiu nas TVs com a veiculação de anúncios. Projetos assistencialistas como ‘Luz Santa’ e ‘Sopa na Mão’ ganharam visibilidade pela mídia. Mas durante sua gestão, o governador Mão Santa sofreu condenação judicial ao ser acusado de propaganda irregular após divulgar nas emissoras locais conteúdo considerado de promoção pessoal.

“A campanha publicitária com símbolos e imagens do governador e de autoridades caracterizando autêntica promoção pessoal do chefe do Executivo, ao invés de passar à opinião pública o caráter educativo, informativo ou de orientação social infringe a normal legal”, declarou o juiz [José Alves de Paula, da 2ª Vara de Feitas da Fazenda Pública do Piauí] em seu despacho (O DIA, 28 jun. 1996).

O discurso publicitário produz valores que resignificam conteúdos. As peças reprovadas pela Justiça, se de fato elevavam a imagem do governador, estiveram carregadas de valores ideológicos. Analisar as práticas governamentais por esta ótica permite perceber as relações de poder implícitas na associação do Estado com a televisão. O Governo sempre foi o maior investidor de todos os segmentos das emissoras de TV. Além da dependência econômica vinda pela publicidade, os meios de comunicação também estão atrelados ao poder estatal por um viés político (com licenças de exploração do serviço audiovisual) e técnico (por espaços de um sinal no satélite).

⁴⁰ Pesquisa divulgada pelo jornal O Dia em 08 jan. 1996.

⁴¹ Informações disponíveis na reportagem ‘Câmeras em ação: a mudança na TV’, assinada pela jornalista Anna Kelma Gallas e publicada no jornal O Dia em 13 jan. 1996, p. 17.

Sobre o modelo de televisão não comercial, como as emissoras educativas, o vínculo é ainda maior. Diferente do mesmo molde de emissora existente na Europa, onde são os telespectadores que financiam essas TVs com pagamento de uma taxa anual de contribuição para a manutenção do sistema e quando sua direção é nomeada por um conselho por representantes da sociedade, no Brasil é o Estado quem sustenta essas emissoras, cobrindo os gastos, e gerenciando seu funcionamento.

A TV Cultura é um exemplo claro de que televisão educativa brasileira é influenciada pela política, neste caso o Governo de São Paulo. Ao longo de sua história percebe-se que os interesses que predominam no governo muitas vezes atuam de modo direto e duro na emissora. Estes interesses procuram influenciar os programas, a composição do pessoal e as orientações de seus profissionais (LEAL FILHO, 1988). Por meio desse exemplo é possível perceber as polarizações entre o autoritarismo e a democracia.

Segundo o autor supracitado, a TV Cultura, que é de direito privado e mantida com recursos públicos, surgiu, sob a tutela da Fundação Padre Anchieta, em 1969, em pleno vigor do Ato Institucional n.º 5. O texto de seu estatuto deixa claro que a emissora foi criada para perpetuar um grupo no poder. Sua compra pelo Estado foi cercada de desconfianças. A TV Cultura foi pensada como um projeto elitista de levar erudição ao “povo inculto” e de, ao mesmo tempo, atender às elites com programas de “bom gosto”.

A inauguração da emissora ocorreu num momento de consolidação de um modelo econômico inserido num projeto político que exclui qualquer tipo de participação democrática e a televisão passou a ser peça-chave na estrutura de manutenção do poder. “O Estado, através dos segmentos de classe que detêm o seu controle, não abdica da visão instrumental que possui da cultura. E quando o veículo de transmissão dessa cultura é a televisão, seu zelo cresce e seu controle procura ser o mais absoluto possível” (LEAL FILHO, 1988, p. 73-74).

A experiência vivenciada na TV Educativa do Piauí não é diferente desta da TV Cultura. A emissora piauiense, enquanto meio de função pública, experimentou, além do uso ilegal da publicidade, outras ocasiões que colocaram em dúvida sua legalidade. Quando foi inaugurado o sinal da televisão no município Jardim do Mulato⁴², em outubro de 1996, a emissora ganhou o nome do governador Mão Santa⁴³.

A finalidade do serviço de televisão, destinado ao uso e benefício coletivo, é historicamente corrompida por interesses particulares. Exemplo das famílias Sarney

⁴² Município localizado na microrregião do Médio Parnaíba piauiense, emancipado em abril de 1992.

⁴³ Nota ‘Tela’, publicada na Coluna Roda Viva, jornal O Dia, em 31 set. 1996.

(Maranhão), Collor (Alagoas) e Magalhães (Bahia), que usufruíram de influências políticas para conquistar o comando de emissoras de televisão em seus nichos de poder.

Mesmo com uma política marcada por controvérsias administrativas, Mão Santa voltou a concorrer ao cargo de governador no pleito de 1998. A partir desta eleição, por meio da Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997, ficou estabelecido a reeleição para os cargos majoritários. A medida permitiu a presidentes da República, governadores de Estados e do Distrito Federal e prefeitos o direito de continuar suas administrações, caso eleitos, por mais quatro anos.

Amparado pela modificação, Mão Santa lançou-se candidato ao Governo do Estado pelo PMDB. O partido coligou-se a outros sete (PDT/PTB/PL/PPS/PSDC/PRONA/PCdoB) para buscar a reeleição. O PCdoB indicou o vice da chapa, Osmar Ribeiro de Almeida Júnior. Mão Santa perdeu na disputa eleitoral o apoio do principal aliado, o PSDB, que apresentou Francisco Gerardo como candidato próprio apoiado pelo PT, PSC e PSB.

A imagem do governador desgastada abriu brechas para que a oposição criasse forças no pleito. Hugo Napoleão foi o adversário da chapa desafiante liderada pelo PFL. Outros seis partidos (PPB/PSL/PAN/PV/PRP/PTdoB) apoiaram a candidatura do então senador. Considerado uma das maiores lideranças no Estado por conta da carreira política construída ao longo dos anos, Hugo Napoleão, juntamente com o vice Felipe Mendes de Oliveira (PPB), despontava como favorito nas pesquisas eleitorais (BRANDÃO, 2006).

Durante o período eleitoral, Mão Santa retomou o discurso com caráter populista, usando referências religiosas e enfatizando o combate às oligarquias (SÁ, 2011). Apesar dessa estratégia, que teve resultados positivos anteriormente, Hugo Napoleão venceu no primeiro turno com 43,7% da apuração. Mesmo derrotada com 40,6% dos votos, a chapa liderada pelo PMDB conseguiu levar a disputa para segundo turno.

Numa eleição acirrada, Mão Santa reverteu o resultado do primeiro turno e foi reeleito governador do Estado obtendo 51% dos votos válidos, contra 49% de Hugo Napoleão. O resultado das urnas marcou a história política do Piauí por dois motivos: 1) representou a primeira derrota eleitoral sofrida por Hugo Napoleão; 2) Mão Santa tornou-se pioneiro na reeleição para o Governo do Piauí.

Com a derrota nas urnas pela chapa liderada pelo PFL, Hugo Napoleão moveu um processo eleitoral junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra Mão Santa sob a acusação de abuso do poder econômico no pleito de 1998. O desfecho saiu em 16 de novembro de 2001, resultando na cassação do governador e de seu vice. O presidente da Assembleia

Legislativa, deputado Kleber Dantas Eulálio, assumiu interinamente o Governo. Três dias após o afastamento de Mão Santa, Hugo Napoleão ocupou a função de governador.

O novo chefe do Poder Executivo estadual assumiu o ofício faltando menos de um ano para as próximas eleições. De acordo com Freitas (2010), Hugo Napoleão utilizou os cargos político-administrativos para alavancar as candidaturas dos aliados. Com a reorganização do cenário político estava formada a base eleitoral para o pleito de 2002, ocasião na qual o PFL mais uma vez estaria protagonizando uma disputa. Mas desta vez o cenário era outro. O PMDB não despontava com a força de anos anteriores e o PT ascendia para uma trajetória de poder, reconfigurando a esfera política do Estado.

No final do primeiro mandato do governador Mão Santa a TV Educativa do Piauí passou a ser chamada TV Piauí. Aos poucos a pequena programação local foi aumentando. Novos conteúdos foram incorporados à programação da emissora. A televisão abriu espaço para programas sensacionalistas. O momento também foi marcado pela entrada de capital privado na emissora por meio do anúncio de publicidades.

Uma programação popular se consolidou ao longo da segunda administração do governador Mão Santa. A TV Piauí, por meio da veiculação de alguns programas que destoavam suas finalidades, ora passou a ignorar sua utilidade educativa e cultural. Por outro lado, a emissora manteve uma função informativa com os telejornais e programas de entretenimento. A televisão continuava operando aquém das necessidades operacionais e após a curta gestão de Hugo Napoleão saiu do ar por problemas de manutenção.

4.2. TV Piauí: uma emissora com jornalismo popularesco

Não existe decreto ou outra norma legal que indique a mudança da TV Educativa para TV Piauí. A modificação do título se deu pela incorporação de um nome fantasia⁴⁴. À época o diretor da emissora era o jornalista Genésio Araújo, que decidiu pela substituição para tirar a ideia de televisão educativa por achar que essa definição era responsável pela baixa audiência. De acordo com a diretora de jornalismo da TV Piauí, Tereza Val, “o dirigente achava que tinha que tirar essa caracterização para se tornar uma televisão popular”.

Assim como ocorreu em momentos anteriores com a modificação da administração da emissora, a identidade visual da TV sofreu mais uma transformação. A logomarca foi alterada e deu origem a uma nova roupagem para a televisão.

⁴⁴ Nome Fantasia é o nome popular de uma organização, podendo ou não, ser igual ou parecido com a razão social da mesma. É o nome que serve para a divulgação da organização e seus produtos.

Figura 13: Logomarca da TV PiauÍ

Fonte: Arquivo TV Antares

As mudanças na emissora não se resumiram à identidade visual. A programação foi ampliada e além dos telejornais a TV PiauÍ passou a contar também com uma coordenação de produção responsável pelos demais programas da emissora. Mesmo que houvesse o empenho de ampliar a grade, os profissionais esbarravam nas adversidades técnicas da televisão. Enquanto as emissoras comerciais do estado já operavam com a tecnologia Betacam, na emissora educativa os trabalhos ainda eram realizados no formato analógico das fitas U-Matic. Os problemas não paravam por aí. O sinal da TV PiauÍ não era de boa qualidade e parte dos equipamentos já se encontravam inutilizados.

Nesse período, a emissora passou a veicular um conteúdo popular, pautado em grande parte por questões relacionadas a problemas enfrentados pela população de Teresina. Aqui, dar-se sentido ao termo popular para fazer referência àqueles programas destinados ao consumo de massa e bem recebidos por grande parte da população, com principal objetivo de entreter os telespectadores apresentando temas relacionados ao cotidiano deles.

A TV PiauÍ assumiu uma postura governamental na cobertura jornalística. O agendamento das notícias divulgadas ao vivo ao longo da programação era estabelecido a partir das atividades do Chefe de Estado e da primeira dama, Adalgisa Moraes Sousa. A maneira como eram selecionadas as pautas coloca em dúvida se a emissora cumpria a finalidade educativa de sua concessão.

A televisão tinha uma grade de programação do departamento de telejornalismo que buscava a cobertura e até o direcionamento no sentido de beneficiar as ações do governador e da primeira dama. Também tinham os programas que vinham por pedido para o então Secretário de Comunicação, João Madson, ou para o governador e ele dizia ‘pode ir lá para a TV e pegue um horário’. Nesses programas não havia interferência e isso criou um problema na emissora. Eles ficavam como produção independente e os jornalistas da TV não faziam matéria para os programas porque discordavam do formato deles (VAL, 2014).

Percebe-se, preliminarmente, que o interesse maior ao noticiar era favorecer o Governo, e não a sociedade – mesmo a notícia constituindo-se de interesse coletivo. De acordo com o Guia de Princípios do Jornalismo Público da TV Cultura (2006), o conteúdo oferecido por uma televisão não comercial, deve agir movido pela certeza de que a informação é um bem precioso, assegurando ao receptor compreender melhor a realidade que o circunda, formar juízos, reconsiderar posições e se abrir para o resto da humanidade. O guia também menciona outras particularidades desse conteúdo:

O jornalismo público não pode se render às facilidades derivadas dos consensos e das rotinas funcionais. Se a informação é um bem, uma forma de se educar, quem a recebe precisa mais do que o flash dos fatos; estes só poderão ser compreendidos em perspectiva quando forem contextualizados, esmiuçados e cotejados. Reduzi-los a microocorrências excitantes faz crescer no receptor o desejo insaciável por algum tipo de gratificação instantânea, normalmente alheia à razão (TV CULTURA, 2006, p. 44).

Além das pautas definidas por interesses políticos, a TV Piauí começou a veicular conteúdo sensacionalista em alguns programas, que adotavam estratégias apelativas para atrair o telespectador e aumentar a audiência. Geralmente também se caracterizavam pela presença do grotesco, copiando formatos da televisão nacional. “Havia um programa alternativo, apresentado por Pedro Silva⁴⁵, onde ele misturava desde cobertura policial na delegacia à mulheres seminuas dentro de uma banheira” (VAL, 2014).

Os programas sensacionalistas promovem o exagero dos fatos e a emoção passa a ser mais valorizada do que a informação. Estes programas geralmente acabam ridicularizando as pessoas, provocando um constrangimento. Dessa maneira, o limite da privacidade fica cada vez menor a passa-se a dar visibilidade à detalhes íntimos da vida das pessoas.

Percebe-se que nesta fase a televisão pública piauiense inicia um processo de imitação da televisão privada, passando a se preocupar com os índices de audiência e

⁴⁵ Pedro Silva era policial civil e não tinha formação jornalística.

reduzindo o espaço para conteúdos educativos e culturais. Dessa forma, o telespectador passa a ser visto mais como um consumidor, menos como um cidadão. Segundo o produtor da TV Piauí, Jackson Nixon, a estratégia editorial rendeu um crescimento do público que assistia.

A emissora fazia um papel de comunicação bem comercial mesmo. A gente queria audiência, somente. E tinha muita audiência na época. Mesmo não tendo um sinal e áudio com qualidade, mas existia um apelo bem popular. Era uma programação de baixa qualidade, mas de aceitação pública muito grande (NIXON, 2014).

Igualmente como ocorre nas emissoras comerciais, a TV Piauí abriu espaço para o financiamento privado com a inserção de anúncios no intervalo dos programas. De acordo com a diretora de jornalismo, não existia um departamento comercial, mas foi uma época de intensa participação da publicidade na televisão. “Os programas mais onerosos buscavam seus meios de produção e esse suporte veio com os anunciantes. A gente recebia o anúncio, nada era feito na TV, e o veiculávamos no intervalo dos programas como patrocinadores” (VAL, 2014). O artigo 13 do Decreto Lei Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, é transparente sobre a caracterização financeira da televisão educativa no Brasil:

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos (BRASIL, 1967).

Mesmo com os investimentos do governo, percebeu-se a partir da década de 1990 uma abertura para publicidade na televisão pública brasileira. Cury (2012) afirma que diante da escassez de recursos públicos a publicidade se mostra como uma das formas alternativas de financiamento destas emissoras, paralelamente à prestação de serviços e comercialização de seu acervo. A autora diz também que a publicidade não pode ser descartada como opção para garantir a independência das TVs por causa de seu potencial de captação de recursos.

Priolli (2003) acredita que a publicidade pode sim ser incluída na televisão pública, desde que estabelecida num patamar muito claro e que não exceda esse patamar. Por outro lado, Leal Filho (2007), defende a ideia de que o apelo ao consumo, conquistado através da emoção, é inconciliável com uma programação mais reflexiva, balizadora do modelo público.

A publicidade tornou-se uma grande formadora da cultura de massa ao definir parâmetros norteadores relacionados à tendências e estilos de vida e, com isso, atingir

consumidores e estimular a comercialização de produtos. Assim, uma relação aparentemente mercadológica passa a ser comportamental. Desse modo, a publicidade não deve ser considerada totalmente benéfica para a televisão pública porque incentiva o consumo, prática a ser combatida pela prestação do serviço público. Rocha (2006, p. 43) afirma que é notório, em tempos atuais, que qualquer mídia necessita de publicidade para sobreviver, “portanto, deve haver uma forma harmônica para que a publicidade possa ser veiculada nos canais públicos sem que causem grandes danos a sociedade”.

Uma das maiores críticas à entrada de capital privado na TV pública é o suposto comprometimento da qualidade do conteúdo produzido e veiculado. Cury (2010) defende a ideia de que não se deve ignorar a capacidade de discernimento do telespectador, mas sim reconhecer que sua audiência é ativa e capaz de produzir seus próprios significados e críticas. Todavia, para Otondo (2002), a televisão pública procura satisfazer segmentos de público, e não o mercado. “Como não tem por que se preocupar em satisfazer os caprichos do anunciante e oferecer a eles consumidores para seus produtos, pode se dar ao luxo de ter programa de qualidade, embora vistos por poucas pessoas” (OTONDO, 2002, p.285).

Novaes (2003, p. 128) aponta a publicidade como necessária para o crescimento das emissoras públicas. O autor diz que uma audiência qualificada e custos relativos mais rentáveis que os atuais “podem formar a porta de entrada para a venda de mais espaços publicitários”. Diante da conjuntura econômica que o Brasil está inserido, estruturada pela globalização, a tendência é que o governo rediscuta o Decreto Lei Nº 236 e legalize a entrada do capital privado nesse modelo de televisão.

Não podemos mensurar as consequências da inserção comercial na TV Piauí. O que se percebe é que os investimentos privados não garantiram melhorias na infraestrutura técnica da emissora. Ao longo de toda esta fase, a televisão sempre enfrentou problemas operacionais. Ainda assim, a ampliação de sua programação possibilitou uma maior diversidade de gêneros televisivos na emissora. A TV Piauí abriu espaço para variados programas, como revistas, esportivos, culturais, de auditório e de colonismo social. De acordo com a coordenadora de produção, algumas emissoras comerciais absorviam as propostas da emissora educativa e produziam programas semelhantes.

Mesmo que naquela época se discutisse muito nossa qualidade, até porque a emissora pública não tinha condição de competir com os grandes investimentos que vinham sendo feitos pelas TVs comerciais, a TV Piauí era uma emissora que tinha boas ideias e às vezes até as outras [emissoras] captavam essas ideias para aplicar de forma mais interessante (TEODORO, 2014).

A TV Piauí ocupou mais de 50% de sua programação com conteúdo local. A maioria dos programas era feito ao vivo, ou no estúdio da emissora, ou em outros espaços da capital. Exemplo do programa ‘Sábado Show’, realizado no Centro de Convenções da Teresina. Um típico programa de auditório com quadros musicais, gincanas, apresentado por Adriana Kely. A plateia era formada em sua maioria por caravanas escolares. Aos sábados também era exibido o ‘Programa Genésio Jr’ direto das coroas do Rio Parnaíba⁴⁶.

Figura 14: 'Programa Genésio Jr' apresentado no estúdio da TV Piauí



Fonte: Acervo pessoal de Tereza Val

De segunda à sexta feira o mesmo programa era transmitido ao vivo, a partir das 9 horas da manhã, simultaneamente com a Rádio Piauí⁴⁷ e permanecia no ar por três horas. Durante a semana era produzido no estúdio da TV. Se caracterizava como um programa de variedades que apresenta notícias, prestação de serviços, entretenimento, saúde e que contava com a participação do telespectador por telefone.

O programa começava com um comentário sério sobre economia, sociedade ou polícia. Depois vinham reportagens do dia anterior e as entrevistas ao vivo que eram entrecortadas pelas entrevistas gravadas. Fazíamos debates sobre temas do momento. Os quadros tinham muito de assuntos políticos de

⁴⁶ Banco de areia depositado no leito do rio Parnaíba, localizado nas proximidades do Troca Troca, cartão postal da capital, centro de Teresina.

⁴⁷ Assim como ocorreu com a televisão, a antiga Rádio Educativa teve seu título substituído por Rádio Piauí.

idades. Esta parte não era fácil. No final da manhã a gente engrenava variedades (ARAÚJO JR., 2014).

A jornalista Cinthia Lages, que na época já havia vivenciado experiências profissionais em emissoras comerciais, também apresentou um programa na TV Piauí com formato popular. Com duração de duas horas, ‘O Canal do Povo’ era exibido diariamente no início das tardes. A interatividade por meio da participação popular era uma das principais particularidades do programa. Entre os assuntos abordados estavam direito do consumidor e prestação de serviços na área de saúde e educação.

[O programa] não é uma coisa nova e sim uma mistura de tudo o que eu já fiz na televisão em matéria de jornalismo. É o tipo de programa que fiz na TV Meio Norte, na TV Antena 10, que se chamava Jornal do Povo. O telespectador está um pouco cansado de ser usado para dar credibilidade a determinado tipo de programa. Queremos algo mais informal (LAGES, 1998)⁴⁸.

O apelo popular dos programas era grande e se fortalecia com a seleção dos assuntos abordados e pela forma como se estabelecia a relação com o telespectador. Ao mostrar o cotidiano das pessoas e dar voz a elas para discutirem seus problemas, a TV Piauí lançava uma estratégia para disputar audiência com as demais emissoras do estado. Pautado por flagrantes do dia a dia dos teresinenses, o programa ‘Câmera 7’, apresentado pelo jornalista Carlos Moraes, também se enquadrava nesse formato popular proposto pela televisão.

Outra aposta da TV Piauí nesta fase foram os programas de entretenimento. No formato revista foi ao ar o ‘TV Mulher’, apresentado pela diretora de jornalismo, Tereza Val, que trazia informações sobre temas relacionados ao universo feminino. Semelhante a este programa, realizou-se ‘Entrevista com Alerte Paes Landim’, que abordava o empreendedorismo, pautado no desenvolvimento organizacional do mercado piauiense. Também passou na emissora um programa de colunismo social, apresentado pelo colunista Pedrinho Almeida semanalmente nas noites de quarta-feira.

A TV Piauí não realizou produção local direcionada para o público infantil. Entretanto, existiram outras destinadas aos jovens, como ‘Clipe Clipe’, que exibia videocliques musicais. O programa não tinha apresentador fixo. A emissora divulgava em sua programação

⁴⁸ Trecho da entrevista publicada na reportagem “Cinthia Lages volta com ‘O Canal do Povo’”, impressa no jornal O Dia em 13 jul. 1998, p. 15.

testes para apresentação do programa e assim havia um revezamento entre os selecionados. O ‘Fuzuê do Rogê’, veiculado semanalmente, igualmente tinha linguagem juvenil.

Era um programa aonde íamos às festas, mas não para focar na questão noturna. A ideia era interagir com os jovens de Teresina, que careciam de falta de espaços de lazer na época. O programa funcionava da seguinte maneira: a gente convidava um grupo que estavam nas festas, abordava um tema e discutia com eles (NIXON, 2014).

Também foram produzidos programas especiais planejados a partir de eventos em evidência. Eles tinham temporalidade definida para iniciar e terminar. Exemplo de um esportivo veiculado durante a Copa do Mundo de Futebol de 1998 e do ‘Carnaval, Alegria do Povo’, que tratou sobre o carnaval teresinense. Apresentado ao vivo por Deusdeth Nunes, conhecido popularmente como Garrincha⁴⁹, o programa buscava destacar a história do carnaval da capital e dar visibilidade às escolas de samba. Em entrevista para o jornal O Dia⁵⁰, Deusdeth Nunes disse que o programa seria descontraído, improvisado e, acima de tudo, um programa povão, onde os entrevistados estariam completamente a vontade para cantar e dançar e, principalmente, para falar de carnaval.

Percebe-se no conteúdo dos programas da TV Piauí que as pautas atribuíram uma maior visibilidade aos assuntos de Teresina. A produção no interior era escassa, salvaguardada pelas coberturas oficiais com a presença do governador ou da primeira dama. Enquanto emissora pública, a televisão deveria ser pautada para abarcar a diversidade do estado, com atenção particular para favorecer a identidade local.

Com a cassação de Mão Santa em 2001 e posse de Hugo Napoleão, houve mudança no quadro pessoal da emissora. Além dos servidores efetivos, poucos profissionais permaneceram na televisão. Os programas de variedade e entretenimento deixaram de ser produzidos e veiculados. Apenas os noticiários foram mantidos.

Quando Hugo Napoleão assumiu a estrutura foi toda desfeita porque os profissionais não continuaram. Veio um outro pensamento do que era comunicação para a TV. Se voltou mais para o institucional e a gente começou a trabalhar essa questão de divulgar as atribuições do Estado para a sociedade (NIXON, 2014).

⁴⁹ À época, Garrincha era radialista e colunista do jornal O Dia (Coluna ‘Um prego na chuteira’).

⁵⁰ Entrevista publicada na reportagem ‘Programa lembra velhos carnavais’, jornal O Dia, em 10 jan. 1998.

A influência política por mais uma vez interfere na televisão educativa piauiense e coloca em dúvida a condição da emissora enquanto espaço público. Essa conduta trilha contrária aos princípios da TV não comercial apontados por Rocha (2006), como independência (onde só é possível alcançá-la ignorando a influência de fatores externos, sejam eles de ordem política ou de interesses particulares) e criação (orientações públicas que devem servir para dar liberdade aos produtores ao invés de limitá-los). Mesmo que na sua essência esse modelo de TV trilhe para a promoção da cidadania, no Brasil, na prática o que prevalece é a lógica do poder.

Esse apego político concentrado na televisão coopera para um controle do conteúdo que favorece a alienação massiva, em vez de estreitar a formação crítica e colaborar para aumentar ainda mais a distância entre Estado e corpo social. Como resultado, uma sociedade ideologicamente controlada e sujeita aos jogos de interesse intrínsecos no discurso da comunicação difundida nessa mídia pública.

“Não há nessas propostas nenhuma preocupação com o universo simbólico dos receptores. Tenta-se transmitir uma visão reificada de mundo sem levar em conta a realidade concreta onde vivem essas pessoas” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 27). É uma ação puramente dominante, tendo a comunicação como aliada. Não se produz o que se quer ver, mas aquilo que se pretende mostrar para atingir interesses políticos e/ou econômicos.

TV ANTARES (5ª fase)

Capítulo 5

Nosso trabalho inicial foi de fazermos um inventário de tudo o que havia na emissora e também avaliar a estrutura física. Os poucos equipamentos que existiam eram obsoletos. O arquivo estava praticamente destruído e o prédio com vários problemas.

(EULÁLIA TEIXEIRA, 2013)

5.1. Fim da polaridade PFL/PMDB: eleições 2002/2006 e governo PT no Piauí

Com a cassação do governador Mão Santa e do vice Osmar Júnior em 2001, seu adversário político e segundo colocado nas eleições de 1998, Hugo Napoleão, assumiu o mandato do poder executivo piauiense por decisão do Tribunal Superior Eleitoral. O novo gestor administrou o Estado faltando menos de um ano para as eleições seguintes.

Nas eleições de 2002, com apoio do PSDB em nível nacional e estadual, o PFL lançou o governador Hugo Napoleão como candidato, coligando-se ainda com PPB, PRTB, PSDC e PRP. O PMDB, seu maior adversário político na esfera estadual desde o fim do regime militar, passava por uma crise interna. O momento turbulento no partido foi refletido nas urnas. Contando apenas com o amparo do PST, a sigla lançou o ex-reitor da UESPI, Jônathas Nunes como candidato, obtendo apenas 3,1% dos votos válidos.

No decorrer da corrida eleitoral, correligionários do PMDB, dentre eles o ex-governador Mão Santa⁵¹, passaram a apoiar o Partido dos Trabalhadores. Durante as convenções partidárias do PT, o primeiro nome cotado para a candidatura ao Governo pelo partido foi Roberto Jonh da Silva. Posteriormente houve a mudança para o nome de José Wellington Barroso de Araújo Dias. Ao contrário de Roberto John, Wellington Dias já tinha uma carreira política com visibilidade no Estado, tendo sido vereador de Teresina (1992), deputado estadual (1994) e deputado federal (1998).

Além do apoio político adquirido por meio de alianças partidárias, outro fator relevante para o fortalecimento de Wellington Dias foram as bandeiras de luta do PT, que alcançaram projeção nacional com a liderança de Luis Inácio Lula da Silva. Em todos os pleitos que o Partido dos Trabalhadores concorreu à presidência da República, Lula foi candidato pelo partido. Concorreu em 1989 e foi derrotado por Fernando Collor de Mello, já em 1994 e 1998 perdeu nas urnas para Fernando Henrique Cardoso. Obteve êxito nas eleições de 2002 e 2006, quando assumiu o Governo do país. No Piauí, Wellington Dias venceu com 688.278 votos, correspondente a 51% da preferência do eleitorado, passando a ser o primeiro governador considerado de esquerda da história do Estado, como também o primeiro governo petista eleito na região Nordeste.

Durante seu mandato, Wellington Dias seguiu uma política de assistência do Governo Federal. O município de Guaribas localizado no sul do Estado, por exemplo, foi

⁵¹ Mesmo havendo a aliança formal PMDB-PST concorrendo ao pleito, o líder maior do PMDB que havia sido cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Francisco de Assis de Moraes Sousa, na época, orientou os peemedebistas a votarem no candidato do PT (VASCONCELOS, 2010, p. 84).

modelo para todo país do Programa Fome Zero, que tinha como objetivo garantir o direito humano à alimentação. Outro projeto do PT que assegurou respaldo aos seus líderes foi o Programa Bolsa Família. Criado em 2003 para integrar e unificar ao Fome Zero, consiste numa transferência direta de renda que busca beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país. Todos os meses o Governo deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa.

A dinâmica de auxílio do governo promoveu uma imagem positiva do PT tanto em nível nacional, quanto estadual. O cenário eleitoral de 2006 apontava uma conjuntura que favorecia a reeleição de Wellington Dias. Freitas (2010, p. 125) indica quatro fatores que poderiam explicar o favoritismo do Partido dos Trabalhadores: 1) a boa avaliação do Governo Federal e do presidente Lula, do mesmo partido do governador; 2) os benefícios dos programas sociais fortemente vinculados à administração federal petista; 3) o controle de recursos públicos por parte do governador, fundamentais na articulação de apoios junto às lideranças locais; 4) a fragmentação e desorganização da oposição, o que favoreceu, conseqüentemente, a candidatura do governador.

[...] o Governador Wellington Dias (PT) foi apresentado ao eleitorado piauiense em 2006, via marketing eleitoral e político, como um ator político que “rompeu” com o secular pacto celebrado entre as elites historicamente atreladas ao comando do poder estadual. [...] A modernização política e administrativa foi o mote da campanha eleitoral de Wellington Dias (PT). O fisiologismo e a cooptação política seriam marcas de governantes conservadores e descomprometidos com o interesse coletivo. Logo, eram marcas dum passado que deveria ser esquecido e enterrado (SILVA, 2010, p. 6).

A disputa das eleições de 2006 esteve centrada nas três chapas encabeçadas pelo PT, PSDB e PMDB. Com o apoio do PPS, PV e PTdoB, o PSDB lançou o ex-prefeito de Teresina, Firmino Filho, como candidato. Já o PMDB, uniu-se ao PP, PSC, PCB, PAN e PTC, para disputar o pleito com Mão Santa como concorrente. O partido estava dividido e, assim, como ocorreu em 2002, um segmento do PMDB não apoiou a chapa.

Wellington Dias disputou o voto do eleitorado piauiense pela coligação PT/PSB/PTB/PCdoB/PL. O então vice-governador, Osmar Junior, em 2006, concorreu a uma vaga a deputado federal e acabou sendo eleito para a Câmara Federal. Sem o PCdoB postulando a vaga de vice no pleito, o indicado para a função foi o deputado estadual Wilson Nunes Martins, do PSB, que durante o primeiro mandato petista no Piauí fora Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural.

O candidato da situação foi reeleito em primeiro turno com 61,7% dos votos apurados. A segunda colocação ficou com Mão Santa, que obteve 25,3%, seguido de Firmino Filho, com 12,2% da votação. Para Freitas (2010, p.126), “a desarticulação e fragilidade das candidaturas de oposição frente à força da chapa governista justificam a diferença de votos entre a chapa eleita e as demais candidaturas”.

Durante o segundo mandato, Wellington Dias deu continuidade à governança com bases sociais e assistencialistas. As ações estavam em consonância com a dinâmica nacional, que também teve Lula reeleito em 2006 para o cargo de presidente da República. Na educação, o programa Brasil Alfabetizado reduziu a taxa de analfabetismo no Piauí, passando de 30% (2002) para 23% (2010)⁵². Outro destaque da política continuada por Wellington Dias foi direcionada à pessoas com deficiência. Em 2008, o governador transformou a Coordenadoria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência (CEID)⁵³ em Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID), fortalecendo as práticas inclusivas.

No setor da Comunicação, Wellington Dias reestruturou a emissora pública piauiense com outorga educativa. A televisão foi modernizada e os investimentos técnicos favoreceram a qualidade do sinal. Uma nova programação local entrou no ar com a geração de conteúdo cultural, educativo, informativo e infantil. Além da reinauguração da TV Antares, em Teresina, o Governo também reestabeleceu a TV Delta, em Parnaíba, e fundou a TV Picos na região centro-sul do Piauí.

5.2. TV Antares outra vez: descentralização da produção de conteúdo

No início do primeiro mandato de Wellington Dias, o governador assinou a Lei Complementar nº 30, de 17 de julho de 2003, que instituiu a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí. O órgão adotou o nome fantasia de Fundação Antares e voltou a ter personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e plena gestão de seus bens e recursos. Com a norma, a entidade passou a ser vinculada à Secretaria de Educação e Cultura.

O poder executivo local solicitou ao Governo Federal a substituição do Centro de Teleducação pela Fundação Antares. A Lei Complementar regulamentou o direito a entidade explorar e executar os serviços de comunicação, bem como produzir e veicular programas de

⁵² Números do Censo 2010.

⁵³ Criada em 2003, durante o primeiro governo Wellington Dias, a CEID foi um órgão idealizado para aplicar ações de prevenção, tratamento e inclusão social de pessoas com deficiência. Quando transformada em Secretaria de Governo em 2008, a SEID passou a articular a execução de políticas públicas para a inclusão.

cunho informativo, cultural e educativo no Piauí. De acordo com o Art. 2º do regulamento, passou a ser competência da instituição:

- I - servir como meio de expressão e valorização da cultura piauiense;
- II - operar emissoras de rádio e televisão sem finalidade comercial, com objetivos exclusivamente informativos, culturais e educativos;
- III - colaborar com as emissoras de rádio e televisão em geral, no limite dos interesses comuns;
- IV - articular-se com outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, objetivando uma maior integração no âmbito de suas competências;
- V - promover o treinamento e o desenvolvimento de pessoal qualificado nas atividades de rádio e televisão (PIAUI, 2003).

Impossibilitadas, legalmente, de veicularem anúncios publicitários nos intervalos de suas programações, tanto a rádio quanto a TV Antares contavam como fonte de investimentos as dotações orçamentárias consignadas pelo Estado, ou outras do Governo concedidas em créditos adicionais ou extra orçamentários. Também cabia à Fundação receitas oriundas de convênios, acordos, contratos, recursos provenientes de operações de crédito, rendas patrimoniais de quaisquer natureza (inclusive a decorrente de prestação de serviços), além de outros meios que vier a adquirir no exercício de suas finalidades.

No começo da gestão de Wellington Dias, tanto a TV Piauí, localizada em Teresina, quanto a TV Delta de Parnaíba, estavam sem condições de operar. Eram necessários investimentos na área técnica e profissional para a Fundação Antares cumprir suas finalidades. Na mesma data da publicação da Lei Complementar nº 30, o jornalista Rodrigo Parentes Fortes Ferraz foi nomeado pelo governador para exercer o cargo de presidente da instituição. Naquele momento o gestor era filiado ao PSDB, porém migrou para o Partido dos Trabalhadores em 29 de setembro de 2003.

A reestruturação da entidade começou nas ondas sonoras, com o início da programação da Rádio Antares AM 800, que entrou no ar em 15 de janeiro de 2004. No âmbito televisivo, somando às emissoras da capital e do litoral, o Governo iniciou o projeto televisivo em Picos⁵⁴. No dia 20 de outubro de 2005 foi inaugurada a TV Picos, Canal 13, sendo o primeiro veículo de comunicação dessa natureza instalado no semiárido piauiense. Todavia, o interior do Estado já havia sido amparado pela regionalização da televisão. O pioneirismo ficou por conta da TV Alvorada, Canal 6, afiliada à TV Globo, que entrou no ar no município de Floriano em 1997.

⁵⁴ Município localizado no centro sul do Piauí, a 320 km da capital, Teresina.

A solenidade de inauguração da TV Picos contou com a presença do governador Wellington Dias. O evento foi marcado por um programa especial que destacou as potencialidades do município. Porém, uma programação diária só entrou no ar quase um mês depois da estreia, quando o primeiro telejornal da emissora, intitulado ‘Picos Notícia 1ª Edição’, passou a ser veiculado de segunda à sexta-feira a partir de 15 de novembro de 2005. Posteriormente estreou um segundo telejornal, o ‘Picos Notícia 2ª Edição’.

Em ambos os noticiários, a cobertura jornalística prioriza informações locais. A abordagem de temas nacionais, quando ocorre, é definida pela relevância do assunto. Geralmente são pautas relacionadas à saúde, economia ou política. Parte do conteúdo veiculado nos telejornais da TV Picos é adquirido da TV Antares. Existe uma troca de conteúdo entre as emissoras, que busca uma maior circulação das notícias. As matérias selecionadas para exibição na televisão do interior são definidas pelo critério de interesse público, sobretudo aquelas sobre assuntos do Estado, uma vez que a concentração das informações oficiais se encontra na capital, sede oficial do Governo.

O comunicador Odorico Carvalho assumiu a direção da TV. A chegada da emissora provocou uma reconfiguração do cenário televisivo na região. Não havia uma programação local que retratasse a realidade da população picoense. Com a TV Picos a população passou a assistir os assuntos do cotidiano da cidade discutidos e apresentados no vídeo. Uma emissora local permite à comunidade uma intercomunicação e auto identificação ao noticiar assuntos coerentes e adequados às necessidades e interesses dessa comunidade. Ela promove uma familiaridade com o público, permitindo que o mesmo se veja e se sinta representado.

O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais etc. Por vezes, se cerca de distorções, como as que tem origem em vínculos com interesse político-partidários e econômicos, mas, mesmo acarretando vieses de informação, acaba contribuindo na divulgação de temas locais (PERUZZO, 2005, p. 7).

Para a autora supracitada, o jornalismo regional é vantajoso para o público local por causa da proximidade da informação, visto que “as pessoas acompanham os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural” (PERUZZO, 2005, p. 7).

Quando ocorreu a inauguração da TV Picos, o campus da Universidade Estadual do Piauí, localizado no município sede da emissora, já ofertava o curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo e Relações Públicas. O início das atividades na TV ocorreu em

período próximo à formação da primeira turma do curso. Parte da equipe contratada para ocupar o quadro pessoal da televisão foi diplomada pela universidade. Além disso, foi firmado um convênio de estágio com entre TV Picos e UESPI para que a emissora funcionasse como um laboratório para os estudantes do curso.

A partir de 2008, a TV Picos passou a produzir e exibir, além dos telejornais, programas de outros estilos. O ‘Mosaico’, seguindo o formato editorial de uma produção com nome semelhante veiculada em Teresina, pela TV Antares, era veiculado semanalmente e tinha como objetivo valorizar a música, arte e cultura da região de Picos. O programa estreou em 14 de novembro de 2008 e permaneceu no ar por menos de dois anos.

Igualmente com proposta cultural, o ‘Canta Piauí’ entrou no ar em julho de 2009. O programa diário, apresentado pela jornalista Sheila Fontenele, era exibido em dois horários, manhã e noite. Durante o programa eram veiculados videoclipes de músicos piauienses com propósito de valorizar as produções artísticas locais e regionais. Em 2010 o ‘Canta Piauí’ saiu da grade de programação da TV Picos.

Em 20 de novembro de 2009 ocorreu a estreia do ‘Programa Odorico Carvalho’. Apresentado pelo diretor da emissora, o primeiro programa de auditório da TV Picos tinha veiculação semanal, nas noites de sexta-feira, e é transmitido ao vivo direto da churrascaria Terraços Bar, localizada em Picos. Além de exibir reportagens, o programa contava ainda com apresentação de artistas, show de calouros, gincanas e desfiles.

Quase um ano depois do lançamento da emissora no centro sul do Estado, a segunda televisão integrante da Fundação Antares foi inaugurada. A TV Delta, de Parnaíba-PI⁵⁵, Canal 2, voltou a transmitir no município litorâneo no dia 02 de junho de 2006. A televisão ficou fora do ar quando começou o governo Wellington Dias. A decisão partiu da presidência da Fundação e surgiu da necessidade de reestruturar a TV física e tecnicamente. Quando inaugurada, a emissora litorânea foi dirigida pelo jornalista Marcelo Rocha.

Um telejornal especial, com reportagens sobre a história, cultura e economia de Parnaíba e demais municípios da faixa litorânea do Piauí, foi realizado por uma equipe da TV Antares em parceria com profissionais da TV Delta para marcar a estreia da emissora. A solenidade de inauguração foi transmitida ao vivo para o município de Parnaíba pela televisão. Também para todo Estado por meio da Rádio Antares AM 800 e para o mundo via Internet através de um link da rádio no site oficial do Governo do Estado. O governador

⁵⁵ Município localizado no litoral piauiense, a 336 km da capital, Teresina.

Wellington Dias, assim como ocorreu em Picos, também esteve no evento conhecendo as instalações da emissora e participando do programa especial concedendo entrevista ao vivo.

Figura 15: Governador Wellington Dias concedendo entrevista ao vivo à jornalista Eulália Teixeira durante inauguração da TV Delta, Parnaíba-PI, em junho de 2006



Fonte: Arquivo TV Antares

Durante o programa, o governador falou da agenda de inaugurações que cumpriu no litoral piauiense. Discursou sobre as melhorias promovidas ao Estado por seu governo em setores como segurança, tecnologia, educação e geração de empregos. Citou os benefícios que a população parnaibana conquistaria com o retorno da TV Delta e uma programação renovada. Comunicou ainda as ações do Governo Lula em âmbito federal. Assim como ocorreu em Picos, o programa especial de inauguração não marcou o início das transmissões regulares da emissora litorânea. A emissora passou a funcionar em fase experimental e após e em 19 de junho de 2006 começou a veicular seu primeiro telejornal, ‘Delta Notícias’.

Também em junho do mesmo ano, no dia 28, aconteceu a inauguração da emissora da capital. A estreia da TV Antares, Canal 2, da mesma forma que ocorreu nas cidades de interior, foi marcada por ato político do governo. Acompanhado de secretários e autoridades locais, Wellington Dias compareceu à solenidade e concedeu entrevista ao vivo num programa especial organizado para celebrar o momento. Em matéria publicada no portal de notícias oficial⁵⁶, o governador disse que as três TVs são importantes por formar uma rede pública de televisão a serviço da sociedade, com responsabilidade e sem improvisos. Disse

⁵⁶ ‘TV Antares estreia com programação especial’, publicada em 28 de junho de 2006 (acesso em 09 jan. 2014).

ainda que o sistema de comunicação não é instrumento do Governo, mas está a serviço dos piauienses que desejam levar ao povo o Piauí que o Piauí não conhece.

O discurso de Wellington Dias não condiz com algumas práticas das emissoras, como as entrevistas com o gestor durante as estreias das TVs em Picos, Parnaíba e Teresina. Os momentos de inauguração das emissoras tinham características de ato político por conta do caráter oficial representado em cada solenidade. E a partir do momento que o governador aproveitou cada ocasião para expor suas ações enquanto Chefe de Estado ele fez uso da televisão como instrumento do Governo.

O modelo de emissora pública busca estabelecer relações de consumo e difundir os princípios ideológicos determinados por quem a controla. Assim, entende-se por consumo não apenas a reprodução de forças, como também a produção de sentidos (MARTÍN-BARBERO, 1997). Sentidos estes que dão forma social e inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais. De tal modo que o limite do que venha a ser interesse público é obscuro.

Antes de ser inaugurada a emissora, em 22 de junho, a Fundação Antares firmou contrato⁵⁷ com a Coordenadoria de Comunicação Social do Estado do Piauí (CCOM) para veiculação de materiais publicitários oficiais. O pacto deixa claro que a administração do Estado tinha interesse em fazer a TV um meio de promoção de suas ações. Dentre os termos do acordo, cabia à televisão educativa piauiense recusar exibições de matérias relacionadas a outras instituições concorrentes ou de interesses divergentes do Governo. A cláusula impõe um controle de conteúdo na emissora e fere o direito de autonomia administrativa estabelecido pela Lei Complementar nº 30/2006.

Peruzzo (2005) diz que o jornalismo regional/local segue algumas tendências editoriais que prejudicam sua prestação de serviço. Como quando há laços políticos que tendem a comprometer qualidade da informação.

É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores de poder local e dos interesses econômicos dos donos da mídia. Claro que não se trata apenas de um problema da imprensa regional, mas nela parece que essas relações se tornam mais explícitas, justamente porque as possibilidades de confronto entre o fato e sua versão, por parte do leitor [telespectador], são mais fáceis de acontecer (PERUZZO, 2005, p. 7).

⁵⁷ Contrato nº 037/2006 (Coordenadoria de Comunicação Social). Contrato de Empresa para Veiculação de Materiais publicitários, celebrados entre o Estado do Piauí, através da Coordenadoria de Comunicação Social e a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí.

A TV Antares ficou três anos e meio sem funcionar desde o início da administração de Wellington Dias. Nesse período, a televisão foi tecnicamente modernizada com investimentos em ilhas de edição, câmeras, informática, iluminação, cenário e veículos. Uma nova equipe foi contratada pelo Governo por meio de prestação de serviço. O grupo de jornalistas foi mesclado por profissionais já experientes do mercado piauiense, com outros recém formados. Antes de iniciarem as transmissões, oficinas de capacitação foram realizadas para especializar os empregados em produção da TV, edição de texto e reportagem. A equipe técnica também recebeu treinamento como nas áreas de filmagem e edição de vídeo.

Figura 16: Logomarca da TV Antares quando reinaugurada em 2006



Fonte: Arquivo TV Antares

A emissora funcionou como um laboratório para a formação de novos profissionais para o mercado televisivo piauiense. A distribuição das funções jornalísticas ocorreu de acordo com a desenvoltura nos treinamentos. Repórteres, apresentadores, editores e produtores foram revelados pela TV Antares, alcançando futuramente contratos com TVs comerciais. Francisco Lima foi um dos jornalistas recém-formados pela UFPI a ingressar na televisão educativa piauiense. O repórter não tinha experiência com televisão quando foi convidado para o quadro pessoal da emissora.

Para começar na TV Antares não tínhamos posição definida. Até havia alguma intenção da direção quando nos convidou para eu virar repórter, mas para isso era preciso uma análise do nosso trabalho antes. Tivemos treinamento escrevendo offs e fazendo passagens para avaliação da diretoria.

Passamos cerca de um mês nesse processo, inclusive fazendo algumas reportagens de eventos reais (LIMA, 2013).

Antes de começar a gerar conteúdo, a TV Antares já atuava em âmbito local. Em 2005 a emissora assumiu a coordenação estadual do Programa DocTV⁵⁸, inserindo o Piauí no cenário audiovisual nacional com o documentário ‘Capivara’, da jornalista Karina Matos, vencedora do concurso naquele ano. Nos dois anos seguintes ocorreram no estado seleção para o programa federal, onde foram selecionados os filmes ‘Um Corpo Subterrâneo’ (Douglas Machado) e ‘Divino Encanto’ (Luciano Klaus). Em 2007 e 2008, o Governo do Estado lançou o DocTV Piauí, onde os projetos selecionados também teriam espaço em rede nacional. Os vencedores, respectivamente, foram ‘Terra Tecida’ (Juliana Campos) e ‘O Retorno do Filho’ (Douglas Machado).

A jornalista Eulália Teixeira foi nomeada para a direção da TV Antares. De acordo com a diretora, “o prédio teve que ser reformado, não havia móveis, câmeras, microfones, praticamente nada. O que deu para aproveitar foi aproveitado, mas acredito que o investimento no Governo Wellington Dias tenha sido algo entre 80% e 90%” (TEIXEIRA, 2013). À época, também ocorreu a formalização oficial da parceria com a TV Cultura de São Paulo⁵⁹ – que passou a gerar o conteúdo nacional veiculado pela emissora piauiense.

O primeiro telejornal diário da TV Antares estreou em horário nobre (de meio dia às 13 horas) no dia 10 de julho de 2006, sendo apresentado pela então diretora Eulália Teixeira. O ‘Jornal Antares’ foi o pontapé inicial da nova programação, que objetivava gerar um conteúdo informativo voltado para questões sociais, educativas e culturais. O telejornal é composto por matérias jornalísticas e entrevistas no estúdio conduzidas por um âncora. Os assuntos são pautados de acordo com a relevância social, tendo como base os serviços de utilidade pública, cidadania, educação e saúde. De acordo com Peruzzo (2005), essa tendência é comum na mídia local como estratégia operativa. Segundo a autora,

⁵⁸ O Programa DocTV é um projeto de viabilização de documentários que integra a produção independente e as televisões públicas. Foi criado em 2003 com o nome de Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (abreviado como DOCTV) pela Secretaria do Audiovisual, e a partir de parcerias com a TV Cultura de São Paulo, a Associação Brasileira de TVs Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), a Associação Brasileira de Documentaristas (ABD) e o Banco do Nordeste, implantou pólos regionais de produção e teledifusão, abrindo novos mercados e formando novos realizadores (ANCINE).

⁵⁹ Mesmo iniciando as transmissões em 2006, uma equipe já trabalhava na TV Antares desde 2003 para conduzir o projeto de reestruturação da emissora. Quando os trabalhos começaram, a televisão era repetidora da TV Cultura e TV Educativa do Rio de Janeiro. As emissoras eram independentes, não afiliadas, e não havia troca de material como algo sistemático, até porque a TV local não tinha material para oferecer (TEIXEIRA, 2013).

Muitos jornais locais tendem a se ocupar mais de assuntos comumente tratados pelos jornais de circulação nacional do que com assuntos específicos locais que demandariam apuração jornalística e, possivelmente, a exposição pública do meio informativo diante dos fatos, que, por vezes, a imprensa local não aborda para não prejudicar seus próprios interesses (PERUZZO, 2005, p. 9).

Seguindo a mesma lógica na abordagem de conteúdo, em agosto de 2006 a TV Antares colocou no ar o telejornal noturno 'Antares Notícia'. Com o propósito de ser ágio e dinâmico, este noticiário apresenta um resumo das principais notícias do dia ao veicular matérias produzidas à tarde e reprisando outras exibidas anteriormente no telejornal diurno. A emissora também destacou diariamente o esporte local com o programa 'Esporte Antares', que teve estreia em janeiro de 2008.

Por conta de sua natureza pública, a TV Antares tem como papel valorizar a cultura regional. Essa valorização deve partir da visibilidade que a emissora dá em sua programação às manifestações artísticas e culturais do Estado. Diante dessa finalidade, a emissora ocupou sua programação com diversos programas nesse segmento. Em 11 de maio de 2007, o 'Mosaico' estreou com objetivo de dar visibilidade às produções artísticas piauiense em diversas áreas como teatro, literatura, dança, música e artes plásticas. Apresentado pela jornalista Danielle Rêgo, o programa também esteve pautado pela agenda cultural de Teresina, tinha duração de meia hora e era exibido semanalmente nas noites de sexta-feira.

Com uma hora de duração, o 'Curta Piauí' foi outro programa caracterizado como cultural. Específico sobre audiovisual, ele mostrava produções piauienses, ficção e documentário, de curta e média duração. O programa estreou em 15 de março de 2007, teve parceria da Associação Brasileira de Documentaristas do Piauí (ABD-PI), servindo de vitrine para os filmes produzidos em oficinas e cursos da instituição. Também abriu espaço para produções independentes, veiculou filmes de outras regiões e divulgou informações sobre festivais de cinema e vídeo de todo o Brasil.

Nas manhãs de domingo a TV Antares exibia o programa 'Repente na TV'. Apresentado pela jornalista Gorete Santos e pelo comunicador Pedro Mendes Ribeiro⁶⁰, o programa buscava valorizar a cultura popular com enfoque na arte do repente⁶¹ e na literatura de cordel. O programa contava com o apoio da Associação dos Violeiros e Poetas Populares

⁶⁰ Como profissional da comunicação trabalhou na Rádio Difusora e na Rádio Clube, ambas em Teresina. Foi também fundador da Associação (hoje sindicato) dos Radialistas e da Associação dos Profissionais Cronistas Desportivos do Estado do Piauí (APCDEPI).

⁶¹ Enquanto manifestação cultural nordestina, o repente é uma poesia cantada, que tem como elemento característico o improviso, a criação de versos no momento em que estão sendo feitas as apresentações.

do Piauí - Casa do Cantador⁶², que semanalmente conduzia repentistas para se apresentar no programa. O ‘Repente na TV’ estreou em 27 de janeiro de 2008 e permaneceu no ar até 2010.

Programas de variedades também direcionaram seus espaços no vídeo para discutir cultura. Em 04 de novembro de 2008 estreou o ‘Interferência’. Apresentado pelos jornalistas Airton Ramos, Henrique Douglas e Joelson Giordani, o programa era transmitido ao vivo e trazia dicas de música e cinema. Em 13 de julho de 2009 estreou o ‘Teófilo Piauízando’. Gravado em Parnaíba, o programa era apresentado pelo músico Teófilo Lima, que discutia musicalidade com seus entrevistados.

A diversidade de abordagens culturais na TV Antares atende os princípios básicos e fundamentais para sua efetiva atuação enquanto televisão pública. Além de suprir uma demanda de conteúdo carente no sistema comercial, ela se afirma como um instrumento de democratização, um espaço não apenas público, mas aberto ao público, afirmando a valorização da cultura local, sendo ao mesmo tempo um lugar de experimentação.

A emissora também cumpriu sua finalidade educativa ao inserir em sua grade de programas conteúdo local com enfoque informativo e instrutivo. Em parceria com o Departamento de Trânsito do Piauí (DETRAN), a TV Antares exibiu o programa ‘Trânsito É Vida’, que semanalmente abordava diversos assuntos relacionados à educação no trânsito. O programa era todo produzido pela assessoria de imprensa do DETRAN e a televisão apenas cedia espaço em sua programação para veiculação.

Assuntos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade começaram a ganhar maior destaque na emissora quando iniciaram as transmissões do ‘Canal Verde’ em 2009. O programa foi proposto para dar visibilidade à biodiversidade local e aos ecossistemas encontrados no território piauiense. O apresentador e ambientalista, Alcides Filho, ficava responsável pela realização do programa e a emissora o exibia.

Questões jurídicas foram outra temática específica que recebeu abordagem de forma educativa na TV Antares. Em junho de 2009 a emissora estreou o programa ‘Abra o Olho’. Foi um programa de prestação de serviço à comunidade, que abordava temas da área do direito do consumidor, da família e do trabalho. Contava com a presença de especialistas, que além da entrevista esclareciam dúvidas do telespectador que participava por telefone.

Nesse período, a televisão também retomou uma produção infantil local. Em 11 de julho de 2009 iniciaram as transmissões do ‘Teleleco’. Além de entreter, a televisão pode contribuir com o desenvolvimento das crianças. De acordo com as diretrizes pedagógicas da

⁶² Fundada em 15 de outubro 1977, é um espaço que funciona como centro de pesquisa e de apoio a violeiros e poetas populares de vários lugares do Brasil. A Casa do cantador está localizado na zona sul da Teresina.

TV Cultura⁶³, Os efeitos positivos da televisão no desenvolvimento infantil podem ser divididos em três categorias: cognitivo, afetivo e físico. Os efeitos cognitivos são aqueles associados como um preparatório para o aprendizado escolar. Os afetivos ensinam sobre o relacionamento com outras pessoas e sobre a vida social. Já no aspecto físico, orientam sobre saúde e atividades físicas, incluindo alimentação saudável e noções básicas de higiene.

Figura 17: Palhaço Leleco entrevistando crianças durante visita a uma escola em Teresina



Fonte: www.teleleco.blogspot.com⁶⁴

O ‘Teleleco’ discutia o universo infantil com linguagem lúdica e estava pautado por um conteúdo que favorecesse com o desenvolvimento das crianças. Apresentado por Fábio Costa, o palhaço Leleco, a atração contava com diversos quadros, como ‘Minha Escola É Show’ e ‘Falando Sério’. No primeiro deles, o apresentador visitava uma escola para mostrar como ela funcionava, quais os projetos pedagógicos nela desenvolvidos e os resultados alcançados. Lá ele conversava com alunos, professores, diretores e mostrava apresentações culturais desenvolvidas na escola. No outro, Leleco e um grupo de crianças entrevistavam personalidades do mundo político, empresarial, artístico, com propósito de estimular a curiosidade e espontaneidade infantil.

⁶³ Disponível em: www.tvcultura.cmais.com.br. Acesso em 03 jan. 2014.

⁶⁴ Acesso em 04 jan. 2014.

O caráter cultural e educativo inerente à TV Antares teve abertura em diversos assuntos abarcados pela programação da emissora. A televisão cumpriu sua finalidade legal, todavia esse conteúdo foi pautado, não de forma generalizada, por decisões políticas. Em alguns momentos, o interesse coletivo era suprimido por outros particulares.

Dávamos espaço à diversidade e à pluralidade, mas o fato de estarmos na dependência de uma indicação política muitas vezes não fazíamos como pretendíamos [...] Não havia interferência direta, mas algumas vezes havia uma certa orientação editorial [...] a TV Antares não era completamente independente (TEIXEIRA, 2013).

O controle editorial ressignifica uma autocensura à emissora, ferindo o direito constitucional de liberdade de comunicação, bem como a Lei Complementar nº 30 que indica a finalidade informativa dos meios vinculados à Fundação Antares. Incide mais uma ação de poder do Estado no conteúdo produzido e veiculado, onde o agendamento da mídia mostra não o que se quer ver, mas aquilo que se pretende mostrar para atingir interesses.

Esta força governamental não pode ser medida ou deslocada de um espaço maior e global. O que reflete na televisão educativa é o enfraquecimento do papel do Estado diante do neoliberalismo, resultando numa crise do espaço público, e conseqüentemente, do político. A comunicação atua como canal, que retrai ambientes de negociação e de participação popular, ao mesmo tempo que molda estruturas sociais e as formas e práticas culturais.

5.3. Associação com a TV Brasil: um regulamento para a televisão pública

O século XXI marca uma nova fase na história da televisão brasileira, acentuada pela influência das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), com destaque para convergência e interatividade estabelecida entre TV e Internet. “Para além da assistência, a programação televisiva continua em sites, blogs, twitters, celulares. Assim as empresas de televisão vêm ampliando os seus negócios e sua penetração social com a chamada “transmídia” (RIBEIRO; SACRAMENTO; ROXO, 2010, p. 279).

A TV digital foi implantada no Brasil em 02 de dezembro de 2007. Constituiu uma tecnologia com base no sistema japonês *Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial* (ISDB-T), tecnicamente conhecido como ISDB-TB. O modelo brasileiro possibilita a transmissão de conteúdo com alta qualidade, em termos de imagem e som, permitindo ao mesmo tempo a recepção móvel e portátil dos sinais da TV digital. Outras características que

diferem o sistema nacional de outros países são a mobilidade e interatividade, isso porque o SBTVD é aberto, livre e gratuito (DTV, 2013).

Juntamente com a digitalização da televisão, durante o segundo mandato do presidente Lula, o Governo Federal criou, por meio do Decreto nº 6.246, de 24 de outubro de 2007, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) com a missão de criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas. A instituição herdou os canais de rádio e TV geridos pela estatal Radiobrás e pela TVE do Rio de Janeiro e ficou encarregada de unificar e gerir as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação. A EBC é gestora dos canais TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio – composto por oito emissoras⁶⁵.

A TV Brasil é formada pela fusão da TVE Rio de Janeiro, TVE Maranhão e TV Nacional de Brasília. Em dezembro de 2008, passou a contar com um canal também em São Paulo. A emissora iniciou suas transmissões em 02 de dezembro de 2007, com a finalidade de complementar e ampliar a oferta de conteúdos, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania. Um dos objetivos da EBC é unificar as TVs públicas (não comerciais) do país para consolidar uma rede de radiodifusão. Além das quatro emissoras cabeças de rede, a Empresa tem parceira com televisões educativas, universitárias e/ou legislativas, espalhadas pelo território nacional.

De acordo com o Manual de Jornalismo da EBC (2013), o conteúdo da TV Brasil tem como foco o cidadão, com o dever de dar informações que permita ao telespectador formar livremente suas próprias opiniões. Deve ter ainda compromisso com a qualidade e respeitar a privacidade e direito à imagem pessoal. Outro princípio da Empresa é o jornalismo participativo como parte de sua interação com a sociedade e subordinação aos seus interesses.

Vale ressaltar que o conceito de jornalismo público não tem amparo legal da Constituição Federal de 1988. A Carta cita em seu Art. 223 três sistemas de comunicação (privado, público e estatal), mas não demarca o limite de cada um. Mesmo sem legitimidade, é possível identificar o sistema privado citado no regimento. Trata-se das emissoras classificadas como comerciais. O documento foi elaborado apostando na retificação das brechas deixadas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações. Para Nazareno (2007, p.5),

⁶⁵ Rádio Nacional AM Brasília, Rádio Nacional FM Brasília, Rádio Nacional AM Rio de Janeiro, Rádio MEC AM Brasília, Rádio MEC AM Rio de Janeiro, Rádio MEC FM Rio de Janeiro, Rádio Nacional do Alto Simões e Rádio Nacional da Amazônia.

não se deve culpar o texto constitucional. A “Constituição Cidadã” tentou corrigir um equívoco de origem. O serviço de TV no Brasil nasceu comercial. Quando o Estado brasileiro iniciou, tardiamente, seus serviços, encontrou um sistema comercial consolidado, não se preocupando em formar uma rede única de televisão do campo público.

A EBC busca esclarecer a distinção entre emissoras públicas e estatais. Para a Empresa, um sistema estatal/governamental difunde informações com o ponto de vista governamental. Já um sistema público atende aos interesses das pessoas e busca fomentar a construção da cidadania, o aperfeiçoamento da democracia e a participação da sociedade. Além disso, este sistema público tem autonomia para definir a produção, programação e veiculação de seu conteúdo.

Convencionou-se, no país, a estender o termo TV pública a todas aquelas não comerciais. Isso se deve à repetição de particularidades comuns às educativas, universitários, legislativas e demais categorias. Para Perdigão (2010), essas emissoras tem seu foco direcionado para a qualidade da programação, que não se propõe potencialmente à busca da grande audiência, mas destaca sua capacidade interativa, que torna o telespectador ativo e participativo. De acordo com a EBC, as diretrizes que regem o serviço público de comunicação devem seguir algumas orientações. Dentre elas:

- a) Pluralidade – promover o acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo;
- b) Imparcialidade – os jornalistas, comunicadores e todos aqueles que atuam no processamento de informação que a EBC oferece ao público tem o dever de evitar o partidarismo, a pregação religiosa, o tom promocional e qualquer finalidade propagandística. A informação deve refletir a verdade dos fatos;
- c) Liberdade – valorizar e defender a liberdade de imprensa e de expressão como fundamento da democracia;
- d) Discernimento – contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada;
- e) Regionalismo – o regionalismo das pautas, dos sotaques e do idioma é essencial ao jornalismo da EBC. Está nos fundamentos de seus veículos, pelo seu caráter público e pelo acolhimento à diversidade cultural do país;
- f) Educação – por meio da informação, o jornalismo deve cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;
- g) Inclusão – apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento, garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes
- h) Família – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A, 2013, p. 23).

Os valores elencados pelo guia da EBC equivalem ao pensamento de Perdigão (2010, p.68), pois para este autor, a comunicação pública “não só pode como deve estimular a sociedade a se organizar em ambientes de discussão, facilitando que questões de interesse coletivo entrem na pauta dos debates”. Além disso, essa comunicação deve também motivar os telespectadores a se reconhecerem e se valorizarem como sujeitos políticos dos assuntos de interesse público propostos à discussão.

A Rede Pública de Televisão conduzida pela EBC está presente em 24 Estados, além do Distrito Federal. Conta com 25 geradoras estaduais, 22 geradoras locais e 728 retransmissoras, abarcando um total de 1.781 municípios e chegando a mais de 118 milhões de brasileiros⁶⁶. A empresa busca com essa integração, valorizar as identidades nacionais onde "o princípio do compartilhamento qualifica a produção e amplia as possibilidades de financiamento e negócios para todos" (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A, 2013).

Logo após a instituição da EBC, a TV Antares desvinculou-se da TV Cultura e aderiu ao projeto da Rede Pública de Televisão. De acordo com Eulália Teixeira, a televisão educativa piauiense iniciou a parceria com a TV Brasil acreditando que essa cadeia de emissoras resultaria, com o passar do tempo, em independência e autonomia das TVs perante o Governo ou as instituições que as mantinham.

Baseado no Art. 8, inciso III⁶⁷, da Lei 11.652/2008, o contrato para transmissão simultânea da programação da Rede, quando assinado entre EBC/TV Brasil e TV Antares (estendido à TV Picos e TV Delta), indicava prazo de dez anos⁶⁸ e tinha por objetivo estabelecer a cooperação e colaboração entre ambas emissoras. Por meio do acordo, a televisão piauiense, obrigatoriamente, passou a retransmitir diariamente dez horas e trinta minutos do conteúdo gerado nacionalmente.

Simultaneamente ao contrato de transmissão, um segundo acordo foi assinado visando a prestação de serviços de informação por parte da TV Antares com produção de conteúdos jornalísticos, ou outros denominados com temas regionais variados, a serem veiculados pela Rede Pública de Televisão. De acordo com o convênio, dentre as obrigações da emissora estadual estavam: realizar a captação, a gravação, a edição, a pós-produção e a finalização dos conteúdos, entregando-os à TV Brasil, no formato e qualidade adequados à

⁶⁶ Dados contabilizados até o primeiro semestre de 2013 (EBC).

⁶⁷ III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública – RNCP/TV (Lei nº 11.652/2008).

⁶⁸ De acordo com a cláusula 9 do contrato, o prazo de dez anos poderá ser reduzido, sem acarretar qualquer ônus ou direito de indenização para qualquer uma das partes, caso a outorga da emissora estadual, no caso a TV Antares-PI, seja cancelada ou não renovada.

veiculação; disponibilizar à TV Brasil, quando requisitada e às suas expensas, imagem do seu acervo videofonográfico para inserção em conteúdos da emissora nacional.

A TV Antares atingiu projeção nacional com a exibição de reportagens na TV Brasil. Seguindo os princípios do serviço público de comunicação, o conteúdo veiculado tinha ou caráter informativo, ou cultural, ou educativo. Assim como nos telejornais, a emissora piauiense também produziu para o Caminhos da Reportagem⁶⁹. Em setembro de 2011 o programa destacou o Delta do Parnaíba, localizado entre os estados do Piauí e Maranhão. O conteúdo foi totalmente produzido e gravado por uma equipe da TV Antares e mostrou a biodiversidade da região do delta, bem como o trabalho da população local para preservar espécies em extinção como o cavalo marinho e tartaruga.

Figura 18: Bastidores das gravações do programa Caminhos da Reportagem (2011) no Delta do Parnaíba



Fonte: *clipping* TV Antares

Em maio de 2012, outro Caminhos da Reportagem foi gravado no Piauí. A ênfase desta vez foram os trabalhos arqueológicos no município de São Raimundo Nonato. O programa registrou as dificuldades enfrentadas pela arqueóloga Niéde Guidon para administrar os parques da Serra da Capivara e Serra das Confusões. Mostrou ainda o conjunto de pinturas rupestres da região e o artesanato como fonte de renda para os nativos. Um terceiro Caminhos da Reportagem realizado pela TV Antares mostrou para todo país, em

⁶⁹ O Caminhos da Reportagem é um programa semanal, com 52 minutos de duração. No ar toda quinta-feira, às 22h, leva o telespectador para uma viagem pelo país e pelo mundo atrás de grandes histórias, com uma visão diferente, instigante e complexa de cada um dos assuntos escolhidos. Temas atuais e polêmicos são tratados com profundidade e seriedade (TV BRASIL). Disponível em: www.tvbrasil.ebc.com.br. Acesso em 04 jan. 2014.

agosto de 2013, os atrativos naturais, culturais e antropológicos do cânion do rio Poti, localizado no norte piauiense.

A projeção de identidades locais para todo país por meio da televisão pública atende ao princípio do regionalismo. Reporta fatos que geralmente estão fora do agendamento da mídia convencional. No âmbito cultural, o compromisso é mais amplo do que a simples difusão dos valores artísticos consagrados no mercado comercial da arte. Dá visibilidade às tradições locais, respeitando as particularidades do lugar e a diversidade brasileira.

Mesmo com algumas restrições editoriais, tanto em âmbito local, quanto nacional, a TV Antares teve uma orientação jornalística pautada pelo interesse público, com propósito de garantir uma qualidade da informação. Ao privilegiar a figura do cidadão enquanto telespectador, a emissora atinge um pluralismo, sendo de todos e para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da TV Antares tem relação direta com o contexto político piauiense, aonde ao longo dos anos, as mudanças ocorridas no Poder Executivo por conta de eleições acabaram provocando variações na estrutura da emissora. Em cada transição de governo, a televisão modificou a grade de programas, impossibilitando na sua trajetória uma regularidade de conteúdo. Fato este que fragiliza o modelo de comunicação pública no estado.

Uma programação inconstante no cotidiano do público, por mais atraente que possa ser, não cria vínculo com o espectador a ponto de atraí-lo de forma cativa. O acesso à televisão está muito facilitado e seu alcance não restringe nenhuma classe econômico-social. Contudo, é necessário que este relacionamento televisão/público seja frequente e estável.

Com uma produção escassa e reprisada constantemente, mesmo com o suporte de uma agência de publicidade, em 1986 a TVE Piauí entrou no cenário televisivo piauiense sem estrutura técnica e operacional. De maneira amadora, a emissora não explorava seu potencial educativo e informativo em âmbito local. Estas funções ficaram a cargo da TV Educativa do Rio de Janeiro, que gerava o conteúdo nacional.

O vínculo com a Secretaria de Educação do Estado indicava uma dependência sustentada por interesses políticos. Justifica-se com o fato da equipe formada para trabalhar na TVE-Piauí ser composta, em maioria, por professores, que não tinham habilidades para colocar a emissora para funcionar. Essa situação forçou a terceirização do serviço, resultando na contratação da Convence Comunicação, empresa de propriedade de Fernando Campos, que tinha ligação de parentesco⁷⁰ com o governador Bona Medeiros.

Mesmo com uma televisão ineficiente, os governadores Hugo Napoleão e Bona Medeiros aproveitaram o momento para afirmar um discurso de progresso no Piauí, utilizando anúncios em jornais como forma de dar publicidade a seus atos políticos relacionados à TV Educativa piauiense. Esta divulgação pode ser uma das formas encontradas pelos gestores para se inserirem na memória coletiva do Piauí, ao promoverem essa mídia como um marco histórico para o Estado proposta para colaborar com a educação e informação da sociedade, sendo uma aliada no combate aos elevados índices de analfabetismo da época.

Quando Alberto Silva reassumiu o Governo em 1987, motivado pela imagem positiva conquistada durante sua primeira administração do Estado (1971-1974) com grandes obras, ele promoveu uma reforma no gerenciamento da televisão. O governador contratou

⁷⁰ Parentesco, não sanguíneo, estabelecido por matrimônios entre as famílias Campos e Medeiros.

profissionais reputados nos grandes centros de teledifusão do país e com experiências internacionais, inclusive na BBC de Londres, referência mundial em serviço público de televisão, o que acabou beneficiando a larga produção educativa e cultural na emissora piauiense na sua segunda fase. O extenso volume de conteúdo, não só quantitativo, mas qualitativo, permitiram uma visibilidade da TV Antares local e nacionalmente, superando o deficiente momento inicial.

Apesar da interferência do Governo em alguns momentos, inclusive de ordem editorial, a TV Antares cumpriu seu papel de emissora pública ao promover a cultural local por meio de diversas produções, como os documentários ‘Torquato Neto – O Anjo Torto’ e ‘Mimbó’, ambos veiculados para todo país por meio da Rede Brasil FUNTEVE. Também fomentou a construção da cidadania e democracia ao apresentar programas e microséries que dialogavam com temas educacionais e infantis.

A sociedade piauiense foi beneficiada porque passou a contar com uma programação diferente daquela veiculada pelas emissoras comerciais e teve acesso a uma nova linguagem em televisão. Além disso, a TV Antares também realizou uma contrapartida social ao formar e capacitar profissionais de comunicação no Piauí. À época, o único curso de comunicação social que existia no estado estava iniciando suas atividades. Assim, a emissora funcionou como um laboratório, qualificando dezenas de jornalistas e técnicos.

Entretanto, a reestruturação do cenário político local a partir das eleições de 1990 mais uma vez desencadearia mudanças na estrutura da televisão. Com Freitas Neto no Governo, ocorreu um retrocesso na programação da emissora. Por meio da extinção da Fundação Antares, a TV perdeu sua autonomia administrativa citada na Lei nº 4.178/1987, e voltou a depender da Secretaria de Educação. O título de TV Educativa reapareceu e nesta fase a produção de conteúdo foi reduzida, com foco maior nos noticiários e em programetes com formato de prestação de serviço.

A TV Educativa esteve direcionada mais para a comunicação institucional, pautada geralmente por assuntos oficiais. Mesmo com um programa cultural, ‘Oitão da Casa Grande’, reconhecido entre os artistas locais, a produção foi baixa se comparada ao entusiasmo do momento anterior. Além disso, depoimentos como o do diretor da emissora, Francisco Barreto, indicam que a televisão foi usada para interesses particulares. O episódio relacionado à transmissão da posse de Jesus Tajra na Presidência do Diretório Regional do PFL não condiz com o papel da televisão de evitar qualquer forma de proselitismo.

Ancorado também por interesses políticos, o projeto de teleducação serviu como instrumento de promoção do governo Freitas Neto, na representação de uma imagem de

mudança, de avanço e desenvolvimento da educação do estado. Todavia, a capacitação de professores beneficiou a inclusão social ao humanizar a produção de conhecimentos que viessem a contribuir com a formação da comunidade.

Com o início do governo Mão Santa em 1995 as transformações na TV Educativa também foram grandes. A emissora retomou uma larga produção de conteúdo, mas com qualidade questionável. Ao assumir o nome TV Piauí, a televisão foi conduzida para disputar a audiência com as demais emissoras do estado. Com isso, passou a gerar um conteúdo similar às suas concorrentes, deturpando o caráter educativo inerente a sua outorga e igualando sua produção àquela do modelo comercial.

O uso constante de apelo popular foi uma estratégia praticada pela TV Piauí para despertar a curiosidade do telespectador e ampliar seu público. Com uma linguagem sensacionalista em alguns programas, resultando num conteúdo de fácil entendimento e consumo superficial, a televisão ocupou espaço com conteúdo que nem sempre estimulava a formação crítica da sociedade. Assim, a TV em vez de informar, promoveu a alienação e desviou o foco para outros assuntos mais condescendentes com a realidade local.

Uma nova discussão provocada nesta fase refere-se ao início da veiculação de anúncio comercial na TV Piauí. As leis do mercado são claras. Existem para manter uma ordem que é definida por relações de poder fortalecidas por bases econômicas. Assim, a televisão como espaço público é uma ilusão, uma vez que não é o público quem controla esse meio de comunicação e seu conteúdo. Ao telespectador resta consumir um produto que, dependendo de seus parâmetros culturais, pode manipulá-lo para uma ordem já estabelecida. Além disso, o investidor privado assume diretamente parte da responsabilidade do Estado, pois financia um dever do governo. Por consequente, aguarda o retorno do capital com o consentimento de suas ordens políticas e/ou econômicas.

Durante o governo de Wellington Dias a televisão gerenciada pelo Estado recebeu uma nova proposta de produção e linguagem. A emissora voltou a adquirir autonomia administrativa com a reinstituição da Fundação Antares. O momento foi marcado pela modernização dos equipamentos, o que garantiu melhores condições de trabalho. Outro aspecto positivo foi a capacitação de recém graduados, tanto na capital quanto no interior do estado, para o mercado profissional de televisão.

Igualmente como ocorreu em momentos anteriores, houve interposição do Estado na televisão, mas não tão intensa ao ponto de transformar a emissora num veículo totalmente oficial. Mesmo com associação ao Governo, a emissora promoveu a cultural local com programas como 'Mosaico' e 'Curta Piauí', possibilitando a pluralidade de produção e

distribuição de conteúdo. O caráter educativo esteve presente no tratamento de temas diversos como jurídico, ambiental e infantil. Abordando essas questões, a TV Antares fornece espaços para o debate público sobre temas de relevância para a sociedade.

Diante das fases pelas quais passou a emissora, é permitido afirmar que ao longo dos anos a TV Antares não constituiu uma identidade. Não é possível definir um conjunto de atributos que indique uma uniformidade. As mudanças ocorridas, motivadas por ordem política, não asseguraram uma programação contínua. Nem mesmo os telejornais, comum em todas as etapas, mantiveram uma coerência temporal.

A identidade visual da emissora foi outra particularidade que também oscilou, o que fragiliza a identificação da TV. Outro aspecto diversificado encontra-se no quadro de funcionários da televisão. A ausência de concurso público é responsável pela rotatividade de servidores. Com isso, a emissora passa por pequenos ciclos de produção, exigindo sempre novas abordagens e formas de gerar conteúdo a cada mudança eleitoral no Poder Executivo.

Constantemente manobrada para fins políticos, a autoridade do Estado sobre a televisão é o maior entrave de tantos equívocos. Se houvesse a participação da sociedade civil na gestão da emissora, como legalmente por meio de um conselho curador, haveria uma fiscalização desta prestação de serviço público. Isso deliberaria uma autonomia à TV e permitiria advertências a quem fizesse mal uso da televisão.

A TV Antares é a primeira emissora pública do Piauí. Cabe ao Governo criar mecanismos que permitam que a emissora resista às mudanças políticas para efetivar seu papel social e contribuir como um meio de comunicação, da expressão e do diálogo, servindo a comunidade piauiense como fonte de informação e de vitrine dos valores regionais.

A história da TV Antares não se esgota nesta pesquisa. Busca-se, com este estudo, preencher uma lacuna na trajetória da televisão do Piauí, haja vista que grande parte das investigações acadêmicas trilham sobre as TVs comerciais. É o caso do livro 'Telejornal: do processo ao produto' (2005), de Cristiane Sekeff, que investiga o telejornal 'Piauí TV 1ª Edição' (produzido e veiculado na TV Clube, afiliada a TV Globo) e a dissertação 'A força de um ideal: história e memória da primeira TV piauiense' (2010), de Maria Lindalva S. Santos.

O trabalho constitui, portanto, uma possibilidade de ampliação da produção historiográfica sobre a televisão piauiense, tendo como base empírica as fontes primárias existentes sobre a TV Antares, os documentos audiovisuais e os depoimentos concedidos. Ancorando estas fontes às bases teóricas propostas nesta pesquisa, buscou-se estabelecer a relação entre televisão e Estado.

Ao longo da história da televisão não comercial no Brasil, o limite entre os espaços público e privado não está bem definido. A política de interesses é um entrave que constantemente compromete o serviço público que a televisão deveria prestar. Uma hipótese que levantamos é a fragilidade das bases desse modelo de emissora no país. Mesmo com quase 50 anos, a TV pública ainda não tem unidade nacional. Em cada estado, talvez pela amplitude do território brasileiro ou pela ausência de uma política clara e eficiente, o conteúdo é produzido de forma diferente, o que mostra que falta nacionalmente uma identidade. A inauguração da TV Brasil em 2008 é uma tentativa de organizar essa produção e criar coesão na abordagem jornalística, mas ainda é cedo para mensurar resultados.

Torna-se necessário criar unidade, ou minimamente ampliar a produção da TV pública no país. É preciso otimizar a gerência da emissora federal junto àquelas que atuam regionalmente, bem como pensar essa televisão como um bem social, livre de amarrações políticas, aproximando e fortalecendo os laços entre sociedade e cidadania. Só então podemos pensar em formar uma identidade nacional por meio da TV pública.

REFERÊNCIAS

1) FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BACCEGA, Maria Aparecida. **Televisão e escola: uma mediação possível?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____, Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 15-35.

BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum. **Comunicação pública e liberdade de informação: condições básicas para mídias legislativas.** In: IV Encontro da Compolítica, 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

BERGAMO, Alexandre. A reconfiguração do público. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 59-83.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____, **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: UNESP, 2004.

BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e lendas da política piauiense.** Teresina: 2006.

BRITTOS, Valério Cruz; SIMÕES, Denis Gerson. A reconfiguração do mercado de televisão pré-digitalização. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 119-237.

CAMINHA, Marina. A teledramaturgia juvenil brasileira. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje.** São Paulo: Contexto, 2010. p. 197-215.

CARRATO, Ângela. **A TV Pública e seus Inimigos.** Texto apresentado no V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, em 9-11 de novembro de 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CURY, Maria Cecília Andreucci. **A presença da propaganda na televisão pública**. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2010, Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2645-1.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2012.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 59-71.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. **Manual de Jornalismo da EBC**. Brasília, 2013.

EPITÁCIO, Sara de Sousa Fernandes. **Organização e trajetória do Partido da Frente Liberal no Estado do Piauí (1985-2004)**. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, 2010.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. 2009. 374 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Pernambuco, UFPE, Recife, 2009.

FORT, Mônica Cristine. **Televisão educativa: a responsabilidade pública e as preferências do espectador**. São Paulo: Annablume editora, 2006.

FRADKIN, Alexandre. Histórico da TV pública/educativa do Brasil. In: **O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade**. REDE BRASIL, 2003, p.56-62.

FREIRA FILHO, João. Escrevendo a história cultural da TV no Brasil: questões teóricas e metodológicas. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.115-135.

FREITAS, Vítor Eduardo Veras de Sandes. **A lógica da formação de governos do estado do Piauí de 1987 a 2007**. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. São Paulo: Forense Universitária, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, José Silveiro Baia. **Histórico do rádio educativo no Brasil (1922-1970)**. Cadernos da PUC-Rio. Tópicos em Educação/Série Letras e Artes. n. 10, 1972, p.73-123.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

LEAL FILHO, Laurindo. **Atrás das câmeras**: relações entre cultura, estado e televisão. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

_____, A TV pública. In: HAMBURGER, Esther; BUCCI, Eugênio (Orgs.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____, **A televisão pública brasileira**: um vazio histórico. In: XVI ENCONTRO DA COMPÓS, 2007, Curitiba. Trabalho apresentado ao GT Economia e políticas de comunicação.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Um olhar histórico na formação e sedimentação da TV no Brasil**. In: VII Encontro Nacional de História da Mídia, 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UNIFOR, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRA, Maria Celeste. O moderno e o popular na TV de Sílvia Santos. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010. p. 159-175.

NAZARENO, C. **A implantação da TV pública no Brasil**. Estudo da consultoria legislativa da Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados: Brasília, 2007. Disponível em: http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/tema4/2007_4317.pdf. Acesso em: 8 nov. 2012.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP: São Paulo, 1993.

_____, O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995, p. 179-192.

NOVAES, Luiz Fernando. **Como o mercado enxerga a TV pública**. In: O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. REDE BRASIL, 2003, p.124-128.

OLIVEIRA, M. J. C. (Org.). **Comunicação pública**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

OTONDO, Teresa Montero. **TV Cultura**: a diferença que importa. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública**: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002, p.267-301.

PERDIGÃO, Alberto. **Comunicação pública e TV digital**: interatividade ou imperatividade na TV pública. Fortaleza: EdUECE, 2010.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Mídia regional e local**: aspectos conceituais e tendência. In: Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORCELLO, Flávio. **TV Universitária**: limites e possibilidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

PRIOLLI, Gabriel. A questão de recursos. In: **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. REDE BRASIL, 2003, p.103-109.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e memória**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Orgs.). **História da televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA, Liana Vidigal. **A televisão pública num ambiente de competição comercial**: estudos dos modelos brasileiro e português. 2006. 219 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 2006.

ROMANCINI, Richard. **História e jornalismo**: reflexões sobre campos de pesquisa. In: V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SÁ, José Maurício de. **A organização institucional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e sua atuação na arena eleitoral do Estado do Piauí**: 1986-2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

SAID, Gustavo. **Comunicações no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

SANTOS, Maria Lindalva Silva. **A força de um ideal**: história e memória da primeira TV piauiense. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SILVA, Cleber de Deus Pereira da. A reeleição de Wellington Dias (PT) em 2006 e o surgimento do neoconservadorismo piauiense. In: CORTEZ, Hugo; SPINELLI, José Antonio. (Orgs.). **Nordeste 2006: os sentidos do voto**. 1ed. Natal: Editora da UFRN, 2010.

SILVEIRA, Thiago Coelho; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **Entre imagens e falas: narrativas sobre o governo de Alberto Silva na imprensa piauiense (década de 70 e 80)**. In: X Simpósio de Produção Científica. Teresina: UESPI, 2010.

SOUSA, Raimundo Penafortes Dias de. **A produção televisiva no estado do Piauí**. Monografia (Curso de Comunicação Social) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1988.

TV CULTURA. **Jornalismo público: guia de princípios**. São Paulo, 2006.

VASCONCELOS, José Cláudio da Silva. **A trajetória do PT no Piauí: da fundação (1980) à reeleição do governador Wellington Dias (2006)**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, 2010.

VAZ, Tyciane Viana. **História da televisão piauiense: período 1976 a 1980**. In: V Congresso Nacional de História da Mídia, GT de Jornalismo. São Paulo, 2007.

VERNIERE, Sâmia de Brito Cardoso. História da propaganda e da publicidade no Piauí. In: **Cadernos de Teresina**, ano XVIII, n. 38. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

2) DOCUMENTOS LEGAIS

BRASIL. **Código Brasileiro de Telecomunicações**, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm. Acesso em: 07 dez. 2012.

_____, Decreto-Lei n.º 236/67, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 fev. 1962. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=91959&norma=117215>. Acesso em: 07 dez. 2012.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 8 nov. 2012.

_____, Decreto n.º 91.316, de 11 de junho de 1985. Outorga concessão à FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – FADEP, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Teresina, Estado do Piauí. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jun. 1985. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91316-11-junho-1985>. Acesso em 01 fev. 2011.

_____, Decreto n.º 92.372, de 6 de fevereiro de 1986. Autoriza o Governo do Estado do Piauí a explorar, através da FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – FADEP, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, serviço de radiodifusão sonora em onda média, mediante convênio a ser celebrado com o Ministério das Comunicações, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 1986.

MEC, Portaria Interministerial n.º 651, de 15 de janeiro de 1999. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jan. 1999.

PIAUÍ, Decreto n.º 6.096, de 22 de novembro de 1984. Instituiu a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Estado do Piauí – FADEP, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Piauí, 22 nov. 1984.

_____, Lei Ordinária n.º 4.178, de 30 de dezembro de 1987. Autoriza o Poder Executivo a extinguir o Centro de Teleeducação, órgão da FADEP, e instituir a Fundação Antares - Rádio e Televisão Educativa do Piauí. **Diário Oficial do Estado**, Piauí, 30 dez. 1987.

_____, Estatuto da TV Antares, de 26 de fevereiro de 1988. **Diário Oficial do Estado**, Piauí, ano LVII, n.º 33, p.9

_____, Lei n.º 4.382, de 27 de março de 1991. Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo, fixa as diretrizes para a administração pública do Estado do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Piauí, 27 mar. 1991.

_____, Lei Complementar n.º 30, de 17 de julho de 2003. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Piauí, 17 jul. 2003.

3) ENTREVISTAS

ARAÚJO JR, Genésio. Entrevista concedida por e-mail a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI)/Brasília (DF), 21 de janeiro de 2014.

ARAGÃO, Marcela. Entrevista concedida a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI), 12 de setembro de 2013.

ASBEG, José Carlos. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Diego Lopes da Silva Alves. Rio de Janeiro (RJ), 11 de julho de 2012.

BARRETO, Francisco de Assis. Teresina, 2013. Entrevista concedida a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI), 10 de julho de 2013.

CAMPOS, Fernando. Entrevista concedida a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI), 04 de setembro de 2013.

LIMA, Francisco. Entrevista concedida a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI), 16 de janeiro de 2014.

LITEWSKI, Chaim. Entrevista concedida por telefone a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (BRA)/Nova York (EUA), 27 de setembro de 2012.

MACHADO, Douglas. Entrevista concedida a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI), 15 de agosto de 2012.

NIXON, Jackson. Entrevista concedida a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI), 16 de janeiro de 2014.

TEIXEIRA, Eulália. Entrevista concedida por e-mail a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI), 28 de fevereiro de 2013.

TEODORO, Alexandra. Entrevista concedida a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI), 21 de janeiro de 2014.

VAL, Tereza. Entrevista concedida a Diego Lopes da Silva Alves. Teresina (PI), 21 de janeiro de 2014.

4) JORNAIS

Jornal Diário do Povo, 01 mar. 1991.

_____, 14 mar. 1991.

_____, 16 março 1991.

_____, 10 maio 1991.

_____, 27 jul. 1991.

_____, 15 ago. 1991.

_____, 24 abr. 1992.

Jornal O Dia, 22 nov. 1986.

_____, 06 dez. 1986.

_____, 03 dez. 1972.

_____, 22 jan. 1987.

MEDEIROS, Bona. No ar: educação e cultura. **O Dia**, 28 out. 1986.

_____, 23 jan. 1987.

_____, 23 abr. 1992.

_____, 22 fev. 1995.

_____, 05 set. 1995.

_____, 08 jan. 1996.

_____, 13 jan. 1996.

_____, 28 jun. 1996.

_____, 31 set. 1996.

_____, 10 jan. 1998.

_____, 13 jul. 1998.

Jornal O Estado

NAPOLEÃO, Hugo. TVE Piauí: iluminando caminhos. **O Estado**, Teresina, 10 maio 1986.

_____, 18 out. 1986.

_____, 22 nov. 1986.

_____, 06 dez. 1986.

5) PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

CONVENCE COMUNICAÇÃO: estrutura de uma agência de publicidade. Produção da Convence Comunicação. Teresina, 1987. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=y3syv4aGIDM>
Acesso em 12 ago. 2013.

ESPECIAL TV ANTARES. Produção da TV Antares. Teresina, 1988. DVD (digitalizado). Acervo pessoal da José Dantas.

HORTAS ESCOLARES. Produção da TV Antares. Teresina, 1988. DVD (digitalizado). Acervo pessoal da Douglas Machado.

MIMBÓ. Produção de TV Antares. Teresina, 1988. DVD (digitalizado). Acervo pessoal de Douglas Machado.

NAVIO DO SAL. Produção de TV Antares. Teresina, 1988. DVD (digitalizado). Acervo pessoal de Douglas Machado.

PIAUI 88: ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO. Produção da TV Antares. Teresina, 1988. DVD (digitalizado). Acervo pessoal de Douglas Machado.

TORQUATO NETO: o Anjo Torto. Produção de TV Antares. Teresina, 1988. DVD (digitalizado). Acervo pessoal de José Dantas.

WEBSITES

www.dtv.org.br. Acesso em 12 jul. 2013.

www.tvcultura.cmais.com.br. Acesso em 03 jan. 2014.

www.ebc.com.br. Acesso em 04 jan. 2014.

www.tvbrasil.ebc.com.br. Acesso em 04 jan. 2014.

www.teleleco.blogspot.com. Acesso em 04 jan. 2014.

www.pi.gov.br. Acesso em 09 jan. 2014.

ANEXOS

ANEXO I

Programa Via Brasil: Navio do Sal

Rede Brasil: Funtevê

Ano: 1988

Apresentação: Ana Cláudia Mendonça

Cabeça: Via Brasil, um espaço reservado as produções das emissoras que compõem o SINRED, vai fazer hoje uma viagem pelo rio Parnaíba, a bordo do Navio do Sal. Equipado com sistema altamente sofisticado, o navio graneleiro Comandante Fausto Silva é orientado em sua viagem por um computador que informa todas as condições de navegabilidade do rio Parnaíba. A produção é da TVE do Piauí. Embarque nessa viagem.

Figura 19: Cena do documentário Navio do Sal, veiculado em rede nacional pela FUNTEVÊ



Fonte: Acervo pessoal de Douglas Machado

Ficha técnica:

Escrito e dirigido por: Douglas Machado

Produção: Regi Galvão

Edição: Kety Marinho

Imagens: Roger Arruda, André Ricardo e Janir Fontinelli

Operador de VT: Waldomiro Sousa

Sonoplastia: José Dantas

Locução: Willian Tito

Coordenador de programação: Manoel Eduardo

Coordenador de operação: Edmilson Brito

Supervisor geral: Roberto Machado Júnior

Direção de produção e programação: Chaim Litewski

Agradecimentos: Marcela Aragão e Tripulação do navio

Apoio: Secretaria da Educação

ANEXO II

Programa Especial Rede: Torquato Neto - O Anjo Torto

Ano: 1988

Rede Brasil: Funtevê

Apresentação: Neila Tavares

Cabeça: Torquato Neto. Poeta, jornalista, cineasta, crítico, inovador. Um Anjo Torto. Um anjo meio louco que partiu de Teresina com suas asas de supersônico pela Geléia Geral da Tropicália. Um artista da rebeldia, onde a vida eram a continuação da arte e a arte a continuação do dia que viria depois da madrugada. A guerra acabou. E quem perdeu agradeça a quem ganhou. Tudo é perigoso, tudo é divino maravilhoso. Torquato Neto: louvado, levado, pai da marginália, tio-avô dos alternativos, inventor de versos que ficaram em nossa música pela ousadia, pela invenção, pelo resgate da alma brasileira. Criador de textos que desafinavam o coro dos contentes e combatia o princípio de todos os princípios. O Especial Rede de hoje vem do Piauí e foi feito pela Fundação Antares. Uma louvação ao que deve ser louvado. Louvado seja Torquato Neto. Poeta revolucionário.

Figura 20: Cena do depoimento do pai de Torquato Neto, Heli Nunes, para o documentário Torquato Neto - O Anjo Torto, exibido em rede nacional pela Rede Brasil - FUNTEVÊ



Fonte: Arquivo pessoal de José Dantas

Créditos finais:

Apresentação: José Gallas

Produção: Aureo Júnior e Valdemar Neto

Edição: Marcela Aragão

Texto e roteiro: Valdemar Neto e Aureo Júnior

Cinegrafistas: Manoel Eduardo; Janir Fontenelle; André Ricardo; Jânio Ribeiro

Direção de fotografia: Roger Arruda

Poemas clips: Luri Almeida; José Gallas; Roger Arruda; Maia Veloso; Viviane Arruda

Vídeo clips: Ana Miranda (Veleiros); José Dantas e Maria Alice (Três da Madrugada)

Material de arquivo: Silvio Da-Rin; Funtevê; Rede Globo

Depoimentos: Heli Nunes (pai de Torquato Neto); George Mendes (primo de Torquato Neto);

Cinéas Santos (poeta); Paulo Machado (pesquisador); Décio Pignatari (poeta); Claudete Dias (historiadora); Antonio Noronha (cineasta)

Agradecimentos: Heli Nunes; Salomé Nunes; Claudete Dias; Socorro Bonfim; Chaim Litwiski; Douglas Machado; Projeto Torquato Neto; Funtevê; Silvio Da-Ran; Rede Globo

Agradecimento especial: TV Pioneira

Direção de programação e produção: Fábio Nóbrega

Supervisão: José Carlos Asbeg e Roberto Machado

Diretor: Valdemar Neto

ANEXO III

Programa Especial Rede: Mimbó

Ano: 1988

Rede Brasil: Funtevê

Apresentação: Neila Tavares

Cabeça: O Especial Rede de hoje vem do Piauí e foi feito pela Fundação Antares. Na primeira parte, vocês vão conhecer a cidade de Amarente, com sua arquitetura do século passado. Uma cidade que vive das imagens e lembranças de um tempo de requinte e conforto na época áurea da navegação do rio Parnaíba. Na segunda e na terceira parte, vamos conhecer a história do negro no Piauí. E uma comunidade só de negros, que luta há mais de 100 anos para sobreviver, enfrentando o racismo e os interesses dos grandes latifundiários. É o povoado de Mimbó, que já está na quinta geração e tem quase 300 pessoas vivendo do cultivo da terra.

Figura 21: Cena do documentário Mimbó, veiculado em rede nacional pela FUNTEVÊ



Fonte: Acervo pessoal de Douglas Machado

Ficha Técnica

Escrito e dirigido: Sérgio Roizenblit

Fotografia e câmera: Roger Arruda

Assistente de direção: Douglas Machado

Locução: Luri de Almeida

Produção: Sérgio Roizenblit

Edição: Leonel

Operador de VT: Everaldo

Sonoplastia: Dantas

Voz masculina: Bené

Pesquisa: Anália Amorim

Fotos: Sérgio Roizenblit

Direção de produção e programação: Roberto Machado Júnior

Agradecimentos: Comunidade do Mimbó; Arquivo Público; Maia Veloso